



Documento Nº: 0543089/2019

Empreendimento:

SUZANO S.A. (CNPJ n.º 16.404.287/0537-80)

Município:

NANUQUE/MG

Assunto:

Arquivamento do PA REVLO n.º 90031/2002/003/2014

De: Equipe Interdisciplinar

Unidade Administrativa:

DRCP - DREG / SUPRAM-LM

Para:

Gestiane Lima e Silva - Superintendente Regional de Meio Ambiente

Unidade Administrativa:

Superintendência - SUPRAM-LM

Prezada Superintendente Regional,

CONSIDERANDO que:

1. SUZANO S.A. (CNPJ n.º 16.404.287/0537-80)¹ formalizou em 09/04/2014, fl.02, pedido de Revalidação de Licença de Operação (RevLO), para a atividade de SILVICULTURA. (Cód. DN COPAM n.º 74/04 G-03-02-6), em empreendimento localizado no município de NANUQUE/MG.
2. Pelas informações originalmente prestadas no FCE, fl.06/08, gerou-se o FOB n.º 0287071/2014, fls. 04, que instruiu o Processo Administrativo de RevLO, PA n.º 90031/2002/003/2014.
3. Foi encaminhado ao empreendedor ofício de Reenquadramento, OF.SUPRAM-LM Nº 322/2018, em 17/07/2018, Doc. SIAM n.º 0505147/2018, fls. 46, sendo, protocolizado pelo empreendedor em 13/08/2018, às fls. 49/57. Retificação do Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCE, constando no 1º módulo de caracterização (LAC1 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL CONCOMITANTE), em atendimento ao pleito do órgão ambiental.
4. Em atendimento ao novo reenquadramento da atividade (Cód. G-01-03-1), processo foi reorientado para a DN 217/2017 modalidade de licenciamento LAC 1 (REVLO), Classe 4, conforme papel:ta de despacho 164/2019, documento SIAM 0502727/2019, fls. 98.
5. Foi apresentado às fls. 58 proposta de Monitoramento Ambiental, conforme Doc. SIAM n.º 0676478/2014 (fls. 59/79).
6. O empreendedor sob protocolo SIAM n.º 0114333/2019 de 26/02/2019, solicitou junto ao órgão ambiental Suspensão de Análise de Processo de Licenciamento, informando que fora notificado pelo IBAMA "avocando para si o processo de licenciamento em razão da distribuição de competências contidas na Lei Complementar 140/2011, art 7º, XIV", fls. 80/82.
7. Desta forma o IBAMA oficiou o empreendedor, conforme Ofício n.º 37/2019/SERAD, COTRA/CGLIN/DILIC-IBAMA, para que preenchesse a ficha de caracterização da atividade - FCA (fl. 84).
8. Em princípio o empreendedor, em resposta à determinação do órgão ambiental federal - IBAMA, procedeu com apresentação de requerimento de licença junto ao IBAMA, na data de 26/02/2019, sem contudo, fosse solicitado o cancelamento do processo em curso nesta SUPRAM/LM.
9. Com a finalidade de dirimir dúvidas, solicitou-se ao empreendedor o comparecimento nesta Superintendência na data de 08/05/2019, ocasião em que foram protocolizados os documentos de fls. 87/92, referente ao Processo SEI do IBAMA n.º 02001.001092/2017-17 (doc. siam n.º 0292767/2019), documentos estes relativos às tratativas da possível delegação do licenciamento ambiental do IBAMA para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMAD em Minas Gerais.
10. Em virtude de tais fatos a RevLO n.º 003/2014, perdeu seu objeto.
11. A "Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão

¹ Foi solicitada por meio do protocolo nº 456780/19 de 26/07/2019, fl. 514 (PA 90031/2002/002/2007), alteração de titularidade da LO nº 016/08, com alteração no SIAM na data de 22/08/2019 para SUZANO S.A, em virtude de histórico de solicitações de alterações de titularidades, conforme pode se verificar na papel:ta de despacho 141/2019 (cópia presente às fls. 95/96), documento SIAM 0500543/2019, PA 90031/2002/002/2007, fls. 709/711.

se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente" (art. 50 da Lei Estadual n.º 14.184, de 31/01/2002).

Diante do exposto, servimo-nos da presente Papeleta de Despacho para reportar a Vossa Senhoria a SUGESTÃO de CANCELAMENTO do Certificado de RevLO n.º 003/2014, da empresa SUZANO S.A. referente ao Processo Administrativo de RevLO, PA n.º 90031/2002/003/2014, formalizado em 09/04/2014, para execução da atividade de SILVICULTURA. (Cód. DN COPAM n.º 217/17, Cód. G-01-03-1), em empreendimento localizado no município de NANUQUE/MG. Motivo: Perda do objeto decorrente de conflito de competência, sendo atribuída ao IBAMA a competência de licenciar, conforme preceitua a Lei Complementar 140/2011, art. 7º, XIV.

Consigna-se que uma vez arquivado por decisão definitiva, o processo de licenciamento ambiental não será desarquivado, salvo em caso de autotutela, assegurado o direito do empreendedor formalizar novo processo, nos termos do art. 34 do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

No que se refere o custo de análise processual, optou o empreendedor no FCEI, fl.07, em pagar no ato da formalização do processo, o valor integral da tabela e caso os custos apurados em planilha sejam superiores, pagar o valor remanescente apurado. Assim, o empreendedor efetuou os referidos custos processuais, no valor de R\$ 1552,00 (mil quinhentos e cinquenta e dois reais), conforme se verifica do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), fls. 17/18.

Apurou-se em Planilha de Custos, fls. 100/101, o valor devido pelo empreendedor de R\$ 1.407,32 (mil quatrocentos e sete reais e trinta e dois centavos).

Desta forma, recomenda-se ao Núcleo de Apoio Operacional/NAO desta Supram/LM e à Diretoria Regional de Administração e Finanças-DAF, diligenciar-se no intuito de verificar e promover, caso pertinente, a cobrança dos valores devidos pelo empreendedor, conforme diretrizes contidas na Instrução de Serviço SISEMA 05/2017.

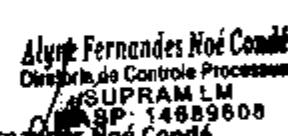
Recomenda-se, também, por necessário, sejam os dados do Processo Administrativo encaminhados à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental (DFISC-LM) para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais, nos moldes estabelecidos na Instrução de Serviço SISEMA 05/2017.

Depois da manifestação de Vossa Senhoria será promovido o encaminhamento dos autos ao Núcleo de Apoio Operacional da SUPRAM/LM para adoção das medidas cabíveis.

É a nossa manifestação, *sub censura*.

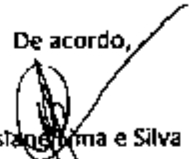

Vinicius Valadares Moura

Diretor Regional de Regularização Ambiental
MASP: 1.365.375-3


Alyne Fernandes Noé Condé
Diretora Regional de Controle Processual
SUPRAM LM
SP: 1.468.960-8

Alyne Fernandes Noé Condé
Diretora Regional de Controle Processual
MASP: 1.468.960-8

De acordo,


Gestane Lima e Silva
Superintendente Regional de Meio Ambiente
da SUPRAM Leste Mineiro



ATO DE ARQUIVAMENTO
Documento SIAM nº 0543117/2019

A Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro – SUPRAM/LM, no uso de suas atribuições legais, decide:

Considerando que a *"Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente"* nos termos do art. 50 da Lei n.º 14.184, de 31/01/2002.

Considerando, ainda, o disposto na Instrução de Serviço SISEMA 05/2017, que disciplina o procedimento de arquivamento de processos de regularização ambiental.

Considerando, por fim, a exposição de motivos contida na Papeleta de Despacho nº 158/2019, Doc. SIAM nº 0543089/2019, datada de 28/08/2019, à qual adiro e adoto como razões e fundamentos para decidir.

DETERMINO o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo de LICENÇA DE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO (REVLO), PA nº 90031/2002/003/2014, do empreendimento SUZANO S.A. (CNPJ nº 16.404.287/0537-80), classe 4, por perda de objeto decorrente de conflito de competência, sendo atribuída ao IBAMA a competência de licenciar, conforme preceitua a Lei Complementar 140/2011, art. 7º, XIV, como descrito na Papeleta de Despacho nº 158/2019, supramencionada.

RECOMENDA-SE, por necessário, sejam os dados do Processo Administrativo em referência encaminhados à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental (DFISC-LM) para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais, nos moldes estabelecidos na Instrução de Serviço SISEMA 05/2017.

PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

Governador Valadares, 30 de agosto de 2019.


Gesiane Lima e Silva

Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro
MASP: 1354357-4

ILUSTRÍSSIMA SENHORA SUPERINTENDENTE DE MBO AMBIENTE DO LESTE MINEIRO –
SUPRAM DO ESTADO DA MINAS GERAIS, SRA. GESIANE LIMA E SILVA

PROCESSO: 90031/2002/003/2014

RECURSO ADMINISTRATIVO

SUZANO S.A., pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob o nº 16.404.287/0001-55, com empreendimento na filial localizada na Rodovia Nanuque-Montanha, KM 8, s/nº, bairro/distrito de Córrego do Limoeiro, CEP nº 39.860-000, Nanuque/MG, CNPJ nº 16.404.287/0537-80, por seus representantes que ao final assinam (Anexo I – Procuração e atos constitutivos), doravante simplesmente designado por RECORRENTE, vem à presença de V. Sa. apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** ao Arquivamento do Processo 90031/2002/003/2014 pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme assinalado no Artigo 40, inciso III, c/c com Artigo 44 do Decreto Estadual 47.383/2018 o prazo para interposição de Recurso contra decisão que determina arquivamento de processo é de 30 (trinta) dias contados da publicação da decisão impugnada. Assim, considerando a data da publicação em Diário Oficial, resta tempestivo o presente Recurso Administrativo, que ainda por ser instruído na forma prevista em lei, deve ser recebido, juntamente com seus anexos, e devidamente autuado para, ao final, ser anulada a decisão de arquivamento do processo administrativo em epígrafe, retomando a sua análise técnica.

É o que desde já se requer.

2. DOS FATOS QUE ENUNCIAM A NECESSÁRIA REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

SUPRAM LESTE MINEIRO	
Protocolo:	032436 20/09/14
Assin.	[Assinatura]

Em apertada síntese, a Fazenda Gemada, quando ainda pertencente à empresa Aracruz Celulose S.A, teve sua primeira licença concedida por este órgão Estadual para a atividade de silvicultura em 2003, posteriormente renovada pela LO nº 016/2008, conforme processo administrativo n. 90031/2002/002/2007, em 09 de julho de 2008, com validade de 06 anos (ANEXO II).

Desde sempre, a SUPRAM demonstrou ser o órgão competente para licenciamento de tal atividade perante a Fazenda em questão, considerando, por óbvio, a localização da atividade, que é esta desde o início.

Em razão disso, a empresa dentro dos 120 dias realizou o seu pedido de renovação de licença perante este Órgão Ambiental, por meio do documento n. 0381033/2014, em 09 de abril de 2014, acreditando ser esse o órgão competente para continuidade do licenciamento da referida fazenda (Anexo III).

Contudo, em 22 de setembro de 2016, o IBAMA encaminhou ofício à então empresa titular da fazenda, comunicando que na realidade a competência para licenciamento das atividades de silvicultura da Fazenda Gemada, seria do referido Instituto Federal, em razão da sua poligonal abranger dois Estados da Federação, quais sejam, Minas Gerais e Espírito Santo.

Ressalte-se, entretanto, que levando em consideração que atividade de silvicultura da fazenda Gemada já vinha sendo licenciada por este órgão Estadual há anos, tendo este acompanhado desde sempre todas as condicionantes e programas ambientais; que já havia um processo de Renovação de Licença perante SUPRAM, e que o administrado sempre foi diligente no que tange ao licenciamento ambiental de suas atividades, o Instituto Federal entendeu ser recomendável proceder com a delegação de competência à SUPRAM, para que não houvesse interrupção do procedimento de licenciamento em curso.

Desta feita, o IBAMA encaminhou Ofício nº 38/2019 a este órgão (Anexo IV) solicitando que se declarasse interesse no Acordo de Delegação, para que continuasse a proceder com o licenciamento da referida fazenda. Entretanto, este órgão nunca se posicionou a respeito, o que levou a Fibria (então titular à época), solicitar a suspensão de análise de processo de renovação (Anexo V), para que fosse resolvido entre os órgãos qual seria o então competente para prosseguir com o licenciamento. Mais uma vez sem resposta.

Também, no dia 08 de maio de 2019, representantes da empresa compareceram à unidade da SUPRAM Leste Mineiro para dirimir dúvidas a respeito do processo, oportunidade em que a ora Recorrente juntou os documentos referentes ao processo do IBAMA e as comunicações oficiais sobre o interesse da Autarquia Federal em delegar a competência ao órgão ambiental estadual, conforme fls. 87/92 do presente processo.

Para a surpresa da Recorrente, em 31 de agosto de 2019, foi publicado no DOE/MG o arquivamento do processo por perda de objeto, não tendo havido em nenhum momento esforços para prosseguir com as tratativas de delegação de competência proposta pelo IBAMA.

Conforme se verifica da breve análise, bem como do quanto a ser detalhado em tópico próximo, inúmeros são os prejuízos causados a Recorrente caso seja confirmada a manutenção da decisão de arquivamento, o que, definitivamente, não se espera da Administração Pública.

3. DO DIREITO AO DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Conforme dito alhures, pugna a Recorrente pelo desarquivamento do referido processo, e pelo aceite no Acordo de Delegação proposto pela IBAMA, uma vez que a interrupção do licenciamento em questão pode causar, ainda que inicialmente, uma perda temporal do que já foi produzido durante anos por este Órgão Ambiental, assim como dos conhecimentos e técnicas adquiridas pelos próprios técnicos da SUPRAM no que tange à atividade desenvolvida, sendo inquestionável o prejuízo que a manutenção de tal arquivamento pode gerar também para o administrado, mesmo tendo sido sempre diligente com suas obrigações ambientais.

Muito embora o IBAMA seja o órgão administrativo legalmente competente para conduzir o licenciamento em questão, o mesmo já declarou interesse desde o início em promover a delegação à SUPRAM, consubstanciado na Lei Complementar 140/2011. Neste ponto, a Administração Pública há de reconhecer a existência de situações em que se impõe a sua ponderação com o princípio da segurança jurídica, no intuito de evitar prejuízo desproporcional ao administrado e manter a estabilidade das relações jurídicas até então estabelecidas.

Imperioso esclarecer que o princípio da proteção da confiança materializa a tutela do administrado no sentido de protegê-lo em relação às suas expectativas legítimas. Os atos estatais e mesmo comportamentos estatais podem dar origem a expectativas que são legítimas e que devem ser tuteladas.

Os nossos tribunais, mantendo-se vigilantes e cautelosos em relação a tais práticas, têm se posicionado em suas decisões assegurando que a administração pública deve reconhecer a existência de situações em que se deve ponderar o prejuízo gerado ao administrado, lançando mão do princípio da segurança jurídica. Nesse sentido, cite-se:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. MATRÍCULA NEGADA PELA UNIVERSIDADE. EQUÍVOCO NA DIVULGAÇÃO LISTA DE VAGAS REMANESCENTES. PRINCÍPIO DA CONFIANÇA E DA SEGURANÇA JURÍDICA. GARANTIA À VAGA NO CURSO DE ENGENHARIA MECATRÔNICA. 1. A concessão de medidas liminares em mandados de segurança está atrelada ao disposto no artigo 7º, III, da Lei nº 12.016/09, que possibilita seu deferimento em caso de concomitância da plausibilidade do direito invocado (*fumus boni iuris*) e do risco de perecimento de tal direito face à urgência do pedido (*periculum in mora*). 2. Muito embora a Administração Pública esteja submetida ao princípio da legalidade estrita do art. 37 da Carta Magna, há de se reconhecer a existência de situações em que se impõe a sua ponderação com o princípio da segurança jurídica, no intuito de evitar prejuízo desproporcional a este outro valor, igualmente protegido pelo ordenamento e integrante da noção de Estado de Direito. 3. É admissível que atos administrativos irregulares, formalmente inadequados ou até mesmo ilegais - decorrido lapso de tempo razoável - que tragam efeitos favoráveis a seus destinatários e que estejam revestidos de aparência de legalidade sejam preservados, privilegiando-se, assim, a estabilidade das relações jurídicas e a proteção da confiança do administrado.

Acerca do quanto relatado e exposto no presente Recurso, não cabe a Administração Pública outra atuação senão no sentido de revogar a decisão de arquivamento do processo administrativo, reestabelecendo o seu trâmite, a fim de que não seja gerado quaisquer prejuízos à Recorrente que, frise-se, sempre atenta e vigilante à legislação de regência, exerce suas atividades em total consonância com as normas vigentes.

Isto posto, pugna pelo desarquivamento do referido processo e continuidade do procedimento de licenciamento neste Órgão ambiental, por ser esta a melhor solução para o caso em tela, após delegação de competência proposta pelo órgão federal, e aproveitado todos os atos já praticados no decorrer da análise processual.

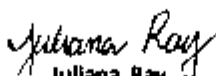
4. CONCLUSÃO

Ante o que fora exaustivamente exposto no presente Recurso e por medida de Direito, tendo sido cumprido todos os requisitos do art. 46, incluindo o referido no inciso IV (Anexo VI), requer:

- a) A concessão do efeito suspensivo ao presente recurso, retomando o Processo Administrativo 90031/2002/003/2014 ao status de análise até o julgamento final, ante os prejuízos possíveis ao administrado.
- b) Ao final, seja a decisão do arquivamento reconsiderada pela II. Superintendente da SUPRAM Leste Mineiro, julgando totalmente procedente o presente o recurso, sendo reaberto o Processo Administrativo 90031/2002/003/2014 na mesma fase em que foi arquivado, devendo-se este órgão ambiental manifestar-se junto ao IBAMA quanto à delegação de competência proposta pelo órgão federal.
- c) Na eventualidade de não ser reconsiderada a decisão, o que não se espera, requer a remessa do presente Recurso Administrativo à respectiva Unidade Regional Colegiada – URC do Copam, nos termos do art. 41 do Decreto 47.383/2018;
- d) Requer que todas as correspondências relacionadas ao presente Recurso sejam enviadas para o endereço da fábrica da Suzano S.A. de Aracruz, localizada na Rodovia Aracruz - Barra do Riacho, s/nº, KM 25, CEP nº 29197-900, Aracruz/ES, aos cuidados de Diomar Biasutti, em consonância com que o determina o Artigo 45, inciso III do Decreto 47.383/2018.

Nestes Termos,
Requer Deferimento.

Aracruz/ES, 30 de setembro de 2019.

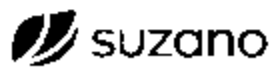

Juliana Ray
Suzano S.A.

Leandro Henrique Mosello Lima
OAB/BA 27.586
OAB/MG 103.95
OAB/ES 31.883

Rita Santana Sena Santos
OAB/BA 30.029

Matheus Fadni da Silva
OAB/BA 53.345

Mariama Panna Bordin
OAB/BA 29.875



ANEXO I

**ATOS CONSTITUTIVOS
PROCURAÇÃO
DOCUMENTAÇÃO PROCURADOR**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.404.287/0001-55 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 17/12/1987
NOME EMPRESARIAL SUZANO S.A.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SUZANO PAPEL E CELULOSE		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 17.10-9-00 - Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.41-5-01 - Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto 01.61-0-01 - Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas 02.10-1-01 - Cultivo de eucalipto 02.10-1-05 - Cultivo de espécies madeiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca 02.10-1-06 - Cultivo de mudas em viveiros florestais 02.10-1-07 - Extração de madeira em florestas plantadas 02.30-8-00 - Atividades de apoio à produção florestal 17.21-4-00 - Fabricação de papel 17.41-9-02 - Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo 17.42-7-01 - Fabricação de folhas descartáveis 17.42-7-99 - Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente 35.11-5-01 - Geração de energia elétrica 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica 46.48-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 46.71-1-00 - Comércio atacadista de madeira e produtos derivados 46.85-8-01 - Comércio atacadista de papel e papelão em bruto 46.92-3-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários 50.11-4-01 - Transporte marítimo de cabotagem - Carga		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 204-6 - Sociedade Anônima Aberta		
LOGRADOURO AV PROFESSOR MAGALHAES NETO	NÚMERO 1752	COMPLEMENTO 10 ANDAR SALAS 1010 E 1011
CEP 41.810-012	BAIRRO/DISTRITO PITUBA	MUNICÍPIO SALVADOR
UF BA		
ENDEREÇO ELETRÔNICO REGULARIDADES@SUZANO.COM.BR		TELEFONE (11) 3636-5797 / (11) 3636-5149
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 30/09/2019 às 11:29:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 15.404.287/0001-55 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 17/12/1987
NOME EMPRESARIAL SUZANO S.A.			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 50.30-1-02 - Navegação de apoio portuário 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis 52.31-1-02 - Atividades do Operador Portuário 52.40-1-01 - Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras 74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 204-6 - Sociedade Anônima Aberta			
LOGRADOURO AV PROFESSOR MAGALHAES NETO		NÚMERO 1752	COMPLEMENTO 10 ANDAR SALAS 1010 E 1011
CEP 41.510-012	BAIRRO/DISTRITO PITUBA	MUNICÍPIO SALVADOR	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO REGULARIDADES@SUZANO.COM.BR		TELEFONE (11) 3636-5797 / (11) 3636-5149	
LÍMITE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (LFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 30/09/2019 às 11:29:34 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 16.404.287/0537-80 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/12/2018
NOME EMPRESARIAL SUZANO S.A.				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 02.30-6-00 - Atividades de apoio à produção florestal				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 02.10-1-01 - Cultivo de eucalipto				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 204-6 - Sociedade Anônima Aberta				
LOGRADOURO ROD NANUQUE X MONTANHA, KM 8		NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 39.860-000	BAIRRO/DISTRITO CORREGO DO LIMOEIRO	MUNICÍPIO NANUQUE	UF MG	
ENDEREÇO ELETRÔNICO JFARIZATO@SUZANO.COM.BR		TELEFONE (11) 3636-5787		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/12/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 30/09/2019 às 11:30:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55
NIRE nº 29.300.016.331

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
("Reunião")

1. **Data, Horário e Local:** 10 de janeiro de 2019, às 10 horas, na filial da Suzano Papel e Celulose S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia.
2. **Presença:** Presentes a totalidade dos conselheiros da Companhia: David Feffer (Presidente do Conselho de Administração), Claudio Thomaz Lobo Sonder (Vice-Presidente do Conselho de Administração), Daniel Feffer (Vice-Presidente do Conselho de Administração, com voto proferido por e-mail), Antonio de Souza Corrêa Meyer (Conselheiro, com voto proferido por e-mail), Jorge Feffer (Conselheiro, com voto proferido por e-mail), Maria Priscila Rodini Vansetti Machado (Conselheira, com voto proferido por e-mail), Nildemar Secches (Conselheiro, com voto proferido por e-mail) e Rodrigo Kede de Freitas Lima (Conselheiro, com voto proferido por e-mail).
3. **Presidente e Secretário:** David Feffer presidiu a Reunião e Pablo F. Gimenez Machado atuou como secretário.
4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a: (i) renúncia de membros da Diretoria Executiva Estatutária; (ii) renúncia de diretores nomeados nos termos do Artigo 14º (s) do Estatuto Social da Companhia; (iii) eleição dos membros da Diretoria Executiva Estatutária da Companhia; (iv) nomeação dos demais Diretores Executivos e dos Diretores Funcionais, ambos nos termos do Artigo 14º (s) do Estatuto Social da Companhia; e (v) quantidade de ações a ser emitida pela Companhia e correspondente o aumento de capital social da Companhia dentro do limite de seu capital autorizado em decorrência da incorporação da Eucalipto Holding S.A. ("Holding") pela Companhia, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de setembro de 2018 ("AGE").
5. **Ata na Forma de Sumário:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram pela lavratura da presente ata na forma de sumário.
6. **Deliberações:** Analisadas e discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros presentes, por unanimidade e sem ressalvas, resolvem:
 - 6.1. Aceitar os pedidos de renúncia apresentados pelos seguintes membros da Diretoria Executiva Estatutária, conforme cartas de renúncia entregues anteriormente à Companhia: (i)

Sra. **JULIA RUBACK FERNANDES PIROLA**, ao cargo de Diretora Executiva, responsável pelas áreas de recursos humanos, sustentabilidade e comunicação; e (ii) Sr. **RENATO TYSZLER**, ao cargo de Diretor Executivo, responsável pela área de inovação e novos negócios.

6.2. Aprovar a reeleição e eleição, conforme aplicável, dos seguintes membros da Diretoria Executiva Estatutária da Companhia, para mandato de 01 (um) ano a contar de 14 de janeiro de 2019:

- (i) como Diretor Presidente Sr. **WALTER SCHALKA** (CPF/MF nº 060.533.238-02 | RG nº 6.567.956-8 SSP/SP), brasileiro, casado, engenheiro;
- (ii) como Diretor Executivo – Operações Celulose, responsável pelas operações industriais de celulose, engenharia e energia, o Sr. **AIRÉS GALHARDO** (CPF/MF nº 249.860.458-81 | RG nº 24.854.223-0 SSP/SP, brasileiro, casado, administrador de empresas;
- (iii) como Diretor Executivo – Florestal, responsável pela área florestal, o Sr. **ALEXANDRE CHUERI NETO** (CPF/MF nº 022.744.468-06 | RG nº 10.869.463 SSP/SP), brasileiro, divorciado, engenheiro florestal;
- (iv) como Diretor Executivo – Comercial Celulose, responsável pelas operações comerciais de celulose, logística e suprimentos, o Sr. **CARLOS ANÍBAL FERNANDES DE ALMEIDA JÚNIOR** (CPF/MF nº 910.169.166-04 | RG nº M-4.379.898 SSP/MG), brasileiro, casado, engenheiro;
- (v) como Diretor Executivo – Gente e Gestão, responsável pelas áreas de recursos humanos, comunicação, estratégia, tecnologia da informação e digital, o Sr. **CHRISTIAN ORGA ORGLMEISTER** (CPF/MF nº 165.972.718-90 | RG nº 15.528.591 SSP/SP), brasileiro, casado, engenheiro de produção;
- (vi) como Diretor Executivo – Pesquisa e Desenvolvimento, responsável pelas áreas de pesquisa e desenvolvimento, o Sr. **FERNANDO DE LELLIS GARCIA BERTOLUCCI** (CPF/MF nº 563.952.646-72 | RG nº M-3431408 SSP/MG), brasileiro, casado, engenheiro;
- (vii) como Diretor Executivo – Papel, responsável pela unidade de negócios de papel, o Sr. **LEONARDO BARRETO DE ARAUJO GRIMALDI** (CPF/MF nº 650.128.445-72 | RG nº 337.977.07 SSP/SP), brasileiro, casado, administrador de empresas; e
- (viii) como Diretor Executivo – Finanças e Relações com Investidores, responsável pelas áreas de finanças e relações com investidores, Sr. **MARCELO FERIOZZI BACCI** (CPF/MF nº 165.903.168-05 | RG nº 18.153.504 SSP/SP), brasileiro, casado, administrador de empresas.

6.3. Em razão da aprovação das deliberações 6.1 e 6.2 acima, a composição da Diretoria Executiva Estatutária será a seguinte a partir de 14 de janeiro de 2019, inclusive: (i) Sr. **WALTER SCHALKA**, como Diretor Presidente; (ii) Sr. **AIRES GALHARDO**, como Diretor Executivo – Operações Celulose; (iii) Sr. **ALEXANDRE CHUERI NETO**, como Diretor Executivo – Floresta; (iv) Sr. **CARLOS ANÍBAL FERNANDES DE ALMEIDA JÚNIOR**, como Diretor Executivo – Comercial Celulose; (v) Sr. **CHRISTIAN ORGMEISTER**, como Diretor Executivo – Gente e Gestão; (vi) Sr. **FERNANDO DE LELLIS GARCIA BERTOLUCCI**, como Diretor Executivo – Pesquisa e Desenvolvimento; (vii) Sr. **LEONARDO BARRETO DE ARAUJO GRIMALDI**, como Diretor Executivo – Papel; e (viii) Sr. **MARCELO FERIOZZI BACCI**, como Diretor Executivo – Finanças e Relações com Investidores.

6.3.1. Registra-se que todos os membros ora eleitos para compor a Diretoria Executiva Estatutária da Companhia nos termos do item 6.2. acima, (x) são residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Brigadelro Faria Lima, 1355, 7ª andar, Bairro Pinheiros, CEP 01.452-919, (y) tomarão posse em 14 de janeiro de 2019 mediante assinatura dos seus respectivos Termos de Posse e adesão à cláusula compromissória referida no artigo 40 do Regulamento do Novo Mercado; e (z) não estão incursos em nenhum dos impedimentos previstos em lei.

6.4. Aceitar, com eficácia a partir de 14 de janeiro de 2019, inclusive, as renúncias apresentadas pelos seguintes diretores não executivos, nos termos do Artigo 14º (s) do Estatuto Social da Companhia: (i) Sr. **PABLO FRANCISCO GIMENEZ MACHADO** (CPF/MF nº 271.385.948-44 | RG nº 28.209.659-0), brasileiro, casado, advogado, ao cargo na Diretoria de Relações e Gestão Legal; (ii) Sr. **FÁBIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** (CPF/MF nº 142.667.458-93 | RG nº 22.797.002-0 SSP/SP), brasileiro, casado, engenheiro, ao cargo na Diretoria de Operações Comerciais de Celulose; (iii) Sr. **JOSÉ ALEXANDRE DE MORAES** (CPF/MF nº 052.779.948-31 | RG nº 13.212.732 SSP/SP), brasileiro, casado, engenheiro, ao cargo na Diretoria de Operações de Celulose; (iv) Sr. **CESAR AUGUSTO GRAESER** (CPF/MF nº 470.138.189-68 | RG nº 5.067.953-9 SSP/SP), brasileiro, casado, engenheiro, ao cargo na Diretoria de Operações Florestais; (v) Sr. **ANTONIO AUGUSTO DIAS CRUZ** (CPF/MF nº 139.691.728-45 | RG nº 21.241.330 SSP/SP), brasileiro, casado, engenheiro de produção, ao cargo na Diretoria de TI; (vi) Sr. **GUSTAVO DE ABREU E SOUZA SELAYZIM** (CPF/MF nº 003.658.356-17 | RG nº MG-8067.680 SSP/MG), brasileiro, solteiro, economista, ao cargo na Diretoria de Tesouraria; (vii) Sr. **PAULO DE OLIVEIRA BORREGO** (CPF/MF sob o nº 214.179.568-01 | RG nº 25.714.552-7 SSP/SP), brasileiro, casado, administrador, ao cargo na Diretoria de Controladoria; e (viii) Sr. **MARCOS PAULO LUPIANHES** (CPF/MF nº 168.327.698-14 | RG 25.789.800-1), brasileiro, casado, engenheiro civil, ao cargo na Diretoria Comercial de Mercado Interno e Argentina.

6.5. Aprovar a nomeação dos seguintes Diretores Executivos, nos termos do Artigo 14º(s) do Estatuto Social da Companhia, com mandato de 01 (um) ano a contar de 14 de janeiro de 2019, inclusive:



- (i) como Diretor Executivo – Bens de Consumo, responsável por bens de consumo, o Sr. **FABIO LUIZ NOVOA PRADO** (CPF/MF nº 033.458.228-81 | RG nº 12.470.360-04 SSP/SP), brasileiro, casado, economista;
- (ii) como Diretora Executiva – Sustentabilidade, responsável pela área de sustentabilidade, a Sra. **MARIA LUIZA DE OLIVEIRA PINTO E PAIVA** (CPF/MF nº 129.079.488-06 | RG nº 10787341-2 SSP/SP), brasileira, casada, psicóloga;
- (iii) como Diretor Executivo – Relações e Gestão Legal, responsável pelas áreas jurídica e de relações corporativas, o Sr. **PABLO FRANCISCO GIMENEZ MACHADO** (CPF/MF nº 271.385.948-44 | RG nº 28.209.659-0 SSP/SP), brasileiro, casado, advogado; e
- (iv) como Diretor Executivo – Novos Negócios, responsável pela área de novos negócios, o Sr. **VINICIUS NONINO** (CPF/MF sob o nº 138.815.728-48 | RG nº 20.664.102-3 SSP/SP) brasileiro, casado, administrador de empresas.

6.5.1. Registra-se que todos os Diretores Executivos ora eleitos nos termos do item 6.5 acima, (x) são residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 7º andar, Bairro Pinheiros, CEP 01.452-919, (y) tomarão posse em 14 de janeiro de 2019, e (z) não estão incursos em nenhum dos impedimentos previstos em lei.

6.5.2. Consignar que, nos termos do Artigo 14º (s) do Estatuto Social da Companhia, a nomeação dos Diretores Executivos nos termos deste item 6.5 não implica em delegação de poderes que, por lei ou pelo Estatuto Social, sejam privativos dos Diretores Executivos Estatutários, conforme eleitos no item 6.2 acima, nem na atribuição a tais Diretores Executivos da condição de membro de qualquer órgão estatutário da Companhia.

6.6. Aprovar a nomeação, dos seguintes Diretores Funcionais, nos termos do Artigo 14º(s) do Estatuto Social da Companhia, com mandato de 01 (um) ano a contar de 14 de janeiro de 2019, inclusive:

- (i) Para a Diretoria de Operações Florestais Sul, o Sr. **CAIO EDUARDO ZANARDO** (CPF/MF nº 275.674.548-07 | RG nº 29.574.713-4 SSP/SP), brasileiro, casado, engenheiro florestal;
- (ii) Para a Diretoria de Operações Florestais Norte, o Sr. **CESAR AUGUSTO GRAESER** (CPF/MF nº 470.138.189-68 | RG nº 5.067.953-9 SSSP/SP), brasileiro, casado, engenheiro;



- (iii) Para a Diretoria de Operações Comerciais Papel, o Sr. **GUILHERME MELHADO MIRANDA** (CPF/MF nº 321.980.108-01 | RG/SP nº 43.743.771-1), brasileiro, casado, administrador de empresas;
- (iv) Para a Diretoria Industrial Celulose Norte, o Sr. **JOSÉ ALEXANDRE DE MORAES** (CPF/MF nº 052.779.948-31 | RG nº 13.212.732 SSP/SP), brasileiro, casado, engenheiro;
- (v) Para a Diretoria de Engenharia, o Sr. **JÚLIO CÉSAR RODRIGUES DA CUNHA** (CPF/MF nº 611.587.126-34 | RG nº 13.595.003-x SSP/SP), brasileiro, solteiro, engenheiro;
- (vi) Para a Diretoria Comercial - Bens de Consumo, o Sr. **MARCOS PAULO LUPIANHES** (CPF/MF nº 168.327.698-14 | RG 25.789.800-1), brasileiro, casado, engenheiro civil;
- (vii) Para a Diretoria de Auditoria, o Sr. **MARIANO ZAVATTIERO** (CPF/MF nº 213.154.408-14 | RNE W381634-0 CGPI/DIREX/DFP), argentino, convivente em união estável, contador;
- (viii) Para a Diretoria de Planejamento Financeiro, o Sr. **PAULO DE OLIVEIRA BORREGO** (CPF/MF sob o nº 214.179.568-01 | RG nº 25.714.552-7 SSP/SP); brasileiro, casado, administrador;
- (ix) Para a Diretoria Industrial Celulose Sul, o Sr. **PAULO RICARDO PEREIRA DA SILVEIRA** (CPF/MF nº 347.892.940-72 | RG nº 5.014.825.854 SSP/RS), brasileiro, casado, engenheiro químico;
- (x) Para a Diretoria de Controladoria, o Sr. **VITOR TUMONIS** (CPF/MF nº 328.677.308-56 | RG nº 34.831.278-7 SSP/SP), brasileiro, casado, administrador de empresas; e
- (xi) Para a Diretoria de Logística e Suprimentos, o Sr. **WELLINGTON ANGELO LOUREIRO GIACOMIN** (CPF/MF nº 719.996.207-04 | RG nº 549.423 SPTC/ES), brasileiro, casado, engenheiro.

6.6.1. Registra-se que todos os Diretores Funcionais ora eleitos nos termos do item 6.6 acima, (x) são residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 7º andar, Bairro Pinheiros, CEP 01.452-919, (y) tomarão posse em 14 de janeiro de 2019, e (z) não estão incursos em nenhum dos impedimentos previstos em lei.

6.6.2. Consignar que, nos termos do Artigo 14º (s) do Estatuto Social da Companhia, a nomeação dos Diretores Funcionais nos termos deste item 6.6 não implica em delegação de poderes que, por lei ou pelo Estatuto Social, sejam privativos dos Diretores Executivos Estatutários, conforme eleitos no Item 6.2 acima, nem na atribuição a tais Diretores Funcionais da condição de membro de qualquer órgão estatutário da Companhia.

6.7. Nos termos das deliberações tomadas na AGE, pela qual foi aprovada a incorporação, pela Companhia, da Holding e do Parágrafo Primeiro do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, e em vista dos ajustes previstos no Protocolo e Justificação celebrado em 26 de julho de 2018 entre as administrações da Companhia, da Holding e da Fibria Celulose S.A. ("Protocolo"), aprovar o aumento do capital social da Companhia dentro do limite de seu capital autorizado e consignar que: (i) o aumento total do patrimônio líquido da Companhia em virtude de tal incorporação será de R\$ 15.137.641.962,34 (quinze bilhões, cento e trinta e sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos), montante esse equivalente à parcela do patrimônio líquido da Holding incorporada pela Companhia, correspondente ao investimento dos acionistas da Fibria Celulose S.A. na Holding, após o Resgate (conforme definido no Protocolo); (ii) do valor referido no item (i) anterior, (x) R\$ 3.027.528.392,47 (três bilhões, vinte e sete milhões, quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e noventa e dois reais e quarenta e sete centavos) serão alocados ao capital social da Companhia, que passará de R\$ 6.241.753.032,16 (seis bilhões, duzentos e quarenta e um milhões, setecentos e cinquenta e três mil, trinta e dois reais e dezesseis centavos) para R\$ 9.269.281.424,63 (nove bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos), com a emissão de 255.437.439 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, quatrocentas e trinta e sete mil, quatrocentas e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de forma que o capital social da Companhia passe a ser representado por 1.361.263.584 (um bilhão, trezentos e setenta e um milhões, duzentas e sessenta e três mil, quinhentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, e (y) o saldo de R\$ 12.110.113.569,87 (doze bilhões, cento e dez milhões, cento e treze mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e sete centavos) será destinado à reserva de capital. Conforme previsto na AGE, a alteração correspondente do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, nos termos abaixo, será submetida a primeira assembleia geral de acionistas que se realizar a partir da Data de Consumação da Operação (conforme definido no Protocolo), prevista para o dia 14 de janeiro de 2019.

"Art. 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R\$ 9.269.281.424,63 (nove bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos) dividido em 1.361.263.584 (um bilhão, trezentos e setenta e um milhões, duzentas e sessenta e três mil, quinhentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."

6.8. Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas.

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros fisicamente presentes. David Feffer (Presidente do Conselho de Administração), Claudio Thomaz Lobo Sonder (Vice-Presidente do Conselho de Administração), Daniel Feffer (Vice-Presidente do Conselho de Administração), Antonio de Souza Corrêa Meyer (Conselheiro), Jorge Feffer (Conselheiro), Maria Priscila Rodini Vansetti Machado (Conselheira), Nildemar Secches (Conselheiro) e Rodrigo Kede de Freitas Lima (Conselheiro).

A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio.

São Paulo, SP, 10 de janeiro de 2019.


Pablo F. Gimenez Machado
Secretário



197326030



TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.
PROTOCOLO	197326030 - 11/02/2019
ATO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO
EVENO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

MATRIZ

NIRE 29300016331
CNPJ 16.404.287/0001-55
CERTIFICO O REGISTRO EM 27/02/2019

EVENTOS

021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) ARQUIVAMENTO: 97817600



HÉLIO PORTELA RAMOS
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 97837600 em 27/02/2019
Protocolo 197326030 de 11/02/2019

Nome da empresa SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 157436975792387

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/02/2019
por Hélio Portela Ramos - Secretário Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=VcftExdvXW zn4wxr2805Alchave2=8T-066C0p1p1n2nincRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES

ESTATUTO SOCIAL

SUZANO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 16.404.287/0001-55

NIRE nº 29.300.016.331

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO SOCIAL.

Artigo 1º – A SUZANO S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, atuando de forma eticamente responsável e com respeito aos direitos humanos.

Parágrafo Único – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento de Listagem da Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

Artigo 2º – A Companhia tem sede na Cidade, Município e Comarca de Salvador, Estado da Bahia, que é seu foro.

Artigo 3º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Artigo 4º – A Companhia tem por objeto:

- (a) a fabricação, o comércio, a importação e a exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais, incluindo a reciclagem destes, bem como de madeira e de produtos relacionados ao setor gráfico;
- (b) a formação e a exploração de florestas homogêneas, próprias ou de terceiros, diretamente ou através de contratos com empresas especializadas em silvicultura e manejo florestal;
- (c) a prestação de serviços, a importação, a exportação e a exploração de bens relacionados ao objeto da Companhia;
- (d) o transporte, por conta própria e de terceiros;



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

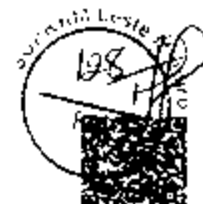
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

28/06/2019



- (e) a participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento;
- (f) a operação de terminais portuários;
- (g) a geração e a comercialização de energia elétrica;
- (h) a prestação de serviços de transporte aquaviário pelas modalidades cabotagem e navegação interior, bem como atividades auxiliares, tais como operação e sinalização náutica;
- (i) a prestação de serviços de operador portuário para movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, dentro da área de porto organizado; e
- (j) a operação de aeroportos e campos de aterrissagem.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R\$9.269.281.424,63 (nove bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos), dividido em 1.361.263.584 (um bilhão, trezentos e sessenta e um milhões, duzentas e sessenta e três mil, quinhentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 780.119.712 (setecentos e oitenta milhões, cento e dezenove mil, setecentas e doze) ações ordinárias, todas exclusivamente escriturais.

Parágrafo Segundo – A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

Parágrafo Terceiro – Em caso de aumento de capital é assegurado aos acionistas, nos termos da lei, o direito de preferência na subscrição das ações a serem emitidas, na proporção do número de ações de que forem titulares.

Parágrafo Quarto – O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência para os então acionistas em qualquer emissão de ações, debêntures



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regm.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722438534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

28/06/2019

http://assinador.pscs.com.br/assinado/web/autenticacao?chave1=VcftEzdVXU znd4xrz905AaChave2=8T-06aCCpMpeI+2mIncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 34014289850-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES



convertíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou (ii) permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei.

Parágrafo Quinto – Em caso de aumento de capital por incorporação de reservas ou fundos de qualquer natureza, as novas ações, se emitidas, observarão as proporções quanto à quantidade de ações então existentes, no momento do aumento, devendo, ainda, ser integralmente observados os direitos atribuídos às ações de emissão da Companhia.

Artigo 6º – O acionista que, por qualquer razão, deixar de pagar pontualmente alguma chamada de capital por conta do valor das subscrições de ações da Companhia, estará, de pleno direito, constituído em mora e sujeito ao pagamento do valor subscrito corrigido monetariamente, na forma da lei, pelo Índice Geral de Preço a Mercado - IGP-M, da FGV, acrescido de juros de 12% ao ano e da multa de 10% sobre o valor do saldo da chamada.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 7º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, por um Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou ainda, nos casos previstos em lei.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral que tiver como matéria da ordem do dia deliberar sobre (i) o cancelamento de registro da companhia aberta, (ii) a saída da Companhia do Novo Mercado, ou (iii) a alteração ou exclusão do Artigo 30 abaixo, deverá ser convocada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência.

Artigo 8º – A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, por qualquer dos Vice-Presidentes do Conselho de Administração, pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Executivo de Relações com Investidores, e, em seguida, os acionistas elegerão o Presidente da Assembleia Geral, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. A Assembleia Geral também poderá ser instalada por um procurador, nomeado por ato de delegação específico pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

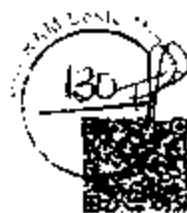
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=VotfExdvXv zn4uxr2905A&chave2=8T-06eCCpMpaIh2nincffg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 34014289850-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES



Artigo 9º São órgãos de administração da Companhia: (a) o Conselho de Administração; e (b) a Diretoria Executiva Estatutária.

Artigo 10 O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia privativa do Diretor Presidente e dos Diretores Executivos Estatutários.

Parágrafo Primeiro O prazo do mandato do Conselho de Administração é de 2 (dois) anos e o da Diretoria Executiva Estatutária é de 1 (um) ano, mas ambos estender-se-ão até a investidura dos novos membros eleitos. Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva Estatutária estará condicionada à previa subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 11 A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, o montante global da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva Estatutária, cabendo ao primeiro desses órgãos deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da Diretoria Executiva Estatutária.

SEÇÃO I DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12 – O Conselho de Administração é constituído de 5 (cinco) a 10 (dez) membros, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, que entre eles designará o Presidente e até 2 (dois) Vice-Presidentes.

Parágrafo Primeiro – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”).

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=VcftEzdVxV zn4wxr2905A&chave2=8T-06aC0Mpa1H2nincFfg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 340142895D-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regm.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

28/06/2019



Parágrafo Segundo Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 13 – O Conselho de Administração reunir-se-á por convocação de seu Presidente, de qualquer de seus Vice-Presidentes, ou do Diretor Presidente, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência e a indicação da ordem do dia, admitida a convocação por correio eletrônico, sendo o quórum para instalação em 1ª convocação de, pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo estar presente pelo menos o Presidente ou um dos Vice-Presidentes do Conselho de Administração e, em 2ª convocação, a maioria de seus membros, devendo estar presente pelo menos o Presidente ou um dos Vice-Presidentes do Conselho de Administração. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos membros presentes à reunião, entre os quais necessariamente o Presidente ou um dos Vice-Presidentes. No caso de empate, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de qualidade.

Parágrafo Primeiro – É facultada a participação de Conselheiros na reunião, por telefone, videoconferência ou outro meio de comunicação; e para ser assegurada a participação efetiva e autenticidade de seu voto, os Conselheiros deverão entregar, nos 3 (três) dias seguintes às reuniões, na sede social ou enviar por correio eletrônico, documentos por eles assinados confirmando a sua participação e o teor dos seus votos, dispensando-se tal providência com a assinatura da correspondente ata de reunião do Conselho de Administração pelo referido Conselheiro, que fará referência à forma pela qual o Conselheiro se manifestou.

Parágrafo Segundo – Qualquer membro do Conselho de Administração terá o direito de se fazer representar, mediante documento escrito ou através de correio eletrônico, por outro membro do Conselho de Administração, seja para a formação de "quórum", seja para a votação, com a faculdade de indicar ou não o sentido de seu voto. Essa representação extinguir-se-á, simultaneamente, com o encerramento da reunião do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro – Igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama ou correio eletrônico, quando recebidos pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto até o encerramento da reunião.

Parágrafo Quarto – O Presidente do Conselho de Administração tem a faculdade de convidar para participar das reuniões do Conselho de Administração, mas sem direito de voto, qualquer dos membros de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração (estatutários ou não) ou da Diretoria Executiva Estatutária que não seja membro do Conselho de Administração, e, ainda, qualquer outro executivo da

http://assinador.pacs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=vcfttEdxvXV zn4wxr7805A8chavez=BT-06eCOPMpa1-2nincfng
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 34014289850-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regia M G de Araújo - Secretária-Geral

28/06/2019



Companhia ou o representante do seu auditor independente ou qualquer terceiro que possa contribuir com opiniões, informações e sugestões que sirvam como subsídios às deliberações dos membros do Conselho.

Parágrafo Quinto – Poderá também o Conselho de Administração nomear membro honorário, pessoa de reconhecida competência profissional e histórico de dedicação à Companhia, que poderá ser consultada a título informativo nas reuniões do Conselho de Administração, com regras e condições a serem fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 14 Compete ao Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios sociais, respeitados sempre os valores éticos adotados pela comunidade onde atua, em especial o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente;
- (b) caso venha a ser constituído Comitê com competência para avaliar o tema, ouvido tal comitê, eleger, avaliar e destituir, a qualquer tempo, os Diretores Executivos Estatutários da Companhia e fixar as atribuições e competências de cada um deles, quando não previstas neste Estatuto Social, assim como orientar o voto da Companhia, de suas subsidiárias ou controladas, na eleição de administradores de subsidiárias, controladas ou outras sociedades na qual a Companhia, suas subsidiárias ou controladas detenham participação, sempre que o investimento da Companhia, sua subsidiária ou controlada na sociedade para a qual o administrador será eleito represente montante equivalente a, no mínimo, 5% do patrimônio líquido da Companhia, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras da Companhia de encerramento de exercício mais recente;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores Executivos Estatutários; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- (d) caso venha a ser constituído Comitê com competência para avaliar o tema, ouvido tal comitê, manifestar-se sobre o relatório da administração e contas da Diretoria Executiva Estatutária;
- (e) caso venha a ser constituído Comitê com competência para avaliar o tema, ouvido tal comitê, escolher e destituir os auditores independentes, ressalvado o direito de veto, previsto em lei;
- (f) caso venha a ser constituído Comitê com competência para avaliar o tema, ouvido tal comitê, aprovar os critérios e as práticas contábeis;

Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regina M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.juceb.ba.gov.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=VcFTEdxvXV zn4wXr2905A6chavez=8T-46scCpYpaH2nXncFfg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 34014289850-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES



- (g) caso venha a ser constituído Comitê com competência para avaliar o tema, ouvido tal comitê, aprovar a estratégia global de longo prazo a ser observada pela Companhia e pelas sociedades controladas, bem como aquela a ser proposta para as sociedades coligadas;
- (h) examinar, aprovar e controlar a execução dos orçamentos anuais e plurianuais de investimentos, bem como os operacionais, que serão elaborados pela Diretoria Executiva Estatutária;
- (i) acompanhar e avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia;
- (j) emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria Executiva Estatutária à Assembleia Geral;
- (k) deliberar sobre a concessão, ou não, do direito de preferência aos acionistas, ou mesmo reduzir o prazo desse direito, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações, e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita por uma das modalidades previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) observado o disposto na alínea k, acima, deliberar sobre a emissão de valores mobiliários, inclusive notas promissórias, para distribuição pública ou privada, no país e/ou no exterior, de acordo com a respectiva legislação;
- (m) caso venha a ser constituído Comitê com competência para avaliar o tema, ouvido tal comitê, autorizar a participação, inicial ou subsequente, da Companhia como sócia, acionista ou consorciada, em outra sociedade ou empreendimento (exceto em subsidiárias integrais), a outorga dessa participação em garantia a terceiros nas operações da Companhia, assim como a alienação a qualquer título, e sob qualquer forma, de qualquer participação constante do ativo da Companhia;
- (n) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento, ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- (o) caso venha a ser constituído Comitê com competência para avaliar o tema, ouvido tal comitê, designar o Diretor Executivo de Relações com Investidores;
- (p) caso venha a ser constituído Comitê com competência para avaliar o tema, ouvido tal comitê, autorizar a Diretoria Executiva Estatutária, com o estabelecimento de alçadas a serem definidas por resolução aprovada em Reunião do Conselho de

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=VcftEcdvXV zn4wxr2805A5chave2=8T-06aCCmpa142nifncfRq
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 34014289850-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES



Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

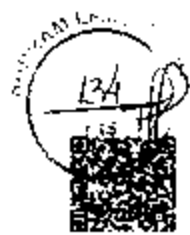
Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 145722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regina M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=vcftcxdvxn zthwxr2805a4chavez2=8t-06acCpMpeIh2nincRfg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 3401428950-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES

Administração, cuja ata será devidamente registrada perante a Junta Comercial competente, a:

- (p.1) alienar, onerar e adquirir bens relativos ao ativo imobilizado e aqueles de que trata a alínea "m" deste Artigo;
- (p.2) constituir garantia real de qualquer natureza e de alienação fiduciária em garantia;
- (p.3) celebrar operações financeiras, ativas ou passivas, inclusive as intituladas "vendedor", nas quais a Companhia figura como fiadora de seus clientes;
- (p.4) celebrar quaisquer outros contratos conforme os valores de alçadas definidos;
- (p.5) praticar, ou determinar que sejam praticados, quaisquer atos não expressamente previstos neste Estatuto Social, desde que, legalmente, sejam da sua competência;
- (p.6) ingressar, transigir, fazer acordos ou desistir de processos, procedimentos, medidas ou quaisquer demandas judiciais, administrativas ou arbitrais, bem como efetuar a compensação fiscal voluntária, que resultem ou possam resultar em obrigações ou direitos da Companhia, ou que prejudiquem ou possam prejudicar a reputação ou a imagem da Companhia;
- (q) deliberar sobre a instituição de conselho consultivo para aconselhamento dos membros do Conselho de Administração, fixando os cargos, remuneração e regras de funcionamento daquele órgão;
- (r) criar, se e quando julgar conveniente, outros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, observado o disposto no Artigo 15 adiante;
- (s) caso venha a ser constituído Comitê com competência para avaliar o tema, ouvido tal comitê, nomear pessoas para dirigir setores ou áreas da Companhia, com o título de Diretor Executivo não estatutário, que deverão reportar-se a um Diretor Executivo Estatutário, não implicando tal procedimento em delegação de poderes que, por lei ou pelo presente Estatuto Social, sejam privativos dos Diretores Executivos Estatutários eleitos, nem lhes atribuindo, assim, a condição de membro de qualquer órgão estatutário;
- (t) caso venha a ser constituído Comitê com competência para avaliar o tema, ouvido tal comitê, manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta



Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

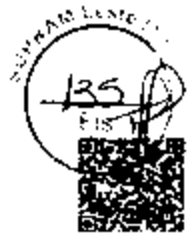
Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A, NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 146722439534867

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.jucs.com.br/assinado/web/autenticacao?chave1=VcftEExduXW zrh4xri2905A&chave2=8T-069C0pIpa1H2nHncFfg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 34014289850-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES

pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia ("OPA"), por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e

- (ii) caso venha a ser constituído Comitê com competência para avaliar o tema, ouvido tal comitê, definir lista triplíce de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado.

Artigo 15 - O Conselho de Administração poderá instituir outros comitês de assessoramento, cuja função será a de opinar sobre as matérias de sua competência, nos termos deste Estatuto Social e resoluções do Conselho de Administração. As recomendações desses comitês terão caráter exclusivamente opinativo, sendo que os membros dos comitês não terão qualquer poder deliberativo ou responsabilidade pelas deliberações.

Parágrafo Primeiro - As regras sobre a composição, funcionamento e competência de eventual comitê de assessoramento que venha a ser criado pelo Conselho de Administração serão definidas no ato próprio de criação desses comitês e/ou nas deliberações dos comitês que se seguirem à sua criação.

Parágrafo Segundo - Os comitês poderão contar com a colaboração de outros profissionais, bem como estrutura administrativa de apoio. A remuneração de tais profissionais, inclusive a dos membros dos comitês e as despesas da estrutura administrativa de apoio serão custeadas pela Companhia. Quando entenderem necessário, os comitês poderão também determinar a contratação de consultas junto a profissionais externos, cujos honorários serão pagos pela Companhia.

Artigo 16 - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração, com o auxílio, a seu exclusivo critério, dos respectivos Comitês do Conselho de Administração, no que tange às alíneas "b", "c" e "d", abaixo:

- (a) representar o Conselho de Administração perante terceiros;



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifica o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

28/06/2019



http://assinador.pscs.com.br/assinado?web/autenticacao?chave1=VcftendvXW zn4xRz905Machave2=8T-06aCpMpaIH2nHncFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 34014289850-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES

- (b) sugerir ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios sociais a ser transmitida à Diretoria Executiva Estatutária;
- (c) preparar todos os elementos necessários à prática dos atos de competência do Conselho de Administração; e
- (d) acompanhar e dar suporte à atuação da Diretoria Executiva Estatutária e/ou de qualquer de seus membros.

Artigo 17 – Em suas ausências temporárias, o Presidente do Conselho de Administração será substituído por um dos Vice-Presidentes desse órgão, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração indicar o substituto; e, quando assim não ocorrer, caberá ao Conselho de Administração fazer tal indicação. O mesmo critério será adotado quando, nos mesmos casos, tratar-se de qualquer outro membro, que será substituído por um de seus pares.

Parágrafo Primeiro – Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, o cargo poderá permanecer vago até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sem prejuízo do substituto poder ser nomeado, para completar o mandato em curso, pelos conselheiros remanescentes em reunião do Conselho de Administração, na forma do artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações, se necessário para a manutenção do número mínimo de membros daquele órgão ou se considerado conveniente o provimento do cargo.

Parágrafo Segundo – As substituições previstas neste Artigo implicarão a acumulação das funções e do direito de voto nas reuniões do Conselho de Administração, mas não a dos seus honorários e demais vantagens do substituído.

SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA ESTATUTÁRIA

Artigo 18 – A Diretoria Executiva Estatutária será constituída de 1 (um) Diretor Presidente e de 4 (quatro) a 9 (nove) Diretores Executivos Estatutários, acionistas ou não, domiciliados e residentes no país, de reconhecida capacidade técnica e administrativa, eleitos pelo Conselho de Administração e por este órgão destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – É facultada a participação de Diretores Executivos Estatutários na reunião, por telefone, videoconferência ou outro meio de comunicação; e para ser assegurada a participação efetiva e autenticidade de seu voto, os Diretores Executivos Estatutários deverão entregar, nos 3 (três) dias seguintes às reuniões, na sede social ou



Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regina M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadoweb/autenticacao?chave1=VcftExdvXV zr4xxrr2805A&chave2=8T-06acCpMpa1+2n/mcRfg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 34.014.289.650 - CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES

enviar por correio eletrônico, documentos por eles subscritos confirmando a sua participação e o teor dos seus votos, dispensando-se tal providência com a assinatura da correspondente ata de reunião da Diretoria Executiva Estatutária pelo referido Diretor Executivo Estatutário, que fará referência à forma pela qual o Diretor Executivo Estatutário se manifestou.

Parágrafo Segundo - A área de atuação e competência específica de cada um dos membros da Diretoria Executiva Estatutária poderão ser fixadas pelo Conselho de Administração, quando não previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo Terceiro - Os membros da administração não poderão obrigar-se, pessoalmente, por aval ou fiança.

Artigo 19 - Nas ausências temporárias:

- (a) do Diretor Presidente, o seu substituto será designado pelo Presidente do Conselho de Administração, dentre os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva Estatutária;
- (b) de qualquer outro Diretor Executivo Estatutário, o seu substituto será designado pelo Diretor Presidente, dentre os demais membros ou dentre os subordinados diretos do Diretor Executivo Estatutário ausente ou impedido, por recomendação deste. Neste último caso, o subordinado direto que estiver substituindo o Diretor Executivo Estatutário ausente ou impedido participará de todas as atividades rotineiras e terá todos os encargos do referido diretor, inclusive estando presente em reuniões de Diretoria Executiva Estatutária para instruir as matérias afetas ao Diretor Executivo Estatutário substituído sem, no entanto, exercer o direito de voto ou receber a remuneração do substituído.

Parágrafo Primeiro - No caso de vacância de cargo na Diretoria Executiva Estatutária, o Conselho de Administração deverá reunir-se para deliberar sobre o provimento do cargo vago, se necessário para o preenchimento do número mínimo de membros daquele órgão ou se entender conveniente seja provido o cargo. O prazo de gestão do Diretor Executivo Estatutário assim eleito terminará simultaneamente com os dos seus pares.

Parágrafo Segundo - Ressalvado o disposto na alínea "b" do caput deste Artigo, as substituições previstas neste Artigo implicarão a acumulação de cargos, inclusive do direito de voto, mas não a dos honorários e demais vantagens do substituído.

Artigo 20 - A Diretoria Executiva Estatutária reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por 2 (dois) Diretores Executivos Estatutários, com até 2 (dois) dias



Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

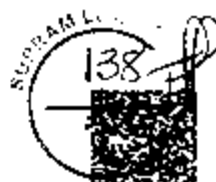
Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regina M G de Araújo - Secretária-Geral



de antecedência, dispensando-se esse prazo quando a totalidade de seus integrantes participar da reunião.

Parágrafo Primeiro - As reuniões da Diretoria Executiva Estatutária serão válidas quando delas participar a maioria de seus membros em exercício, dentre os quais o Diretor Presidente ou seu substituto.

Parágrafo Segundo - Em todas as reuniões da Diretoria Executiva Estatutária as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes e registradas em ata. Em caso de empate, o Diretor Presidente terá o voto de qualidade.

Parágrafo Terceiro - A Diretoria Executiva Estatutária poderá reunir-se, independentemente da formalidade de convocação, quando se tratar de matéria urgente. Para a validade dessa reunião é exigida a presença ou representação de 2/3 (dois terços) dos membros da Diretoria Executiva Estatutária e que a deliberação seja tomada por unanimidade.

Artigo 21 - Compete à Diretoria Executiva Estatutária:

- (a) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- (b) administrar e gerir os negócios sociais de conformidade com a orientação estabelecida pelo Conselho de Administração;
- (c) levantar balancetes mensais e relatórios gerenciais, em igual período, encaminhando-os ao Conselho de Administração;
- (d) elaborar as demonstrações financeiras de cada período, como previsto neste Estatuto Social, inclusive com proposta de destinação dos lucros, submetendo-as ao Conselho de Administração;
- (e) propor ao Conselho de Administração a aprovação dos procedimentos de que tratam os Artigos 27 e 28 deste Estatuto Social;
- (f) elaborar os orçamentos anuais e plurianuais de operações e investimentos, abrangendo, dentre outros, planos florestal, industrial, comercial, financeiro e de recursos humanos, a serem submetidos pelo Diretor Presidente ao Conselho de Administração;



Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regita M G de Araújo - Secretária-Geral

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=VcftLxdvXW z74wxrZ905A4chavez=8f-06ac0p1pa1H2nincRfg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 3401428950-CARLOS EDUARDO PINOTO ESTEVES



- (g) deliberar sobre as transações indicadas nas alíneas "p.1" a "p.4" e "p.6" do Artigo 14 deste Estatuto Social, observados os valores de alçadas previamente estabelecidos pelo Conselho de Administração, quando de valor não superior àqueles ali previstos, e submetidos, previamente, ao Conselho de Administração, quando superiores, assim como deliberar sobre os investimentos em subsidiárias integrais em qualquer valor;
- (h) abrir e/ou encerrar filiais e depósitos em todo o País;
- (i) informar ao Conselho de Administração, na pessoa de seu Presidente, a respeito de qualquer questão de importância singular para os negócios da Companhia; e
- (j) buscar a contínua melhoria do clima organizacional e de resultados.

Artigo 22 A Companhia será representada, ativa e passivamente, em atos e operações que constituam obrigações para ela ou exonerem terceiros de obrigações para com ela, por quaisquer 2 (dois) de seus Diretores Executivos Estatutários,

Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá ser representada por um Diretor Executivo Estatutário e um procurador, por dois procuradores ou mesmo por um só procurador, desde que, na outorga do mandato, seja ela representada por dois Diretores Executivos Estatutários, devendo ser especificados no respectivo instrumento, de modo preciso e consistente, os poderes conferidos ao(s) mandatário(s) e o prazo do mandato.

Parágrafo Segundo Não serão outorgados poderes para substabelecimento, salvo para fins de representação judicial e/ou no contencioso administrativo.

Parágrafo Terceiro - Não obstante o disposto neste Artigo, a Companhia poderá ser representada, singularmente, por qualquer Diretor Executivo Estatutário, ou procurador com poderes específicos para qualquer dos seguintes atos:

- (a) nos atos de endosso de cheques ou de duplicatas em favor de instruções financeiras, para o efeito de depósito em conta da Companhia, no primeiro caso, e de desconto e/ou de caução e/ou de penhor mercantil e/ou de cobrança, no segundo caso, inclusive assinando os respectivos contratos, propostas e borderôs;
- (b) representação da Companhia junto a quaisquer órgãos e repartições públicas, federais, estaduais e municipais, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, exclusivamente para fins administrativos;

Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300015331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=VcftExdVXN_zn4xR2905Mchava2=8f-06sCCpYpa1H2nHacFRq
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 34014289850-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES



- (c) representação da Companhia junto à Justiça do Trabalho, Ministério Público e Sindicatos, inclusive para os fins de nomeação de prepostos e em matéria de admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas; e
- (d) representação da Companhia junto a terceiros, para fins de representação que não envolva obrigação de qualquer natureza para a Companhia.

Parágrafo Quarto Salvo quando para fins judiciais, de representação da Companhia no contencioso administrativo e procedimentos relativos a marcas e patentes, todos os demais mandatos outorgados pela Companhia terão prazo máximo de vigência até 30 de junho do ano seguinte ao da outorga dos mesmos mandatos, se não for estabelecido menor prazo, o qual, em qualquer caso, deverá constar sempre do respectivo instrumento.

Artigo 23 – Compete ao Diretor Presidente:

- (a) sem prejuízo do disposto no Artigo 22 acima, representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, podendo ele constituir procurador especial para esta última hipótese;
- (b) representar a Companhia nas suas relações públicas e privadas de alto nível;
- (c) superintender todas as atividades sociais de conformidade com a orientação que for estabelecida pelo Conselho de Administração;
- (d) submeter os orçamentos anuais e plurianuais de operações e investimentos à aprovação da Diretoria Executiva Estatutária e do Conselho de Administração;
- (e) submeter a exame da Diretoria Executiva Estatutária as estatísticas, relatórios e demonstrações evidenciando os resultados globais da Companhia, abrangendo, inclusive, as sociedades controladas e coligadas, e de empreendimentos dos quais participe;
- (f) estimular o bom relacionamento da Diretoria Executiva Estatutária com eventuais comitês de assessoramento e com o Conselho de Administração, baseando-se nos interesses da Companhia;
- (g) manter o Conselho de Administração, na pessoa de seu Presidente, constantemente informado sobre todos os fatos e atos relativos às atividades e investimentos da Companhia, discutindo com este todos os aspectos relevantes;
- (h) propor ao Conselho de Administração

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=VcftEzXvXW zndxkr2905A&chave2=8T-068CCpMpaIh2mKncRfg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 34014289650-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES



Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



http://assinador.pscm.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=VcftExdVXW-zn4wxr2905A&chave2=8T-06aC0pMpa1H2nInoF8g
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 34014289860-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES

(h.1) a fixação da política financeira, em alto nível, a ser observada pela Companhia e pelas sociedades controladas, e a ser proposta às sociedades coligadas;

(h.2) a definição da estratégia global, a longo prazo, a ser observada pela Companhia e pelas sociedades controladas, e a ser proposta às sociedades coligadas;

(h.3) a participação da Companhia, suas subsidiárias, controladas ou coligadas, inicial ou subsequente, como sócia ou acionista, em outras empresas, bem como a alienação ou oneração dessas participações; e

(h.4) a formação de "joint-ventures" ou a celebração de parcerias de qualquer espécie e seus eventuais distratos e prorrogações, tanto da Companhia como de suas subsidiárias, controladas e coligadas.

Parágrafo Único – As citações da Companhia somente serão válidas quando feitas nas pessoas do Diretor Presidente e de um outro Diretor Executivo Estatutário.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

Artigo 24 – O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente, e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com a legislação aplicável. Uma vez instalado, o Conselho Fiscal compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e reger-se-á pelas leis e normas regulamentares aplicáveis, pelo presente Estatuto Social e por seu Regimento Interno.

Parágrafo Primeiro – A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo – Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos, ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes.

Parágrafo Terceiro – Os membros efetivos do Conselho Fiscal terão direito à remuneração fixada pela Assembleia Geral, respeitado o limite mínimo legal, e não poderão receber qualquer remuneração adicional da Companhia, de sociedade por ela controlada ou com ela coligada, exceto se essa remuneração adicional decorrer de, ou



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regm.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regina M G de Araújo - Secretária-Geral

28/06/2019



relacionar-se com, serviços prestados à Companhia anteriormente à eleição, ou não comprometer o exercício da função de conselheiro fiscal.

CAPÍTULO VI DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Artigo 25 A Companhia terá um Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), órgão colegiado de assessoramento e instrução vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, com o objetivo de supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores internos e independentes.

Parágrafo Primeiro – O CAE possuirá Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que deverá prever detalhadamente suas funções, bem como seus procedimentos operacionais, observadas a legislação em vigor e as normas expedidas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais e bolsas de valores em que estejam listados os valores mobiliários da Companhia.

Parágrafo Segundo – O CAE funcionará permanentemente e será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, com mandato de 2 (dois) anos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, que atendam aos requisitos de independência e que, ao menos um membro, tenha reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme estabelecidos no Regimento Interno do CAE, na legislação aplicável e nas normas expedidas pelos órgãos reguladores do mercado de capitais e bolsas de valores em que estejam listados os valores mobiliários da Companhia. O CAE deverá possuir um Coordenador, cujas atividades devem estar definidas no Regimento Interno.

Parágrafo Terceiro – É vedada a participação de Diretores da Companhia, de suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no CAE.

Parágrafo Quarto – O CAE terá dentre outras funções:

- (a) analisar as informações financeiras trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (b) promover a supervisão da área financeira;



Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regina M G de Araújo - Secretária-Geral

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=vcf7fxdvvxv-zn4wxr28054e&chave2=9t-06ac0pmpo1v2n/nccffg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 34014289850-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES



- (c) zelar para que a Diretoria Executiva Estatutária desenvolva controles internos confiáveis;
- (d) zelar para que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores externos avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da Diretoria Executiva Estatutária e da auditoria interna;
- (e) estabelecer com a auditoria externa o plano de trabalho e o acordo de honorários;
- (f) recomendar ao Conselho de Administração a contratação, remuneração e substituição da auditoria externa; e
- (g) interagir com a auditoria externa sobre assuntos relacionados ao procedimento de auditoria;
- (h) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- (i) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia.

Parágrafo Quinto - O Conselho de Administração definirá a remuneração dos membros do CAE, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas de seu funcionamento.

Parágrafo Sexto - O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para receber e tratar denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em relação ao descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive a previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da denúncia.

CAPÍTULO VII DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Artigo 26 - O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando, portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras, juntamente com as quais os órgãos de administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano anterior ("Exercício Social"), observando a seguinte ordem de dedução, na forma da lei:



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 97671873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regln.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

28/06/2019

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 34014289850-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES
<http://assinador.pscs.com.br/assinado/web/autenticacao?chave1=VcftExdVxMzn4wxr2p05A&chave2=BT-06acCpYpallH2nIncFfg>



- (a) 5% (cinco por cento) no mínimo, para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do Exercício Social para a reserva legal;
- (b) as importâncias destinadas a Reservas para Contingências, caso constituída;
- (c) a quota necessária ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o qual será, em cada Exercício Social, equivalente ao menor valor entre: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) 10% (dez por cento) da Geração de Caixa Operacional consolidado da Companhia no respectivo Exercício Social, calculada de acordo com o Parágrafo Terceiro deste Artigo;
- (d) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria Executiva Estatutária, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, com a faculdade de destinar até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta Reserva não poderá ultrapassar a 80% (oitenta por cento) do capital social. O remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo Primeiro Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do artigo 202 da mesma lei e deste Estatuto Social, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo Segundo Nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as de contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso, na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Parágrafo Terceiro Para os fins de cálculo do valor a ser pago a título de dividendo mínimo obrigatório previsto na alínea (c) deste Artigo 26, "Geração de Caixa Operacional" consolidado significa o resultado da seguinte fórmula:



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

28/06/2019

ASSINADO DIGITALMENTE POR: 3401428950-CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES
<http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=VcfttExdVxwZn4wxr2905A&chave2=9T-06aCCpMpe1v2nWncRfg>



- (a) 5% (cinco por cento) no mínimo, para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do Exercício Social para a reserva legal;
- (b) as importâncias destinadas a Reservas para Contingências, caso constituída;
- (c) a quota necessária ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o qual será, em cada Exercício Social, equivalente ao menor valor entre: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) 10% (dez por cento) da Geração de Caixa Operacional consolidado da Companhia no respectivo Exercício Social, calculado de acordo com o Parágrafo Terceiro deste Artigo;
- (d) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria Executiva Estatutária, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberada pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, com a faculdade de destinar até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta Reserva não poderá ultrapassar a 80% (oitenta por cento) do capital social. O remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo Primeiro - Como previsto no artigo 197 e seus parágrafos da Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o montante do dividendo obrigatório calculado nos termos do artigo 202 da mesma lei e deste Estatuto Social, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo Segundo - Nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as de contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; anexo esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso, na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Parágrafo Terceiro - Para os fins de cálculo do valor a ser pago a título de dividendo mínimo obrigatório previsto na alínea (c) deste Artigo 26, "Geração de Caixa Operacional" consolidado significa o resultado da seguinte fórmula:



Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 198854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29330016331

Este documento pode ser verificado em <http://reg.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAO/DOCUMENTOS/AUTEN>

Chancela 146727439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019
por Tiana Regina M G de Araújo - Secretária-Geral



- (b) levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital,
- (c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual

Artigo 29 – As Demonstrações Financeiras anuais serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes, registrados na CVM. Tais auditores serão escolhidos e/ou destituídos pelo Conselho de Administração, observado, quando for o caso, o disposto no parágrafo 2º do artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VIII **OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO** **RELEVANTE**

Artigo 30 - Qualquer Pessoa (conforme definida no parágrafo Primeiro abaixo) isoladamente ou em conjunto com Pessoa(s) Vinculada(s), acionista(s) ou não da Companhia, que subscreva, adquira ou, de qualquer outra forma, incluindo, sem limitação, por meio de permuta, conversão, reorganização societária (incluindo, mas não se limitando a incorporação da Companhia e/ou de suas ações ou a incorporação pela Companhia de outra sociedade ou das ações desta), ou ainda mediante aquisição de direitos de preferência e/ou de subscrição de ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia convertíveis em ações ou que deem direito à sua subscrição ou compra de ações da Companhia, torne-se titular, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, de Participação Relevante (conforme definida no parágrafo Primeiro abaixo) na Companhia deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do evento do qual resultar a titularidade de Participação Relevante, lançar ou, no caso de oferta registrável nos termos da Instrução CVM 361/02, protocolar pedido de registro na CVM de, OPA para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia., a qual deverá ser liquidada no prazo máximo de (a) 48 (quarenta e oito) dias contados do lançamento no caso de oferta não sujeita a registro, e (b) 180 (cento e oitenta) dias contados da data de pedido de registro, no caso de oferta sujeita a registro, nos termos da lei e da regulamentação aplicável, ressalvados eventuais atrasos que não decorram de ato ou omissão do ofertante.

Parágrafo Primeiro - Para fins deste Estatuto Social:

- (a) “Derivativos” significa quaisquer derivativos liquidáveis em ações de emissão da Companhia e/ou mediante pagamento em moeda corrente, negociados em bolsa



Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300010331

Este documento pode ser verificado em <http://reg.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAO/DOCUMENTOS/AUTENTICACAO.php>

Chancela 146/22439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019
por Tiana Regina M G de Araújo - Secretária-Geral



aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto neste Artigo 30.

Parágrafo Oitavo – As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações e dos Artigos 31, 32 e 33 deste Estatuto Social excluem o cumprimento pela Pessoa titular de Participação Relevante das obrigações constantes deste artigo.

Parágrafo Nono – Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia para cálculo de atingimento de Participação Relevante, conforme descrito na alínea “c” do Parágrafo Primeiro deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultante de cancelamento de ações em tesouraria ou resgate de ações.

Parágrafo Décimo – Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição, na OPA, de cada ação de emissão da Companhia que resulte em preço de aquisição superior aquele determinado nos termos do Parágrafo Terceiro acima, deverá prevalecer, na efetivação da OPA, aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Décimo Primeiro – O disposto neste Artigo 30 não se aplica aos acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia em 29 de setembro de 2017 e a seus sucessores (abaixo definidos).

Parágrafo Décimo Segundo – Para fins do parágrafo Décimo Primeiro deste Artigo 30 acima, são qualificados como “Sucessores” dos acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia, os respectivos cônjuges, companheiros, herdeiros, legatários, cessionários e sucessores que, por qualquer razão, inclusive reorganizações societárias, se tornem titulares das ações (e /ou direitos de votos a elas inerentes) e/ou ainda Outros Direitos de Natureza Societária relacionados às ações detidas ou que vierem a ser detidas pelos acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia em 29 de setembro de 2017.

CAPÍTULO IX ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 31 – A Alienação do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar OPA de aquisição das ações de emissão da Companhia de que os demais acionistas sejam titulares, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no



Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300616331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAO/DOCUMENTOS/AUTENTICACAO.do>

Chancela 146/22439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regina M G de Araújo - Secretária-Geral



Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo Primeiro – Para fins deste Estatuto Social, “Alienação do Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

Parágrafo Segundo – Para fins deste Estatuto Social, “Ações de Controle” significa as ações que asseguram, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia, conforme definido no Parágrafo Quarto deste Artigo 31.

Parágrafo Terceiro – Para fins deste Estatuto Social, “Acionista Controlador” significa o acionista ou o grupo de acionistas, conforme definido no Regulamento do Novo Mercado (“Grupo de Acionistas”), que exerça o Poder de Controle (conforme definido no Parágrafo Quarto abaixo).

Parágrafo Quarto – Para fins deste Estatuto Social, o termo “Poder de Controle” significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação societária detida. Há presunção relativa de titularidade do Poder de Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

Artigo 32 – A oferta pública referida no Artigo anterior será exigida ainda:

- (a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros título ou direitos relativos a valores mobiliários convertíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou
- (b) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Artigo 33 – Aquele que, por meio de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador da Companhia, envolvendo qualquer quantidade de ações, adquirir o Poder de Controle da Companhia, estará obrigado a:

- (a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 31 do presente Estatuto Social; e



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 9787-873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAODOCUMENTOS>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28.06/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

28/06/2019

http://assinador.juceb.ba.gov.br/assinador.aspx?autenticacao=chancela28062019&chancela=146722439534887&chancela=146722439534887



- (b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 34 – A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o adquirente do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, conforme previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. A Companhia tampouco registrará acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.

CAPÍTULO X CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 35 – O cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia será precedido de OPA, a ser efetivada pela própria Companhia ou pelos acionistas ou Grupo de Acionistas que detiverem o Poder de Controle da Companhia, no mínimo, pelo seu respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos Parágrafos Primeiro a Terceiro deste Artigo (“Valor Econômico”), respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro – O laudo de avaliação de que trata o caput deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e Acionista(s) Controlador(es), devendo o laudo também satisfazer os requisitos dos parágrafos 1º e 6º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tripartite, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total



Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016351

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAO/DOCUMENTOS/AUTENTICACAO/>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019
por Tiana Regina M.C. de Araújo - Secretária Geral

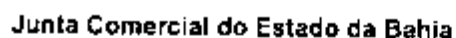
1530

[illegible]

CAPÍTULO XI

—

—



Certifico o Registro sob o nº 9787-873 em 28/06/2019

Proloção 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucetab.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAODOCUMENTOS>

Cinque a 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28.08.2019

por Tiana Regina M G de Araújo - Secretária-Geral



https://assinador.juceb.ba.gov.br/assinador-ou/autenticacao?chave=VW1UEdVWV zndXw z35Aqumvuz-8j...06602upe1r2 dncfR0
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 340142898705 130725 10 JUNHO 2019 03:05 ESTEVES

Parágrafo Primeiro - A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo Segundo - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a Companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos a negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 39 - A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que tratam os parágrafos Primeiro a Terceiro do Artigo 35 acima, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste Artigo.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto - Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo Terceiro acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 40 - É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas nos Títulos IX e X, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível



Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871673 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29303016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAO/DOCUMENTOS/AUTENTICACAO>

Chance a 146722433534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 41 – Qualquer Pessoa que seja titular de Ações em Circulação da Companhia, em quantidade superior a 5% (cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia e que deseje realizar uma nova aquisição de ações de emissão da Companhia ("Nova Aquisição"), estará obrigado a, previamente a cada Nova Aquisição, comunicar por escrito ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista para a realização da Nova Aquisição: (i) a quantidade de Ações em Circulação que pretende adquirir; (ii) a intenção de aquisição; (iii) se tem interesse em indicar membro para o Conselho de Administração ou para o Conselho Fiscal da Companhia; (iv) a origem dos recursos que serão utilizados para tal aquisição; e (v) os planos estratégicos relacionados ao seu investimento na Companhia.

Parágrafo Primeiro – Adicionalmente, a Pessoa caracterizada no caput deste Artigo estará obrigada a realizar cada Nova Aquisição na B3, vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão.

Parágrafo Segundo – É facultado ao Diretor de Relações com Investidores, por iniciativa própria ou em atendimento a solicitação que lhe seja feita pelos órgãos reguladores, requerer que acionistas ou Grupo de Acionistas da Companhia informem sua composição acionária, direta e/ou indireta, bem como a composição do seu bloco de controle direto e/ou indireto e, se for o caso, o grupo societário e empresarial, de fato ou de direito, do qual fazem parte.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de a Pessoa não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, aplica-se o disposto no Artigo 30, Parágrafo Sétimo, acima.

CAPÍTULO XII DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 42 – A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo a Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO XIII JUIZO ARBITRAL

Artigo 43 – A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do

146

Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções

* * * *

Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 195854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regm.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.html>

Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019

por Tiana Regina M. G. da Araújo - Secretária-Geral





projeto ou processo de desapropriação, podendo solicitar, retirar e requerer certidões, atestados administrativos ou quaisquer informações; Prefeituras, Secretarias e Autarquias, todas municipais, para solicitar, requerer e retirar certidões mobiliárias e imobiliárias, informações, cópias de processos, realizar, alterar e cancelar cadastros imobiliários, cálculo de Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, especialmente e apenas nos atos que visem à regularidade dos imóveis rurais ou urbanos; Instituto Estadual de Florestas - IEF; IDAF (Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do ES); IEMA (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos); AGERPA (Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo); ANA (Agência Nacional de Águas); DPRN (Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais); CBP-PCJ (Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari, Jundiaí, Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari); Capitania Fluvial Tietê-Paraná; Tribunal Marítimo e DPC; Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD; Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM; Instituto Estadual de Florestas - IEF; Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM; Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM; Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA; Conselho Municipal de Meio Ambiente - CODEMA e Prefeituras Municipais, para fins de obtenção de Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) e DAE (Departamento Água e Energia Elétrica); ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), especialmente para, protocolar documentos diversos, requerer registros, aprovação de licenças, inclusive as especiais, autorizações, solicitar vistorias prévias e apresentar documentos, cumprir exigências, firmar requerimentos, receber taxas e emolumentos, protocolar documentos, prestar informações necessárias, preencher guias, dar e receber quitação; Obter Certificação de Projeto de Georreferenciamento, podendo solicitar e retirar documentos, requerimentos, justificativas, prestar declarações, assinar mapas, tudo em conformidade com a Lei 10.267/2001, Decretos 4448/2002, 5570/2006 e 7620/2011, bem como inscrição dos imóveis rurais de propriedade OUTORGANTE perante o Cadastro Ambiental Rural - CAR nas esferas Federal, Estadual e Municipal; representarem a Outorgante junto aos Cartórios do Registro de Imóveis, para firmar declaração de anuência de confrontantes para fins de georreferenciamento; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e em quaisquer de suas seções e/ou dependências, podendo prestar informações e esclarecimentos, requerer e assinar documentos, solicitações, pedidos, preencher guias, dar e receber quitação, realizar os pagamentos de taxas. Poderão os OUTORGADOS firmar e aditar instrumento de ratificação e ratificação do Termo de ajustamento de Conduta Ambiental nº 01/2009 DG-DEPRN (processo DEPRN/SMA nº 62.138/2009), bem como Termo de Responsabilidade de Preservação de Reserva Legal (TRPRL) e Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA); CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, e em quaisquer de suas seções e/ou dependências, podendo prestar informações e esclarecimentos, requerer e assinar documentos, solicitações, pedidos, autorizações, preencher guias, dar e receber quitação, realizar os pagamentos de taxas. Coordenadora de Assistência Técnica Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo; Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão (SEMA), Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Maranhão (SAGRIMA), Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins); Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS); Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí (SEMAR); Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA); e Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMAI); podendo prestar informações e esclarecimentos, requerer e assinar documentos, solicitações, autorizações, pedidos, preencher guias, dar e receber quitação, realizar os pagamentos de taxas.

DECLARAÇÕES ADICIONAIS:

O presente mandato extingue-se automaticamente com relação aos ora OUTORGADOS que deixarem de exercer na Outorgante ou no Grupo Econômico do qual faz parte, o cargo ou função em virtude do qual receberam os poderes.

SUBSTABELECIMENTO:

Fica vedado o substabelecimento dos poderes ora outorgados.




VALIDADE:
30/06/2020

CHRISTIAN ORGA DE GLMEISTER
Diretor Executivo Estabelecimento

MARCELO FERIOZZI BACCI
Diretor Executivo Estabelecimento



158

 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA		BRASIL APOSTILLE (Convention de La Haye de 5 octobre 1961)	
1. País / Country / Pays: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
Este documento público / This public document / Le présent acte public			
2. Por assinado por: / Has been signed by / A été signé par:		VANDERLEI TEODORO JANSEN	
3. Na qualidade de: / According to the capacity of / Agissant en qualité de:		ESCREVENTE AUTORIZADO(A)	
4. Termo selo / selinho de: / (Branche and / stamp of / Par secteur du secteur / secteur de:		1ª TABELÃO DE NOTAS VAMPRE - SP	
Certificado (Cert. Fid. "Attente")			
5. Em: / At: / A:	São Paulo	6 No dia: / On the day: / Le:	07/04/2019
7. Por: / By: / Par: Ana Cristina de Oliveira Silva			
8. Nº: / No: / N°: 8391242			
9. Selo / Stamp: / Sceau / Timbre:		10. Firma / Signature:	
			
Autenticidade Eletrônica / Electronic Signature / Signature Electronique		Autenticidade Eletrônica / Electronic Signature / Signature Electronique	
Tipos de documento: / Types of documents: / Type d'acte:			
Nome do titular: / Name of holder of document: / Nom du titulaire:			
RECONHECIMENTO DE FIRMA EM DOCUMENTO PARTICULAR - SUZANO S.A.			
<p>Nota: A apostila confere a validade internacional da assinatura e, portanto, o documento assinado pode ser usado em qualquer país que tenha aderido ao Tratado de Haia de 1961.</p> <p>This apostille certifies the validity of the signature and, therefore, the document signed may be used in any country that has adhered to the 1961 Hague Convention.</p> <p>Remarque: L'apostille confère la validité internationale de la signature et, par conséquent, le document signé peut être utilisé dans tout pays qui a adhéré au Traité de La Haye de 1961.</p> <p>Para obter a apostila, o documento deve ser assinado em presença de um Tabelião de Notas ou de um Tabelião de Notas de uma das Tabelas de Notas de São Paulo.</p> <p>To obtain the apostille, the document must be signed in the presence of a Notary Public or a Notary Public of one of the Notary Public Tables of São Paulo.</p> <p>Pour obtenir l'apostille, le document doit être signé en présence d'un Notaire ou d'un Notaire d'une des Tables de Notaires de São Paulo.</p> <p>Informações adicionais sobre a apostila podem ser obtidas no site do Conselho Nacional de Justiça: www.cnj.jus.br/apostila</p> <p>Additional information about the apostille can be obtained on the website of the Conselho Nacional de Justiça: www.cnj.jus.br/apostila</p> <p>Informations supplémentaires sur l'apostille peuvent être obtenues sur le site du Conseil National de la Justice: www.cnj.jus.br/apostila</p>			



Original Nº:
8391242
CNPJ:
01144181



15.0.00479811-3

24519543



RECONHECIMENTO DE ASSINATURA (S) FIRMA(S):
MARCIO PEREIRA DE SOUZA
 São Paulo, 07 de Abril de 2019. C.Sig: 2850202.12137266

1ª TABELÃO - VAMPRE
VANDERLEI TEODORO JANSEN
 8391242
 01144181

JOÃO MAGELA DE MELOS	M-2.733.671-SSPMG	444.659.636-53	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
JOÃO CARLOS AUGUSTI	13653235-4	067653408-23	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
PRISCILA DE MOURA KOHLER	28.654.994-6	299.176.878-90	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA QUÍMICA
GUILHERME GONÇALVES DOMINGOS	29.816.600-8	267.507.968-96	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO QUÍMICO
MARIA CAROLINA CUNHA ZONETE	33.335.414-X	300.795.708-79	BRASILEIRA	CASADA	ENGENHEIRA FLORESTAL
VINÍCIUS BASSAN SIERRA	6.467.531-8	006.620.779-70	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUÍMICO
ANSELMO FARIAS DE OLIVEIRA	667.829	969.962.187-72	BRASILEIRA	CASADO	ADVOGADO

REGRA DE REPRESENTAÇÃO:

Em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação

PODERES:

Representar a Outorgante em todo território nacional, para recebimento (e assinaturas) de intimações e auto de infração de qualquer valor, bem como poderes de administração sem alçada de valor e restritos aos negócios relativos que as Outorgante mantém em todo o território nacional para representação das Outorgante perante quaisquer pessoas físicas ou entidades de direito público ou privado, inclusive repartições públicas federal, estadual, municipal, entidades autárquicas e paraestatais, sociedade de economia mista, fundações e empresas públicas, incluindo, mas não se limitando a Secretaria dos Negócios da Fazenda, o Instituto BRASILEIRO do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Divisão de Proteção aos Recursos Naturais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, assinar Declarações de Propriedade junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), firmar requerimentos de regularização fundiária junto à Coordenação do Desenvolvimento Agrário (COA), assinar cartas de confrontação em propriedades limítrofes e plantas para diversos fins e no interesse das Outorgante, secretarias e órgãos estaduais e/ou municipais do meio ambiente, atividades florestais e/ou de silvicultura e de recursos hídricos ou de gestão de águas, especialmente para obter qualquer um deles, protocolar documentos diversos, requerer registros, aprovação de Planos de Cota, dentre outros, inclusive as especiais, autorizações de desmatamento, solicitar vistas prévias e demais procedimentos necessários para o desenvolvimento das atividades da Outorgante que estejam vinculadas a essas entidades e a legislação ambiental e florestal vigente, inclusive projetos de fomento florestal; assinar e requerer a regularização da Declaração Anual de Informação para Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) junto à Secretaria da Receita Federal, quitar débitos, inclusive requerer o parcelamento e a regularização de pendências referentes a ITR; representar a Outorgante perante a Casa da Agricultura, a Secretaria da Agricultura, Delegacias do Imposto Fiscal, a Fundação e Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, Delegacias das Polícias Florestais, a FEPAF - Fundação Estadual de Proteção Ambiental, o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, o Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, o IMASUL - Instituto do Meio Ambiente, a SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, as Prefeituras Municipais, a Secretaria do Meio Ambiente - DEPRN - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, CEIPAV - Comitê para Integração das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, Delegacias da Receita Federal do Brasil em todo território nacional e Agências da Receita Federal do Brasil, e as jurisdições, com poderes para solicitar a emissão de DARF e requerer Pedido de Retificação de DARF - REDARF; representar a Outorgante perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE; a Companhia Rio Grandense de Saneamento - CORSAN; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, realizar alterações cadastrais, podendo ainda, apresentar requerimentos e defesas, juntar e desentranhar documentos, recorrer das decisões administrativas, apresentar impugnação, satisfazer exigências, apresentar e/ou retirar documentos; consultar processos administrativos pendentes, requerer certidão negativa de débitos, obter senhas e movimentar informações eletrônicas, senhas, inclusive online, para acesso a cadastro das empresas e serviços públicos permitidos pelos órgãos competentes, com exceção de senhas e movimentações financeiras em contas de Bancos; fazer remessa de arquivos eletrônicos de dados, inclusive com a finalidade de requerer autenticação de escrituração digital, entregar GIA - Guia de Informação e Apuração de ICMS, consultar e inserir informações no Sistema Integrado de Informações sobre Contribuições Interestaduais - SINTEGRA; realizar recolhimentos eletrônicos; representar a Outorgante perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, com relação às áreas de engenharia elétrica e instrumentação, engenharia mecânica e civil florestal e agrônoma; Ministério do Exército, Polícia Federal, para assinar documentos relativos aos procedimentos de concessão do Certificado de Registro de Produtos Químicos controlados para uso nos estabelecimentos industriais da Outorgante; representar a Outorgante perante as

empresas concessionárias do serviço de telecomunicações, podendo assinar documentos de aquisição no meio telefônico ou do seu direito de uso; representar a Outorgante junto ao Departamento Estadual de Trânsito de todos os Estados do Brasil, DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito e outros órgãos de trânsito: AET - Autorização Especial de Trânsito; ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Civil; Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, para cargas excepcionais (Pranchas), traçar e alterar roteiros, retirar licenças, na troca de placa de veículos, retirada de trailer, retirada de veículo de pátio, retirada de documentos (CRV), renovação de caixa postal, notificação para indicação de condutores, emplacamento, licenciamento, segunda via de documentos, retirada de veículos apreendidos, mudança de características de veículo, segunda via de documentos e obtenções de Certidões de Ocorrências de Trânsito dos veículos de propriedade da Outorgante; assinar Termo de Responsabilidade para fins de Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF e/ou Licença Ambiental de empreendimentos ou atividades em construção, instalação, ampliação, modificação e operação conforme art. 4º do Decreto 44.844 de 25 de junho de 2008, junto ao Sistema Estadual de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais - SISEMA e tendo em vista o disposto no artigo 2º, da Deliberação Normativa nº 74 de 09 de setembro de 2004; Representar a Outorgante nos atos de administração fiscal ou no atendimento de todas as obrigações tributárias da mesma, exclusivamente em relação ao estabelecimento matriz e filiais da Outorgante, podendo assinar ou requerer documentos, ou subscrever documentos relativos à: 1. ADOÇÃO e EXCLUSÃO de Livro Fiscal; Registros de Entradas; Registros de Saídas; Registro de Controle de Produção e do Estoque; Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências; Registro de Inventário; Registro de Apuração; 2. Registro de Apuração do ICMS; formulários fiscais: Retificação de Documentos de Arrecadação (REFARF), o GPS, Pedido/Comunicação de Uso do Sistema Eletrônico de Processamento de Dados - Convênio ICMS 5/2005; GIA - Guia de Informação e Apuração do ICMS, PFE - Posto Fiscal Eletrônico, Pedido de Regime Especial; 3. DECA - Declaração Cadastral - ICMS, inclusive na forma da Portaria CAT 17 de 21.3.2006, para os seguintes atos que impõem procuração específica para sua realização: Anexo I - Comunicação de Cancelamento de Atividades/Suspensão de Atividades; Anexo II - Comunicação de Ocorrências com Livros e/ou Documentos Fiscais; Anexo III - Requerimento para Exercício de Alivida Eventual e Transitória; Anexo IV - Requerimento para Correção/Inclusão de Dados Cadastrais; 3. Diário Auxiliar de Clientes; Diário Geral da Contabilidade; Registro de Duplicatas; - DCTF - Declaração de Contribuições e Tributos Federais; DIRF - Declaração do Imposto de Renda na Fonte e Recibo de Entrega; DIPJ - Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica; Guia de Recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Informe de Rendimentos; DI - Papel Imune - Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune, Pedido de Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel imune; 4. Termos de Abertura e Encerramento de livros fiscais, exigidos pelas legislações federal, estadual e municipal; 5. Certidões Simplificadas - Breve Retato / Negativa / Positiva de Débito junto a Prefeitura Municipal, Delegacia/Receita Federal do Brasil, Previdência Social, Procuradoria da Fazenda Nacional e Juntas Comerciais; Certidões junto a Cartórios de Protesto, Forenses e de Imóveis; Certidões de Justiça do Trabalho, da Secretaria da Fazenda Estadual; 6. Ciência de decisões, intimações, ofícios e notificações de interesse da Outorgante, além de vistas e obtenção de cópias, em Processos Administrativos, se e quando em curso perante o Posto Fiscal Estadual, Delegacia da Receita Federal do Brasil, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, Câmara Superior de Recursos Fiscais ou Prefeituras Municipais, com poderes, também, para requerer, na forma da lei, a compensação do ICMS na escrita fiscal da OUTORGANTE, obtenção, requerendo e retirando informes, cópias de documentos autuados, inclusive nas fronteiras/barcenas; 7. Inclusão, alteração e cancelamento dos estabelecimentos junto às Agências das Fazendas Federais, Estaduais e Municipais, tais como: NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), EFD (Escrituração Fiscal Digital), SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), Livros Contábeis/Fiscais e demais meios eletrônicos necessários à utilização do sistema digital; 8. Renovação e atualização de Licenças, Alvarás e Certificados; 9. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ: a) Solicitação Consulta Prévia (Anexo I); b) Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica - FCPJ (Anexo II); c) Quadro de Sócios e Administradores (Anexo III); d) Ficha Complementar (Anexo IV); e) Documento Básico de Entrada - DBE; e 10. Autorização de Impressão de Documentos Fiscais - ADF (ICMS/PIASS); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA; providenciar, solicitar, criar, retirar e requerer a alteração do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; solicitar e retirar documentos, requerimentos, justificativas, dentre outras atividades correlatas, exclusivamente e apenas visando à regularização do cadastro dos imóveis de propriedade da Outorgante na respectiva autarquia; perante os Cartórios de Registro de Imóveis-CRI e/ou qualquer outra serventia que faça as vezes deste, podendo providenciar, solicitar, retirar e requerer qualquer providência relacionada à retificação administrativa das áreas dos imóveis rurais e urbanos, desmembramentos, solicitar e retirar certidões, promover averbações e registros, prestar declarações, promover averbações e registros tudo em conformidade com as Leis 6.015/73, 10.267/2001 e Decretos 4449/2002, 5570/2005 e 7620/2011, requerer, processar e contratar o Usucapão Extrajudicial de imóveis rurais nos termos do artigo 216 A da Lei 6.015/73 (LRP) e artigo 1071 da Lei 13.055/2015 (CPC), podendo ainda lavar, perante o tabelião de notas, ata notarial, atestando o tempo de posse do requerente e seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias que tratam os respectivos artigos; Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM; Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Secretaria e/ou Coordenação da Cultura de qualquer Estado, onde unicamente serão praticados atos no sentido de comprovar a inexistência de

CAMILLA DIDIER DOS SANTOS SILVA	439603377	22482272836	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ANALISTA
APARECIDA GAZILIA CAUMAN FERCI	881.382 SSP/ES	001 735 707-05	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
LUCIANA CARVALHO ALMEIDA	26.855 897-8	259 180.308-08	BRASILEIRA	CASADA	CONTADORA
THAMIRIS APARECIDA DE SOUZA ZORZI LEME	46.624.483-X	373 633.028-63	BRASILEIRA	CASADA	GESTORA DE NEGÓCIOS
PATRICIA MARTINS	265487832 SSP/SP	16920815869	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA
ANA PAULA DA SILVA SANTOS CAIO CAMARGO	25 776 150-5/SP	270 676.288-46	BRASILEIRA	CASADA	BACHAREL EM CONTÁBIL CONTÁBEIS
FETTINELLI DANILO BARRETO RIBEIRO	33.931.792-5	366 858 965-16	BRASILEIRA	CASADO	CONTADOR
JACSON SILVA DA COSTA	0974834080 SSP/BA	026 511 215-35	BRASILEIRA	SOLTEIRO	CONTADOR BACHAREL EM CONTÁBIL CONTÁBEIS
JULIANA RODRIGUES DIAS JOSÉ CARLOS COSTA	43 524 274-X	364 345.548-85	BRASILEIRA	SOLTEIRA	CONTADORA
RAIMUNDO SANTOS PIMENTA	9.775.568-0	082 262 678-03	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
GRAZIELA FIGUEIREDO DA CONCEIÇÃO	29 928 473-7	491.432.585-91	BRASILEIRA	CASADO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
HEVERTON BRUNO SARTORI OSVALDO	45.893 916-X	463.221.358-64	BRASILEIRA	SOLTEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
APARECIDO DOS SANTOS	46 266 6 48 7	385 057 348 66	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
GRAZIELA FIGUEIREDO DA CONCEIÇÃO	15.480 985-8	027 432 848-89	BRASILEIRA	CASADO	TECNICO ABASTECIMENTO FLORESTAL
NOADIA DE OLIVEIRA COELHO	45.893 916-X	463221358-64	BRASILEIRA	SOLTEIRA	SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO
PIENOS CARLOS NUNES LER JORDAO L SOA	32014737X	291 175 988-50	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
BRUNO LIMA SANTOS	032185152006-0	022 178 353-94	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
FLAVIA MARINHO DE SOUZA	1372392 SSP/SP	00982685548	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO FLORESTAL
HELIO INVASE	034789494-1	002 093 053-47	BRASILEIRA	UNIÃO ESTAVEL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO GEÓGRAFO
REBECCA SILVA DE MOURA	000672357 SSP/MS	562.221 661-68	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
CARISSA MARCELINO BOLZAN	4792613 SSP/GO	022 769 871-11	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADVOGADA
CAROLINA PEREIRA FERHAZ CAVALCANTI	44 035 050-5 SSP/SP	442 127 228-01	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADVOGADA
EVELYN CRISTINA NUNES RIBEIRO	46.435583-7	398 573 388-01	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
JOSÉ ROBERTO MAI RIBEIRO	337.342 374-SP	216 024 578-06	BRASILEIRA	BRASILEIRA	ANALISTA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
LUIS GUSTAVO MAIA	3.737 359-ES	387 871 187-62	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ANALISTA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
RENATA CARLESSO DOS SANTOS	11.657.253	078.075 746-74	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
	1 913.070-ES	100 221 157-30	BRASILEIRA	CASADA	ANALISTA DE PATRIMÔNIO

LUIS GUSTAVO MAIA	11 657 253/MG	078 075.746-74	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTA
EVELYN CRISTINA NUNES PIEVE	337.342 374-SP	216 324.578-06	BRASILEIRA	DIVORCIADA	ANALISTA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
MARIA NÍDEZ DE MATTOS RANGEL	248 395	449 399 507-82	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
PAULO MARTINS ALVES JÚNIOR	000 97 002-5 SSP/MS	871.343 221-48	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ANALISTA DE PROCESSOS IMOBILIÁRIOS
BERTA JANA OLIVEIRA E SILVA	13 818 693 SSP/SP	924 690.272-68	BRASILEIRA	SOLTEIRA	GESTORA AMBIENTAL
BARBARA BATISTA POVOA LOUREIRO	13 001 199 - SSP-MG	079 095 998-84	BRASILEIRA	CASADA	LÍDER DE OPERAÇÕES
FABIO MAYER BACH	7 146 323-0	025.906 243-99	BRASILEIRA	AMAS-ADO	COORDENADOR DE OPERAÇÕES
JULIANA RIBEIRO BORGES OLIVEIRA	4860042 - SPTC-GO 3 275 772 SSP-GO	010.108 651-29	BRASILEIRA	CASADA	SUPERIOR TÉCNICO EM TRANSPORTES URBANOS
OZENILCA ELIAS JONATAS DOS SANTOS RANGEL	81 836 058-187	052.658.767-90	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRAÇÃO
PATRICK BRUNELI FURIER	1487520-ES 1 703.866 SSP-ES	107 184 907-70	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
ANDRE ROCHA VIEIRA DE BRITO	048/BA Nº 15.771	678.883 055-04	BRASILEIRA	CASADO	ADVOGADO
GERNANDO ARRUDA FRANCA	109 015 599-6 SSP/MA	919.400 443-91	BRASILEIRA	CASADO	ECONOMISTA
MAILANE PIRES DE ALMEIDA (MOVAQ)	C19991992002-8	025 395 293-05	BRASILEIRA	CASADA	ECONOMISTA
GLEYDSON ANICIO DE CARVALHO CAMILA	64149855-X	052 718 126-06	BRASILEIRA	CASADO	COORDENADOR TÉCNICO
ANTONETA DE ALMEIDA SOUZA	08917553-53	886 274 525-00	BRASILEIRA	CASADA	ANALISTA DE LOGÍSTICA
MAURO RANGEL DE CASTRO MELO	944187986 SSP-MA	781.087 523-45	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
DIONÉI PEREIRA PINTO	936212885	505215367	BRASILEIRA	SOLTEIRO	TECNOLOGO EM GESTÃO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
SELIO MOTA DE AGUIAR	2 725 911 SSP-GO	490 905.421-91	BRASILEIRA	CASADO	SUPERVISOR DE OPERAÇÕES FLORESTAIS
MARTA CALIXTO DUELLIS BRUNO	4.372.324-MG	625 842 066-87	BRASILEIRA	DIVORCIADA	ASSISTENTE COMERCIAL
MESQUITA SPINDOLA VINICIUS ROSCHEL SEMEGHIN	12058821	079 461 156-79	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
CAROLINE SANTOS BRAGA	29.933.090-4	389 284 898-63	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO AMBIENTAL URBANO
FABIO ALVES DE MEDEIROS	14 763 796-10	036.103 175-60	BRASILEIRA	SOLTEIRA	LÍDER DE OPERAÇÕES DISTRIBUIÇÃO
EDIVALDO FRANCA SO BRAGA JÚNIOR	MG 16 490 530	112 208 056 48	BRASILEIRA	CASADO	LOGÍSTICA
GRAZELLE GOMES SANT'ANA	1 668.793	025.770 221-12	BRASILEIRA	SOLTEIRO	VENDEDOR INTERNO
CHRISTIANO LUIS DA SILVA MACHADO	11 479.830 02	846 314 215-53	BRASILEIRA	CASADA	BACHAREL EM DIREITO
FATIMA MARIA SANTOS ROQUEIRA	2843027	853 816 802-30	BRASILEIRA	CASADO	TECNOLOGO EM LOGÍSTICA
LORENZO MAURIZIO MIRANDA DIAS	1 305 904	153 257 092-81	BRASILEIRA	DIVORCIADA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
	1317309324	68621120258	BRASILEIRA	SOLTEIRO	LÍDER DE OPERAÇÕES DISTRIBUIÇÃO

GLEIDSON KARTTY DE QUERIROZ LINS	652911 SSP/TO	013 247.261-98	BRASILEIRA	CASADO	TECNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO
MAGNO CÉZAR ROSENO DOS SANTOS	5977966 SDSPE	047 034 064-97	BRASILEIRA	CASADO	CONSULTOR DE VENDAS
ANDRÉ RICARDO MORALES VIEZZI	7.543.576-2 SESP PR	074 037.859-08	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
LUIS FÉLIX COUTINHO TIRONI	35 455.734-8 SSP	409 480.938-45	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
SOCORRO LOPES PORTELA TEIXEIRA	1.815.128 SSP/PI	813 354.823-34	BRASILEIRA	CASADA	ANALISTA DE CONTRATOS
ALINE HERZOG SIMÕES	1.903.616 SSP	126 875.217-79	BRASILEIRA	SOLTEIRA	LÍDER DE OPERAÇÕES
SOLANGE CRISTIANE DE SIQUEIRA SENKE	8.978.490-9	030 468.475-12	BRASILEIRA	CASADA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
JULIO JOBERT CAIUBY GUIMARÃES	43.538.788-1	318 938.838-50	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
CLEVERSON HOSS DE SOUZA	10.655.481-98 SSP/RS	729 732.610-20	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
ANTJANE JORGE SAAD NETO	44.957.111-7	378 153.912-57	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
JOELMA MAURICIO VIEIRA	328204559 SSP/SP	21667251805	BRASILEIRA	SOLTEIRA	BIOLOGA
LUIZ CLAUDIO DOS SANTOS	17.587.371-9	077.265.968-40	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
MIRNA MARQUES GONÇALVES PINTO	10279003-7	079.968.127-45	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
YGOR HENRIQUE MESSIAS DAHER	21.522.929-5	114 847.797-06	BRASILEIRA	CASADO	LOGISTICA E DISTRIBUIÇÃO
GABRIEL FONSECA MOTTA MARTINS	22370950-2	12428910733	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
MARCELO MENDES GAZOLA	36.560.777-5	396 416.528-00	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO ELETRICISTA
JORDANA COUTINHO MACIEL	5037093431	826 885210-15	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
DIOGO DE FARIAS VALET	5084549181	976 144 430-20	BRASILEIRA	CASADO	ASSISTENTE COMERCIAL
RODRIGO HENRIQUE MIHAR	351237057	32409459886	BRASILEIRA	AMASIADO	TECNICO EM MEIO AMBIENTE
FABIANA CAMPOS PORTO PAULINO	42 441 700-6	326 996 988-06	BRASILEIRA	CASADA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
MARCELO LEÃO LUCIETTO	2.067.462.214	938 269 280-34	BRASILEIRA	CASADO	ADVOGADO
DILSON CESAR MIRANDA	25.928.225-X/SP	168.409.138-13	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
HENRIQUE NAVARRO FONSECA	43.774.021-3	340 712 788-03	BRASILEIRA	SOLTEIRO	COORDENADOR DE OPERAÇÕES
RUBENS VANSAN ROSANGELA DE FATIMA CORRÊA MIGUEL	10.917.800-4 / PR	075 740 809-50	BRASILEIRA	SOLTEIRO	LÍDER DE OPERAÇÕES
TATIANA DE FATIMA GÖES ZUCATO	41 414 240-8	320 585 718-04	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
MELO IVASE	000 67 235-7 SSP/MS	562 221 651-68	BRASILEIRA	CASADO	GEOGRAFO
JOÃO MAGELA DE MELOS	2.733.671-SSPMG	444 659 636-53	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
ROSANGELA APARECIDA	22 197 683	141 255 078-56	BRASILEIRA	CASADA	PEDAGOGIA EMPRESARIAL

FRANCO GASPARD					
LUCIMARA RONCOLATO CASTILHO	RG SSP/SP Nº 18.674.536-9	137.622.898-08	BRASILEIRA	CASADA	ENGENHEIRA FLORESTAL
ANA CARLA DE ALMEIDA	OAB-SP Nº 371.526	051.358.726-05	BRASILEIRA	CASADA	ADVOGADA
GEILSON FRANCISCO DE JIMA	RG SSP/SP 47929172	404.374.438-25	BRASILEIRA	CASADO	ANALISTA DE DADOS E IMOBILIÁRIO
ANDRÉ FERREIRA SOUSA	44.053.878-6	348.765.088-50	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ANALISTA DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS
REBECCA SILVA DE MOURA	004.972.613 DGP/IGD	072.759.871-11	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA FLORESTAL
LARSSA MARCELINO BOLZAN	044.035.050-5 SSP/SP	442.127.228-01	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADVOGADA
SORAIA APARECIDA GONÇALVES DOVIGUES	20.569.828-1	081.312.788-80	BRASILEIRA	CASADA	LÍDER DE OPERAÇÃO LOGÍSTICA
RICARDO EMILIO FERNANDES MARTIN	12688390 SSS/SP	032.714.948-51	BRASILEIRA	CASADO	SUPERIOR EM MARKETING
GERALDO SANTOS CUNHA	21.276.687-9	125.593.18-63	BRASILEIRA	CASADO	TECNICO APOIO ADMINISTRATIVO
MARCELO GUERREIRO CHITAN	13.507.293-1	135.697.478-32	BRASILEIRA	SEPARADO JUDICIALMENTE	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
JOSÉ JUCIVAN MOREIRA CHAVES	22.908.809-0	150.665.478-17	BRASILEIRA	CASADO	COORDENADOR DE OPERAÇÃO
RENATO GOMES MARINHO SILVA	48.514.118-4	396.157.108-01	BRASILEIRA	SOLTEIRO	GESTÃO EM RECURSOS HUMANOS
JEFFERSON CARLOS DA SILVA	29721451-2	335.884.868-01	BRASILEIRA	CASADO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
GUILHERME DABOAB CALACHE DISTLER	20.634.890-7	095.782.297-01	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
FLAVIO GASPAR FERREIRA BARBOSA	10279003-7	079.556.127-45	BRASILEIRA	DIVORCIADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
RENAN SOARES FERNANDES	32.848.741-4	329.009.118-00	BRASILEIRA	SOLTEIRO	RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CLAUDIA HELENA WAMIZU	21.612.198-9/SP	270.299.248-90	BRASILEIRA	CASADA	BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
ANA ELISA DE ALMEIDA ROSSI	1852033 - SSP/ES	116.392.487-02	BRASILEIRA	CASADA	ADVOGADA
MENEGUETTE JULIANA CARVALHO FARIZATO	32.819.753-8	227.532.758-37	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADVOGADA
MARCOS PAULO LUPIANHES	25789800-1 SSP/SP	168327698-14	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
GUILHERME MELHADO MIRANDA	43.743.771-1	321.580.108-07	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
GUILHERME DA CRUZ MONTEIRO	32.302.035	317.240.898-17	BRASILEIRA	CASADO	PUBLICITÁRIO
MURILLO PELIZZON	21.868.950-0	170.038.528-37	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
DAVI FABRICIO TEIXEIRA	11.719.778-8	043.257.349-81	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
ARVELINO CASSARO	557571 SGP/ES	72426349700	BRASILEIRA	CASADO	CONTADOR
GILBERTO MACHADO DE ARAÚJO	22.517.224-0/SP	124.258.088-97	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADVOGADO

JOSE ALEXANDRE DE MORAES	13 212.732 SSP/SP	052 779 948-31	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
JULIO CESAR RODRIGUES DA CUNHA	13 595 003-X	811 587 126-34	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO
MARCOS PAULO LUPIANHES	25 789 800-1	188 327 096-14	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO CIVIL
MARIANO ZAVATTIERO	RNE W361634-0	213 154.408-14	ARGENTINO	CONVIVENTE EM UNÃO ESTÁVEL	CONTADOR
PAULO DE OLIVEIRA BORRERO	25 714 552-7 SSP/SP	214 179.568-01	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
PAULO RICARDO PEREIRA DA SILVEIRA	5 014 825.854	347.882 940-72	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUÍMICO
VITOR TOMONIS	34.831.278-7 SSP/SP	326.877.308-56	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
WELLINGTON ANGELO LOUREIRO GIACOMIN	549 423 SPT/ES	719 996 207-04	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
JOÃO FABRÍCIO SANTOS MACEDO	1850689-4	531660512-87	BRASILEIRA	CASADO	LOGÍSTICA
HUGO LEONARDO DE CARVALHO LOBAO	21 784 828-2	058 481 567-37	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
EMANUEL GASPARI	729 298 SSP/ES	914 334.367-87	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
REITOR OLIVA FACHECO	OABBA25676	036 763.047 80	BRASILEIRA	CASADO	ADVOGADO
ALBERTO JORGE BATISTA DO NASCIMENTO	1 819.725 - SSP/BA	291.178 956-53	BRASILEIRA	CASADO	COORDENADOR GERAL
LINDEMARQUES GOMES DA SILVA	11975747-86	429.802 672-87	BRASILEIRA	CASADO	AUXILIAR FINANCEIRO
ALBERTO SOUZA VIEIRA	14.392.049	075.307.936-40	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO DE PESQUISA
WILSON OLTRA MENDONÇA	005.907 344-86 SSP/BA	594.885.495-72	BRASILEIRA	CASADO	ANALISTA DE PROCESSOS IMOBILIÁRIOS
MABIA BRITO SILVA	1152979795	008.638.545-32	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
JOSÉ ADALBERTO FIRMINO JUNIOR	MG-10 057 155	041.949 806-88	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
WENDEL NOGUEIRA DE LIMA	930.021.497-63	620.687 683-72	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
JOICE GRAVE BARRETO	8 696 923-48/BA	011.430.275-82	BRASILEIRA	DIVORCIADA	ADMINISTRADORA
RICARDO FREIRE SENNA	05670706-11	943.400.806-30	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
LUCAS BITTENCOURT VAQUER	1001/566-06	013 423.835-40	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
MAYARA CARMELLO	46.667.493-4	377.545 858-12	BRASILEIRA	SOLTEIRA	COORDENADORA DE OPERAÇÕES
JOSÉ ELIOMAR SALES NUNES	2014005797-X	438.517 703-16	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
ADONIAS LIMA BARBOSA	07 416 875-42/BA	803 459 595-88	BRASILEIRA	CASADO	LÍDER DE OPERAÇÕES
ANTONIO JOFFRE DA COSTA JUNIOR	1 748.823 SSP/DF	852.428 181 31	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
GABRIEL BERNOLDI NEVES	44 895 536-2	390 694 108-66	BRASILEIRA	SOLTEIRO	COORDENADOR DE OPERAÇÕES COMERCIAIS
RENATA CARLESSO DOS SANTOS	913 070/ES	106 221 157-30	BRASILEIRA	CASADA	ANALISTA DE PATRIMÔNIO

ALEXANDRE ALVES MISSIAGGIA	1541059 SSP DF	78484243188	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
FABIANO ROSSO	19681519	16596775846	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUÍMICO
MARIANA ELEONORA DOMINGUES MENDONÇA	43.850.658-3	354.989.708-66	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA QUÍMICA
MARIA TERESA BORGES PIMENTA BARBOSA	M6.822.683	008.408.386-70	BRASILEIRA	CASADA	DOUTOR EM CIÊNCIAS FÍSICO-QUÍMICA
LEANDRO DE SIQUEIRA	M.7706374	038.657.686-60	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
PLÍNIO CÉLIO KNEZ	17.595.970-5	093.136.978-90	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
CLAYTON ALGARDE ALVARES	324387570	21573292850	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
MATHEUS ANTUNES GLIMARÃES	1358531 SSP ES	075007387-06	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO QUÍMICO
JULIANA DE OLIVEIRA FERNANDES VIANA	32.040.834 E	301.308.008-57	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA FLORESTAL
FÁBIO MARTINS	18.893.792	115.252.618-94	BRASILEIRA	CASADO	QUÍMICO
PATRICIA DUTRA LASCOSQUE	1.046.575 ES	024.645.707-45	BRASILEIRA	UNIÃO ESTÁVEL	ADMINISTRADORA
MAURÍCIO MIRANDA PEREIRA	23.453.646-9 SSP/SP	126.073.878-78	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM ENGENHARIA ELÉTRICA
THIAGO REGGIANI COTTA	M9.053.349	063.661.276-70	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL GERENTE DE OPERAÇÕES FLORESTAIS
JOÃO CESAR DE OLIVEIRA E SILVA	1645055 - SPTC	085.402.347-00	BRASILEIRA	CASADO	SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO E PGS EM GESTÃO INDUSTRIAL COORDENADOR DE PROJETO
DANIELLE DE ALMEIDA	1.722.268 SSP/ES	088.283.387-17	BRASILEIRA	CASADA	SUPERIOR CIÊNCIAS CONTÁBEIS COORDENADORA FINANCEIRA CONTÁBEIS
PEDRÓ MORAES TORRES PINTO	1675359 SSP/ES	099.382.567-24	BRASILEIRA	CASADO	JORNALISTA
MARCOS AURELIO BARBOSA	22.308.000-8	201.876.388-92	BRASILEIRA	CASADO	ENGº QUÍMICO
LUIS FERNANDO FANTTI	30.281.217-9	216.993.598-30	BRASILEIRA	CASADO	ENGº FLORESTAL
VICTOR WILDEMBERG HEDLER	12.287.427	063.459.986-06	BRASILEIRA	CASADO	ENGº FLORESTAL
RAFAEL BORTO LAZZO PONSECA	30.385.513-7	299.632.499-22	BRASILEIRA	CASADO	ENGº FLORESTAL
RODRIGO ZAGONEL	2143036	094.671.699-85	BRASILEIRA	CASADO	ENGº FLORESTAL
VALDINEI JOSE ALIBOSK	93741080	056.324.749-23	BRASILEIRA	CASADO	ENGº AGRÔNOMO
JAIRO DAL COL	16814180 - SSP SP	052.322.588-18	BRASILEIRA	CASADO	ENGº AGRÔNOMO
JOSÉ WILHEMS VENTURA	4016367187 SSP/RS	387.042.340-49	BRASILEIRA	UNIÃO ESTÁVEL	ENGENHEIRO QUÍMICO
MISÓN ROBERTO LOPES DA SILVA	14.559.473-7 SSP/SP	033.234.319-98	BRASILEIRA	CASADO	TECNOLOGO ELETRÔNICO
ALBER MARTINS DE ALMEIDA	8.239.836-1	030.072.139-08	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUÍMICO
EDUARDO JOSÉ DE MELLO	15.427.943-2	119.285.268-02	BRASILEIRA	DIVORCIADO	ENGENHEIRO FLORESTAL

GUILHERME DA CRUZ MONTEIRO	32 302 035-5	317 240 898-11	BRASILEIRA	CASADO	PUBLICITARIO
RODRIGO MARCHI MICHELUCCI	44 224 075-5	316 004 618-40	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUIMICO
PAULO MANCINELLI	28 305 857-2	291 131 598-00	BRASILEIRA	DIVORCIADO	ADMINISTRADOR
CLAUDIA BEATRIZ SALVADOR OLIVARES	26 167 062-7	273 978 388-47	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA
MARCO ANTONIO FUZATO	10 676 960	057 325 778-74	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUIMICO
RODRIGO FRESTANA FERAZ	27 899 338-X	246 545 948-17	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO ELETRICISTA
ANTONIO CARLOS ANDRELLA	9 085 250	053 431 178-48	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
GUSTAVO MARTARELLO DA SILVA	332559070	33257925883	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
ALEXANDRE ETRUSCO LANNA	M- 3994540 SSP-MG	577 846 808-78	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHARIA QUIMICA
ROSELY LOOLA	15 885 756-1	12697152830	BRASILEIRA	DIVORCIADA	PSICOLOGA
BIBIANA RIBEIRO RUBINI	M9332336 SSP-MG	632 727 229-55	BRASILEIRA	CASADA	ENGENHEIRA QUIMICA
FABIO CARUCCI FIGLIOLINO	11 846 958-7	017 913 048-00	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUIMICO
MARIO HENRIQUE DE FREITAS GRASSI	6 083 816-4	019 351 929-14	BRASILEIRA	CASADO	ENG FLORESTAL
LUIS EDUARDO ALVES SABBADO	7301693171	386 053 330-49	BRASILEIRA	CASADO	ENG AGRONOMO
RYCHARD NASCIMENTO BEZERRA	25 755 268-3	259 819 498-56	BRASILEIRA	CASADO	ENG PRODUCAO
DOUGLAS SEIBERT LAZARETTI	20 843 036-51	000 736 650-70	BRASILEIRA	CASADO	ENG FLORESTAL
ARGENTINO OLIVEIRA NETO	4366608	01436246105	BRASILEIRA	CASADO	MARKETING
CLAUDIA CRISTINA GOMES DA COSTA STEINER	18 043 659-4	092 456 818-66	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
TIM RUDOLF WIEHR	V496384W	049 848 618-87	ALEMÃO	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
TOMAS BARRANDEGUY CRESTE	RNE V-491632-Z	232 457 778-09	ARGENTINO	DIVORCIADO	ENGENHEIRO
GUILHERME MELHADO MIRANDA	43.743 771-1	321 983 108-01	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
ALEXANDRE DE TOLEDO CORRÊA	33 889 354-4	220 372 358-01	BRASILEIRA	CASADO	ENG ELETRICO
MARCELO DE OLIVEIRA	25083844-3 SSP/SP	183.820 988-07	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO ELETRICISTA GERENTE GERAL INDUSTRIAL
MARIANA NOGUEIRA LISBOA PEREIRA	04768935-85 SSP/BA OAB/BA 18.217	641.317.425-00	BRASILEIRA	CASADA	ADVOGADA
MARIA LUIZA DE OLIVEIRA PINTO E PAIVA	10787341-2 SSP/SP	129 079 488-06	BRASILEIRA	CASADA	PSICOLOGA
PABLO FRANCISCO GIMENEZ MACHADO	26 208 659-0 SSP/SP	271 355 948-44	BRASILEIRA	CASADO	ADVOGADO
VINICIUS NONINO	Nº 20 684.102-3 SSP/SP	138 815 728-48	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
CESAR AUGUSTO GRAESER	3 067 953-9 SSSP/SP	470 138 189-58	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO

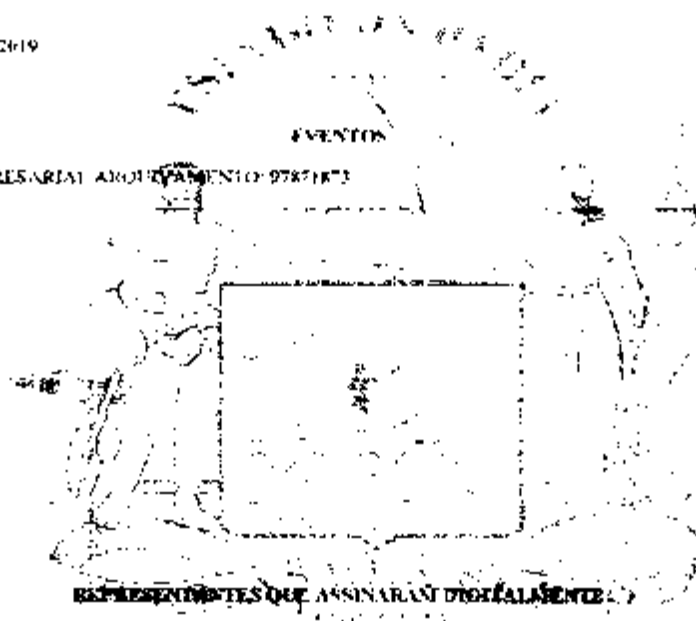
TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	SUZANO S.A.
PROTÓCOLO	196854652 12/04/2019
VTO	60ª ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EVENTO	60ª ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

MATRIZ

NIRE 29300016331
CNPJ 16.404.287/0001-55
CERTIFICADO REGISTRADO EM 28/06/2019

024 - ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL - APROVAMENTO: 97871873



1 pt - M014289790 - CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES

Tiana Regila M. G. de Araújo

TIANA REGILA M. G. DE ARAÚJO

Secretaria-Geral

Junta Comercial do Estado da Bahia

28/06/2019

Certifico o Registro sob o nº 97871873 em 28/06/2019

Protocolo 196854652 de 12/04/2019

Nome da empresa SUZANO S.A. NIRE 29300016331

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.asp>
Chancela 146722439534887

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/06/2019
por Tiana Regila M. G. de Araújo - Secretária-Geral

PROCURAÇÃO
DATA DA PROCURAÇÃO:

01/04/2019

OUTORGANTE:

SUZANO S.A., (nova razão social da Suzano Papel e Celulose S.A.) com sede na Av. Professor Magalhães Neto, 1752, 10º andar, salas 1010 e 1011, Barro Preto, Salvador/BA, (CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 e Inscrição Estadual nº 26.641.885)

- **Director Executivo Estatutário:** CHRISTIAN ORGA ORGLMEISTER (CPF/MF nº 165.972.718-90 - RG nº 15.528.591 SSP/SP) brasileiro, casado, engenheiro de produção;
 - **Director Executivo Estatutário:** MARCELO FERIOZZI BACCI (RG nº 18.153.504-X SSP/SP - CPF/MF nº 165.903.169-05), brasileiro, casado, administrador de empresas.
- Ambos com local de trabalho na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355 7º andar Pinheiros, São Paulo/SP.

OUTORGADOS:

NOME	RG	CPF/MF	NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL	FORMAÇÃO
CLAUDIO COVOLO JUNIOR	23.084.880-1	186.781.956-86	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
TATHIANE SANTI SARCINELLI	1519780 SPT/ES	087.039.847-45	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA FLORESTAL
THAIS FANTINI SAGRILLO	2.011.825-ES	114710517-06	BRASILEIRA	CASADA	BIOLOGA
JUCCOLOTTI KARINE SPINASSE	2052530	10586031747	BRASILEIRA	CASADA	ENGENHARIA AMBIENTAL
JOVETIL NEVES GUILHERME MORO NETO	2.105.346	14356847711	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO FLORESTAL ANALISTA DE SUSTENTABILIDADE
THIAGO JOSE SILVA RIZZO	2105968399	34005803684	BRASILEIRA	DIVORCIADO	BIOLOGO
JEAN WILLIAN DE MORAES	21.942.338-1	249.920.028-82	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO DE SOFTWARE AUTOMAÇÃO
ALTO JOSE MARSDA GARCIA	13.155.698-8	018.427.158-44	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO ELETRICISTA
FRANCISCO ANTONIO VALEMINCHX JUNIOR	16.705.578-4	063.875.798-30	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECANICO
MARCOS FABRICIO DE FRANCESCHI	27.166.566-0	275.312.208-30	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MEDICO
LUIZ CARLOS MAGINA	7.987.207	802.099.178-49	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECANICO
FABIO ALEXANDRE DE ALMEIDA GOMES	14.7.355.969	036.115.776-28	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO ELETRICISTA
AMARILDO JOSE NUNES	587456 SSP/ES	883.967.457-53	BRASILEIRA	CASADO	GESTOR DE SEGURANÇA CORPORATIVA
LUCIO FLAVIO DOS SANTOS GRACINO	30230225-6 SSP/SP	220.058.718-00	BRASILEIRA	CASADO	GESTOR DE SEGURANÇA PÚBLICA E PRIVADA
NORBERTO MARCELINO DE OLIVEIRA	36072259-3 SSP/SP	864.051.228-20	BRASILEIRA	CASADO	GESTOR DE RECURSOS HUMANOS
EDUARDO SOARES DE ALMEIDA	24468638-5 SSP/SP	135.335.908-52	BRASILEIRA	CASADO	COORDENADOR DE INVENTÁRIO PATRIMONIAL
MAURO RANGEL DE CASTRO MELO	944187586 SSP/MA	781.097.523-49	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR

RAKEL DOURADO DE OLIVEIRA MURAO	93621298-5 SSP/MA	005 952 153-57	BRASILEIRA	CASADA	ADVOGADA
KÉSIA CARISSA GONCALVES DE ALMEIDA SANTOS	049681472013-5 SSP/MA	037 690 003-23	BRASILEIRA	CASADA	BACHAREL EM DIREITO
WILZILENE DOS SANTOS GONCALVES	10085829 SSP/MG	034.810 578-90	BRASILEIRA	SOLTEIRA	JORNALISTA/ANALISTA DE RELAÇÕES E GESTÃO LEGAL
EDUARDO JOSE ROSCANO CONDE	1768458 SSP/ES	093.049.657-48	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
LYS PICOVEZAN TARDIN	3 088.914 SSP/ES	138 705 457-04	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA DE PRODUÇÃO
EDER FERREIRA	34144015-2 SSP/SP	211.263 058-04	BRASILEIRA	CASADO	ANALISTA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
IGOR RAFAEL DOS SANTOS	30909413X SSP/SP	277.248 168-84	BRASILEIRA	CASADO	ANALISTA DE INTELIGÊNCIA PATRIMONIAL
MARISA VALERIA STEVANN GOUTINHO	32471201-7 SSP/SP	296.342 746-29	BRASILEIRA	SOLTEIRA	JORNALISTA
JULIANA BORGES DE CASTRO RAY	08875527-49 SSP/BA, OAB/BA 27 283	018 022 125-91	BRASILEIRA	CASADA	ADVOGADA
DIOMAR BIASUTTI	1.865.278/ES	102 614.047-17	BRASILEIRA	CASADO	BIOLOGO
ALISSON ALOCHIO PEDROZI	1.881 070- SPTC-ES	105 216 087-59	BRASILEIRA	CASADO	BIOLOGO/ANALISTA DE MEIO AMBIENTE SR
JAEMIR GRASIEL KROETZ	510719 - SSP/RO	647 573.152-87	BRASILEIRA	SOLTEIRO: UNIAO ESTAVEL	ENGENHEIRO FLORESTAL
HUMBERTO DIAS SOARES FILHO	025579932003-0 - SSP - MA	014 488.803 46	BRASILEIRA	SOLTEIRO	GEÓGRAFA/ANALISTA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PL
LUCIANO ZUMERLE ZANETI	1677707	089.244.267-02	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
MARIANA DOS SANTOS PISTORI	1473851	011 366 801-52	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA AGRÔNOMA
CRISTINE GOMES	8073743935 -SSP - RS	001.986.520 11	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA AGRÔNOMA/ANALISTA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - PL
ALAN CHARLES BREHMER CARLOS ALBERTO NASSUR	29 204 611-X	213 108 358-02	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
CAIO EDUARDO ZANARDO	29 574 713-4	275 674 548-07	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
ENGELBERT FILIPE FUCHS	2.989.173-6 - SSP-SC	030.553 489-07	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
GLAUCION POLITE DA SILVA	MG3118601	077 297 916-25	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO MECANICO
GUILHERME GEGENHEIMER ORNELAS CRISTO	1890053-SPTC-ES	100.329.387-55	BRASILEIRA	UNIAO ESTAVEL	ENGENHEIRO FLORESTAL
HENRIQUE FERNANDES QUARESMA	34.290 047-X	305.034 598-52	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO PRODUÇÃO
JEAN GABRIEL DA SILVA MEDEIROS	3075816003	822.165 760-34	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
JOÃO HERMA	17 170 806	076.705 128-42	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
ESTEVÃO DO PRADO BRAGA	24.100 376-2	199.539 918-39	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
GILBERTO FERREIRA MORAES	5 597 378-0	829 671 803-15	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
JOSE LUIZ STAPE	92712009	082374788-35	BRASILEIRA	CASADO	ENG AGRÔNOMO/ENG FLORESTAL
FABIAN FERNANDES	41 867.646 SSP/SP	338.693 878-45	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS

BRILZON					
LUIZ CARLOS CABRAL	3109006-1 SSP/PR	473283129-04	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
LUIZ CARLOS MORAIS DE ABREU	5880662 SSP/MG	653 481.415-15	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
JACKSON LUIS DA SILVA	7.678.798-4 SSP/PR	028.982.319-67	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO FLORESTAL
JOSÉ MAURO DE SOUZA	36.865.369	555.028.773-15	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
AGINALDO JOSE DE SOUZA	10.487.421 SSP/SP	095.897.428-71	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
ALZEMAR JOSÉ VERONEZE	1.197.011	027.675.837-46	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
SEBASTIÃO GALANTI	13.268.894	016.388.728-30	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTA
CAIO MARCELO ASSIS DA COSTA	24.841.370-3	252.711.528-47	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO AMBIENTAL
ISMAEL FARANAGUÁ	1.194.991 SSP/ES	015.272.167-30	BRASILEIRA	CASADO	BIOLOGO
MARIANA HELENA ANDREATTA MATOS	2096344484 SSP-BA	314.584.828-03	BRASILEIRA	CASADA	ENGENHEIRA FLORESTAL
JANSEN BARROZO FERNANDES	41576744 SSP/SP	347.239.578-80	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
ATILIS VENTURA LEMOS	27.506.478-5	852.563.431-15	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
MAURICIO DOS SANTOS SIMÕES	22.156.858-2	190.398.668-05	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
ARTHUR DIAS CAGNANI	12705765	090.493.816-69	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO FLORESTAL
THAIS MARIA MILLAN	43.689.098-7	368.489.828-73	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA FLORESTAL
YUGO MATSUDA	434.999.69-6	359.240.608-61	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO AMBIENTAL
HAMILTON FERNANDO ZANOLA	28.601.372-7	179.511.758-38	BRASILEIRA	CASADO	QUÍMICO
ROSARIA LUISA MAINIERI	7008262458 - SSP/RS	68968620091	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA QUÍMICA
LINDENBERG RODRIGUES PERPETUO	MG 7.597.059	974.335.166-91	BRASILEIRA	CASADO	TECNOLOGO EM GESTÃO DA AGROPECUARIA
ANANDA SA DIAS	9078631745	01237127039	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA QUÍMICA
WELLINGTON ARAUJO DE OLIVEIRA	27.207.281-6	258.938.828-60	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
RENAN OKUMURA GERMILIANO GODOY	28.515.139-3	225.446.928-20	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
ALINE SPINARDI FERREIRA	30.050.515-2	306.325.198-43	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA
HUGO LEONARDO DE CARVALHO LOBÃO	217848282	05948156737	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
RICARDO FREIRE SENNA	567070611	94340080500	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
REGINALDO CONÇALVES MAFÁ	MG 10.620.560	035.308.326-01	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
SIGNEY EDUARDO HORTOLAN	28.022.176-9	181.713.898-90	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
MURILLO PELLIZZON	21.868.550-0	170038528-37	BRASILEIRA	SOLTEIRO	PROPAGANDA E MARKETING
STEFAN AGOSTINHO TASOKO	26.332.748-6	261.078.448-58	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO

WILLIAM GONÇALVES CRUZ	27.627.517-2	255.811.668-57	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
ALAN SIMPLICIO DE SOUZA	30.803.116-7	280.064.928-71	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
ANA SILVIA COSTA PETERLIN	28.556.986-7	292.918.128-11	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
JOAS DA SILVA JUNIOR	20.437.697-X	127.026.738-80	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO
THIAGO OLIVEIRA PEREIRA	33923559-7	312570328-01	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
RAFAEL DE PAULA EDUARDO BONATTO	37149820-X	332.390.088-07	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO CIVIL
PATRICK JEAN DI TRACHEL	34.146.146-5	224.439.008-00	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO MECÂNICO COORDENADOR DE LOGÍSTICA
THIAGO FRANCISCO SANCHES KUMAGAI	40.350.312-2	368.554.458-03	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRAÇÃO DE LOGÍSTICA
ALEXANDRE CEZILIA VIEIRA	11.879.065-8	08693476750	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
HENRIQUE JUNIOR ARAUJO WEECK	586.322.292	91095301004	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
LARISSA HELENA RANGIARD MORAES MARACCONI	43.559.484-9	33855243859	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA
ANGELA APARECIDA DOS SANTOS	45.537.081-3	21867071878	BRASILEIRA	DIVORCIADA	ADMINISTRADORA
CRISTIANO RECLA SOPRANI	1585066 SSP/ES	082.090.277-27	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECÂNICO DE MANUTENÇÃO
LEONARDO MENDONÇA PIMENTA	M-5 059.504 MG	039.887.566-95	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUÍMICO DE PRODUÇÃO DE CEMENTO
RONALDO DORNELLES SCHUSTER	8016949631 SSP/RS	350.504.380-04	BRASILEIRA	CASADO	LICENCIATURA EM QUÍMICA DE RECUPERAÇÃO DE LIXO
LEONARDO REGO GENOFRE	608720495 SSP/SP	804.849.301-25	BRASILEIRA	CASADO	SOCIOLOGO
CARLOS ANDRÉ GASPAR DOS SANTOS	288657982 SSP/SP	249.395.128-00	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
LUIZ GERALDO MICHELETTI GOESSLER	53836899-7	027697299-23	BRASILEIRA E AUSTRIACO	CASADO	ENGENHEIRO DE APLICAÇÃO
CÉSAR AUGUSTO VALENCISE BONINE	17.727.507-8	104.873.348-33	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
GABRIEL DEHN SAMPAIO PECANHA REZENDE	M3897845	613.776.516-49	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
FREDERICO AUGUSTO RUCKERT	8.445.541 MG	044.724.256-37	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO DE APLICAÇÃO
LUIZ CARLOS PASSOS MACEDO	44.104.841 SP	335.030.768-08	BRASILEIRA	CASADO	COMÉRCIO EXTERIOR
LUCAS BOZOLAN MENDES	9.544.813-C PR	053.104.819-58	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
GABRIEL BATÃO TAVARES	1.619.843 ES	098.232.957-45	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
ANDERSON DIAS DE BARROS POLICO	1.627.066 ES	095.267.947-70	BRASILEIRA	UNIÃO ESTÁVEL	ENGENHEIRO MECÂNICO

RICARDO FERNANDO OLIVEIRA DE MEDEIROS	50 118 492-2	910 618 061-20	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO ELETRICISTA
FRANCISCO ANTONIO WLENNCHX JUNIOR	15 705 578-4	063 875 798-30	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECANICO
MARCO ANTONIO CORVINO IACONIS	14 990 273-6	072 293 148-44	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUIMICO
NILSON GRACIA DE OLIVEIRA	19 407 860-7	095 140 108-41	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO ELETRICISTA
CASSIANO RICARDO RAMOS NEILAND	21 261 507	098 568 938 09	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECANICO
ALEXANDRE GANDIDO DE FIGUEIREDO	1.810.976 SSP/ES	949 029 669-91	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM ENGENHARIA QUIMICA
EDUARDO SIONEI FERRAZ	M-8 000.881 SSP/MG	002 574 646-46	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM ENGENHARIA ELÉTRICA
FABRÍCIO LUIZ STANGE	1.185.807 - ES SPTC	006 974 937-57	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM ENGENHARIA MECANICA
RAFAEL OLIVEIRA DE AZEVEDO	33684061-5	043 733 206-32	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECANICO
RENATO CIPRIANO ROCHA	1275024 SSP/ES	081 058 827-43	BRASILEIRA	SOLTEIRO	BACHAREL EM ENGENHARIA AGRONOMA
RODRIGO SLIGSKIE GARCIA	41 038 597-3 SSP/SP	311 980 068-17	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM ENGENHARIA C.
RENATO CESAR PEREIRA	23 054 797-7 SSP	164 708 558-65	BRASILEIRA	CASADO	ENG. CIVIL
RICHARD MENDES DAL AQUA	23 064 099-0	246 274 018-78	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO DE COMPLETAÇÃO
CÉSAR MARTINS ANDRADE	1078852057	732 498 400-25	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
RAFAEL MASTROCCIA	35 478 139-0	223 961 758-66	BRASILEIRA	CASADO	ECONOMISTA
ANTONIO WALTER VESCOVI MODENESI	297169	57492840772	BRASILEIRA	CASADO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS/GERENTE
MIRIAM MARTINS ALMEIDA	4243175	73008990648	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADMINISTRADORA
REINALDO ROCHA DE CAMARGO JUNIOR	35*439466	31851802862	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
JOÃO CARLOS AUGUSTI	13 653 235-4	067 653 408-23	BRASILEIRA	CASADO	SUPERIOR ENGENHEIRO FLORESTAL
CANILO HENRIQUE VERGILIO	27 621 142-X	254 304 718-28	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUIMICO
MARCO AURELIO BORGES RODRIGUES	35 208 906-4	276 147 638-74	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO PRODUÇÃO
CELSO RICARDO CORREA	28 615 849-8	206 295 268-69	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECANICO
SIMONE SILVA LOPES CAIXETA	1 279 376	579707691-87	BRASILEIRA	CASADA	PEDAGOGA
DONIZETE DA COSTA DIAS	MG 4.158 472	588 176 116-20	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
BRUNO MARCO DE LIMA	34 898 275-6	319 573 638-97	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
SÉRGIO RICARDO PORTES BENTVENHA	19 838 109	141 246 638 54	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
HELOISA OGUSHI ROMERO RAMIRES	44 223 033-5	284 656 838-50	BRASILEIRA	CASADA	ENGENHEIRA DE PRODUÇÃO MATERIAIS

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nome: **FRANCISCO PEREIRA RACCI**

CPF: **1913304-000/00**

RG: **153.903.168-88** Data de Nascimento: **26/09/1949**

Raça: **BRANCO**

Parente: **FRANCISCO RACCI JUNIOR**

Endereço: **ST. PEREIRA RACCI**

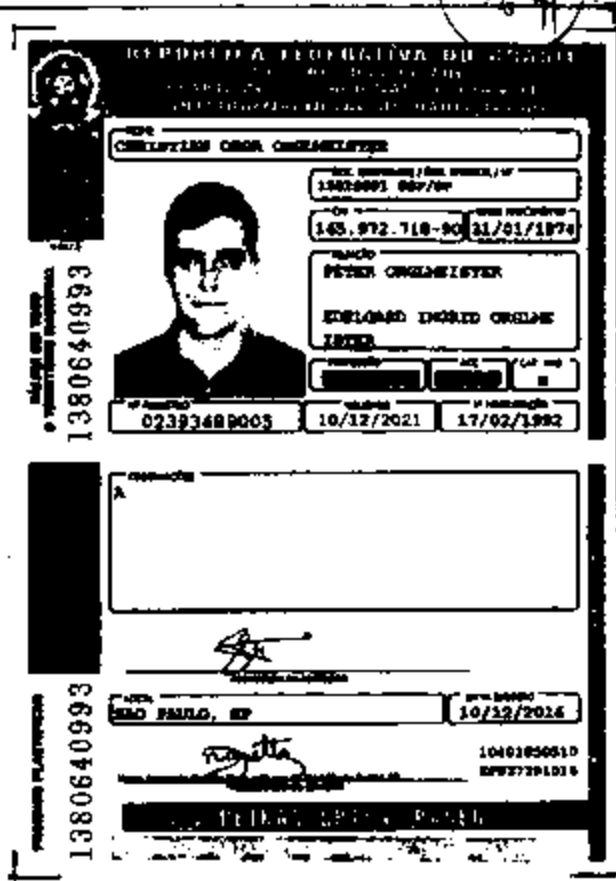
CPF: **04771605907** Data de Emissão: **05/09/2019** Data de Validade: **14/10/2027**

Assinatura: *[Handwritten Signature]*

CPF: **04771605907** Data de Emissão: **05/09/2019** Data de Validade: **14/10/2027**

Assinatura: *[Handwritten Signature]*

CPF: **04771605907** Data de Emissão: **05/09/2019** Data de Validade: **14/10/2027**



126



DATA DA PROCURAÇÃO:

01/04/2019

OUTORGANTE:

SUZANO S.A., (nova razão social da Suzano Papel e Celulose S.A.), com sede na Av. Professor Magalhães Neto, 1.752, 10º andar, salas 1010 e 1011, Bairro Pituba, Salvador/BA, (CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 e Inscrição Estadual nº 28.641.885).

- **Director Executivo Estatutário:** CHRISTIAN ORGA ORGLMEISTER (CPF/MF nº 165.972.718-90 | RG nº 15.528.581 SSP/SP), brasileiro, casado, engenheiro de produção;
 - **Director Executivo Estatutário:** MARCELO FERIOZZI SACCI (RG nº 18.153.504-X SSP/SP - CPF/MF nº 165.903.158-05), brasileiro, casado, administrador de empresas.
- Ambos com local de trabalho na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 7º andar, Pinheiros, São Paulo/SP.

OUTORGADOS:

NOME	RG	CPF/MF	NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL	FORMAÇÃO
CLAUDIO COVDO JUNIOR	23.084.888-1	186.781.968-66	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
TATHIANE SANTI SARCINELLI	1519780 SPT/ES	087.038.847-45	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA FLORESTAL
THAIS FANTINI SAGRILLO ZUCCOLOTTI	2.011.625-E6	114710517-06	BRASILEIRA	CASADA	BIÓLOGA
KARINE SPINASSE COMETTI NEVES	2052830	10588031747	BRASILEIRA	CASADA	ENGENHARIA AMBIENTAL
GUILHERME MORO NETO	2.105.346	14056847711	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO FLORESTAL / ANALISTA DE SUSTENTABILIDADE
THIAGO JOSE SILVA RIZZO	2105968309	04005683664	BRASILEIRA	DIVORCIADO	BIÓLOGO
JEAN WILLIAN DE MORAES	21.942.358-1	249.920.028-62	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO
ILTO JOSE MARSOLA GARCIA	13.155.698-8	018.427.158-44	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO ELETRICISTA
FRANCISCO ANTONIO WLEMINCHX JUNIOR	15.706.578-4	063.875.798-30	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECÂNICO
MARCOS FABRICIO DE FRANCESCHI	27.186.566-0	275.312.208-30	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECÂNICO
LUIZ CARLOS MAGINA	7.997.207	602.099.178-49	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECÂNICO
FABIO ALEXANDRE DE ALMEIDA GOMES	M-7.358.969	038.115.778-26	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO ELETRICISTA
AMARILDO JOSE NUNES	587456. SSP/ES	883.967.467-53	BRASILEIRA	CASADO	GESTOR DE SEGURANÇA CORPORATIVA
LUCIO FLAVIO DOS SANTOS GRACINO	30230225-5. SSP/SP	220.058.718-00	BRASILEIRA	CASADO	GESTOR DE SEGURANÇA PÚBLICA E PRIVADA
NORBERTO MARCELINO DE OLIVEIRA	36072259-3. SSP/SP	864.051.226-20	BRASILEIRA	CASADO	GESTOR DE RECURSOS HUMANOS
EDUARDO SOARES DE ALMEIDA	24458638-5. SSP/SP	135.335.808-52	BRASILEIRA	CASADO	COORDENADOR DE INTELIGÊNCIA PATRIMONIAL
MAURO RANGEL DE CASTRO MELO	944187986. SSP/MA	781.097.523-49	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR

RAKEL DOURADO DE OLIVEIRA MURAD	93621296-5, SSP/MA	005.052.153-57	BRASILEIRA	CASADA	ADVOGADA
KESIA LARISSA GONÇALVES DE ALMEIDA SANTOS	049661472013-5, SSP/MA	037.680.003-23	BRASILEIRA	CASADA	BACHAREL EM DIREITO
WHILZILENE DOS SANTOS GONÇALVES	10085829, SSP/MG	034.810.876-80	BRASILEIRA	SOLTEIRA	JORNALISTA/ANALISTA DE RELAÇÕES E GESTÃO LEGAL
EDUARDO JOSE TOSCANO CONDE	1768456, SSP/ES	093.046.657-46	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
LYS PIOVEZAN TARDIN	3.066.914, SSP/ES	138.705.457-04	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA DE PRODUÇÃO
EDER FERREIRA	34144015-2, SSP/SP	311.263.058-04	BRASILEIRA	CASADO	ANALISTA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
IGOR RAFAEL DOS SANTOS	30809413X, SSP/SP	277.246.168-84	BRASILEIRA	CASADO	ANALISTA DE INTELIGÊNCIA PATRIMONIAL
MARISA VALÉRIA STEVANK COUTINHO	324712017, SSP/SP	286.342.748-29	BRASILEIRA	SOLTEIRA	JORNALISTA
JULIANA BORGES DE CASTRO RAY	03875527-49, SSP/BA, OAB/BA 27.203	019.022.125-91	BRASILEIRA	CASADA	ADVOGADA
DIONAR BASUTTI	1.865.278/ES	102.614.047-17	BRASILEIRA	CASADO	BIÓLOGO
ALISSON ALOCHIO PEDROZI	1.881.070, SPTC-ES	105.216.087-59	BRASILEIRA	CASADO	BIÓLOGO/ANALISTA DE MEIO AMBIENTE SR
JASMIR GRASIEL KROETZ	510719, SSP/RO	647.573.152-87	BRASILEIRA	SOLTEIRO/UNIÃO ESTÁVEL	ENGENHEIRO FLORESTAL
HUMBERTO DIAS SOARES FILHO	025579932003-0, SSP - MA	014.488.803-48	BRASILEIRA	SOLTEIRO	GEÓGRAFIA/ANALISTA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PL
LUCIANO ZUMERLE ZANETI	1677707	089.244.267-02	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
MARIANA DOS SANTOS PISTORI	1473661	011.366.801-52	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA AGRÔNOMA
CRISTINE GOMES	8073743935, SSP-RS	001.988.520.11	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA AGRÔNOMA/ANALISTA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PL
ALAN CHARLES BREHMER	29.204.611-X	213.106.358-02	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
CARLOS ALBERTO NASSUR	587.028-PTC-ES	873.323.107-91	BRASILEIRA	DIVORCIADO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
CAIO EDUARDO ZANARDO	29.574.713-4	275.674.548-07	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
ENGELBERT FILIPE FUCHS	2.989.173-6, SSP-SC	030.553.489-07	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
GLAUCION POLITE DA SILVA	MG3118601	077.297.916-25	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO MECÂNICO
GUILHERME GEGENHEIMER ORNELAS CRISTO	1696053-SPTC-ES	100.329.387-56	BRASILEIRA	UNIÃO ESTÁVEL	ENGENHEIRO FLORESTAL
HENRIQUE FERNANDES QUARESMA	34.290.047-X	305.034.598-52	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO PRODUÇÃO
JEAN GABRIEL DA SILVA MEDEIROS	3075816003	822.185.760-34	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
JOÃO IJUMA	17.170.806	078.705.128-42	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
ESTEVÃO DO PRADO BRAGA	24.100.370-2	199.538.918-39	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
GILBERTO FERREIRA MORAES	5.587.878-0	828.871.609-15	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
JOSE LUZ STAPE	92712009	082374788-35	BRASILEIRA	CASADO	ENG AGRÔNOMO/ENG FLORESTAL
FABIAN FERNANDES	41.667.846, SSP/SP	338.893.878-45	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS

BRUZON					
LUIS CARLOS CABRAL	3108006 1 SSP/PR	473263.129-04	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
LUIS CARLOS MORAIS DE ABREU	5880662 SSP/MG	653.481.416-15	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
JACKSON LUIS DA SILVA	7.678.736-4 SSP/PR	028.982.319-67	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO FLORESTAL
JOSÉ MAURO DE SOUZA	36.865.369	565.028.779-15	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
AGINALDO JOSÉ DE SOUZA	10.467.421 SSP/SP	085.892.428-71	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
ALZEMAR JOSÉ VERONEZE	1.197.011	027.675.837-46	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
SEBASTIÃO GALANTI	13.258.894	016.386.728-30	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTA
CAIO MARCELO ASSIS DA COSTA	24.841.370-3	252.711.528-47	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO AMBIENTA
ISMAEL PARANAGUÁ	1.194.991 SSP/ES	015.272.167-35	BRASILEIRA	CASADO	BIOLOGO
MARIANA HELENA ANDREATTA MATOS	2086344484 SSP. BA	314.584.828-03	BRASILEIRA	CASADA	ENGENHEIRA FLORESTAL
JANSEN BARROZO FERNANDES	41576744 SSP/SP	347.239.578-80	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
ATUS VENTURA LEMOS	27.506.478-5	862.563.431-15	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
MAURICIO DOS SANTOS SIMÕES	22.156.658-2	190.398.668-05	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
ARTHUR DIAS CAGNANI	12705755	090.493.816-59	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO FLORESTA
THAIS MARIA MILLANI	43.689.098-7	358.489.828-73	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA FLORESTAL
YUGO MATSUDA	434.999.69-6	359.240.508-61	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO AMBIENTAL
HAMILTON FERNANDO ZANOLA	26.601.372-7	179.511.758-38	BRASILEIRA	CASADO	QUÍMICO
ROSÁRIA LUISA MAINIERI	7008262458 - SSP/RS	68968620091	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA QUÍMICA
LINDENBERG RODRIGUES PERPETUO	MG 7.597.059	974.336.166-91	BRASILEIRA	CASADO	TECNÓLOGO EM GESTÃO DA AGROPECUÁRIA
ANANDA SÁ CHAS	9078631745	01237127009	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA QUÍMICA
WELLINGTON ARAUJO DE OLIVEIRA	27.207.291-6	256.938.628-80	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
RENAN OKUMURA GERMILIANO GODOY	28.515.139-3	225.446.928-20	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
ALINE SPINARDI FERREIRA	30.050.515-2	308.325.198-43	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA
HUGO LEONARDO DE CARVALHO LOBÃO	217848282	05948156737	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
RICARDO FREIRE SENNA	567070611	94340080500	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
RÉGINALDO GONÇALVES MAFIA	MG. 10.520.560	036.308.325-01	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
SIDNEY EDUARDO HORTOLAN	28.022.176-9	191.713.898-90	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
MURILLO PELLIZZON	21.868.950-0	170038528-37	BRASILEIRA	SOLTEIRO	PROPAGANDA E MARKETING
STEFAN AGOSTINHO TASOKO	26.332.748-6	281.078.448-58	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO

WILLIAM GONÇALVES CRUZ	27.627.517-2	255.911.668-57	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
ALAN SIMPLICIO DE SOUZA	30.803.116-7	280.061.928-71	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
ANA SILVIA COSTA PETERLINI	28.556.986-7	282.818.128-11	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
JOAS DA SILVA JUNIOR	20.437.697-X	127.026.738-80	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO DE CONTROLE E AUTOMATIZAÇÃO
THIAGO OLIVEIRA PEREIRA	33923559-7	312570328-01	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
RAFAEL DE PAULA EDUARDO BONATTO	37149820-X	332.390.088-07	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO CIVIL
PATRICK JEAN OUTRA GHELFI	34.146.146-5	224.439.008-00	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO MECÂNICO/COORDENADOR DE LOGÍSTICA
THIAGO FRANCISCO SANCHES KUMAGAI	40.360.312-2	368.954.458-03	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR/COORDENADOR DE LOGÍSTICA
ALEXANDRE CEZILIA VIEIRA	11.879.065-8	08693476750	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
HENRIQUE JUNIOR ARAUJO WEECK	506.322.292	91095301004	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
LARISSA HELENA RANCIARO MORAES MARACCINI	43.559.484-9	33855243859	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA
ANGELA APARECIDA DOS SANTOS	45.537.081-3	21867071878	BRASILEIRA	DIVORCIADA	ADMINISTRADORA
CRISTIANO REGIA SOPRANI	1585066 SSP/ES	082.090.277-27	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECÂNICO/GTE DE MANUTENÇÃO
LEONARDO MENDONÇA PIMENTA	M-5.059.504 MG	038.887.566-95	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUÍMICO/GTE DE PRODUÇÃO DE CELULOSE
RONALDO DORNELLES SCHUSTER	8016949631 SSP/RS	350.504.380-04	BRASILEIRA	CASADO	LICENCIATURA EM QUÍMICA/GTE DE RECUPERAÇÃO E UTILIDADES
LEONARDO REGO GENOFRE	608720495. SSP/SP	804.849.301-25	BRASILEIRA	CASADO	SOCIÓLOGO
CARLOS ANDRÉ GASPAR DOS SANTOS	289857982. SSP/SP	249.395.128-00	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
LUIZ GERALDO MICHELETTI GOESSLER	53836899-7	027597299-23	BRASILEIRA E AUSTRIACO	CASADO	ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO
CESAR AUGUSTO VALENCISE BONINE	17.727.507-0	104.873.348-33	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
GABRIEL DEMON SAMPAIO PECANHA REZENDE	M3897845	513.776.516-49	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
FREDERICO AUGUSTO RUCKERT	B.445.541 MG	044.724.266-37	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO
LUIZ CARLOS PASSOS MACEDO	44.104.841 SP	335.030.768-08	BRASILEIRA	CASADO	COMÉRCIO EXTERIOR
LUCAS BOZOLAN MENDES	9.544.413-0 PR	063.104.819-58	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
GABRIEL BALÃO TAVARES	1.519.843 ES	099.232.957-45	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
ANDERSON DIAS DE BARROS POLIDO	1.627.066 ES	095.267.847-70	BRASILEIRA	UNIÃO ESTÁVEL	ENGENHEIRO MECÂNICO

RICARDO FERNANDO OLIVEIRA DE MEDEIROS	00.119.492-2	910.618.061-20	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO ELETRICISTA
FRANCISCO ANTONIO WLEMINCHX JUNIOR	15.705.578-4	063.875.798-30	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECÂNICO
MARCO ANTONIO CORVINO IACONIS	14.990.273-6	072.293.148-44	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUÍMICO
NILSON GRACIA DE OLIVEIRA	19.407.880-7	095.140.108-41	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO ELETRICISTA
CASSIANO RICARDO RAMOS HEILAND	21.281.507	098.558.038-09	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECÂNICO
ALEXANDRE CANDIDO DE FIGUEIREDO	1.810.976 SSP/ES	949.029.689-91	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM ENGENHARIA QUÍMICA
EDUARDO SIDNEI FERRAZ	M-8.000.861 SSP/MG	002.574.646-46	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM ENGENHARIA ELÉTRICA
FABRÍCIO LUIZ STANGE	1.185.807 - ES SP/IC	009.924.937-57	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM ENGENHARIA MECÂNICA
RAFAEL OLIVEIRA DE AZEVEDO	33684061-5	043.733.206-32	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECÂNICO
RENATO CIPRIANO RDOCHA	1275024 SSP/ES	081.058.827-43	BRASILEIRA	SOLTEIRO	BACHAREL EM ENGENHARIA AGRÔNOMA
RODRIGO SUGSKE GARCIA	41.036.697-3 SSP/SP	311.960.068-17	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM ENGENHARIA CIVIL
RENATO CESAR PEREIRA	23.054.797-7 SSP	164.708.558-65	BRASILEIRA	CASADO	ENG. CIVIL
RICHARD MENDES DAL AQUA	23.064.069-0	246.224.018-78	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO DE COMPUTAÇÃO
CÉSAR MARTINS ANDRADE	1078862057	732.498.400-25	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
RAFAEL MASTROCOLA	35.476.139-0	223.961.758-86	BRASILEIRA	CASADO	ECONOMISTA
ANTONIO WALTER VESCOVI MODENESI	297169	57492840772	BRASILEIRA	CASADO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS/GERENTE
MIRIAM MARTINS ALMEIDA	4243175	73008990549	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADMINISTRADORA
REINALDO ROCHA DE CAMARGO JUNIOR	351499456	31651802882	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
JÃO CARLOS AUGUSTI	13.653.235-4	067.653.408-23	BRASILEIRA	CASADO	SUPERIORENGENHEIRO FLORESTAL
DANILO HENRIQUE VERGILIO	27.621.142-X	254.304.718-28	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUÍMICO
MARCO AURÉLIO BORGES RODRIGUES	35.208.905-4	276.147.638-74	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO PRODUÇÃO
CELSO RICARDO CORREA	28.616.849-8	206.295.268-69	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO MECÂNICO
SIMONE SILVA LOPES CAIXETA	1.279.376	579707691-87	BRASILEIRA	CASADA	PEDAGOGA
DONIZETE DA COSTA DIAS	MG 4.158.472	588.176.116-20	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
BRUNO MARCO DE LIMA	34.898.275-6	319.578.638-97	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
SÉRGIO RICARDO PORTES BENTIVENHA	19.635.109	141.246.638-54	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
HELOISA OGUSHI ROMERO RAMIRES	44.223.003-6	294.656.638-50	BRASILEIRA	CASADA	ENGENHEIRA DE PRODUÇÃO - MATERIAIS

ALEXANDRE ALVES MISSIAGGIA	1541059 SSP DF	78484243188	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
FABIANO ROSSO	19651819	18998775846	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUÍMICO
MARIANA ELEONORA DOMINGUES MENDONÇA	43.850.858-3	354.999.708-65	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA QUÍMICA
MARIA TERESA BORGES PIMENTA BARBOSA	M6.622.683	008.408.386-70	BRASILEIRA	CASADA	DOCTOR EM CIÊNCIAS - FÍSICO-QUÍMICA
LEANDRO DE SIQUEIRA	M-7705374	038.657.588-60	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
PLINIO CÉLIO KNEZ	17.595.970-5	063.136.978-90	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
CLAYTON ALCARDE ALVARES	324367570	21573292850	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
MATHEUS ANTUNES GUIMARÃES	1358531 SSP ES	075007387-06	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO QUÍMICO
JULIANA DE OLIVEIRA FERNANDES VIANA	30.040.934-5	301.306.008-57	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA FLORESTAL
FÁBIO MARTINS	18.893.752	115.252.618-94	BRASILEIRA	CASADO	QUÍMICO
PATRICIA DUTRA LASCOSQUE	1.046.575 ES	024.645.707-45	BRASILEIRA	UNIÃO ESTÁVEL	ADMINISTRADORA
MAURÍCIO MIRANDA PEREIRA	23.453.845-8 SSP/SP	126.073.878-76	BRASILEIRA	CASADO	BACHAREL EM ENGENHARIA ELÉTRICA
THIAGO REGGIANI COTTA	M3, 053.349	063.651.276-70	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL GERENTE DE OPERAÇÕES FLORESTAIS
JULIO CESAR DE OLIVEIRA E SILVA	1849955 - SPTC	085.402.347-00	BRASILEIRA	CASADO	SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO E PÓS EM GESTÃO INDUSTRIAL COORDENADOR DE DHO
DANIELLI DE ALMEIDA	1.722.288 SSP/ES	088.283.387-17	BRASILEIRA	CASADA	SUPERIOR CIÊNCIAS CONTÁBEIS: COORDENADORA FINANCEIRA CONTROLE
PEDRO MORAES TORRES PINTO	1675359 SSP/ES	099.352.567-24	BRASILEIRA	CASADO	JORNALISTA
MARCOS AURELIO BARBOSA	22.306.000-8	201.876.398-92	BRASILEIRA	CASADO	ENGº QUÍMICO
LUIS FERNANDO FANTTI	30.281.217-9	215.993.598-30	BRASILEIRA	CASADO	ENGº FLORESTAL
VICTOR WALDEMBERG FIEDLER	12.287.427	063.459.996-05	BRASILEIRA	CASADO	ENGº FLORESTAL
RAFAEL BORTOLAZZO FONSECA	30.385.513-7	299.532.498-22	BRASILEIRA	CASADO	ENGº FLORESTAL
RÓDRIGO ZAGONEL	2143336	004.671.699-85	BRASILEIRA	CASADO	ENGº FLORESTAL
VALDINEI JOSÉ AUBOSKI	93741080	055.324.748-23	BRASILEIRA	CASADO	ENGº AGRÔNOMO
JAIR DAL'COL	15814180 - SSP-SP	052.322.588-18	BRASILEIRA	CASADO	ENGº AGRÔNOMO
JOSÉ WILHELMS VENTURA	4016367187 SSP/RS	387.042.340-49	BRASILEIRA	UNIÃO ESTÁVEL	ENGENHEIRO QUÍMICO
WILSON ROBERTO LOPES DA SILVA	14.559.473-7 SSP/SP	033.234.318-98	BRASILEIRA	CASADO	TECNOLOGO ELETRÔNICO
ALBER MARTINS DE ALMEIDA	6.235.636-1	030.072.139-08	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUÍMICO
EDUARDO JOSÉ DE MELLO	15.427.943-2	119.285.268-02	BRASILEIRA	DIVORCIADO	ENGENHEIRO FLORESTAL

GUILHERME DA CRUZ MONTEIRO	32.302.035-5	317.240.898-11	BRASILEIRA	CASADO	PUBLICITARIO
RODRIGO MARCHI MICHELUCCI	44.224.015-5	316.004.618-40	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUIMICO
PAULO MANCINELLI	28.305.857-2	291.181.598-00	BRASILEIRA	DIVORCIADO	ADMINISTRADOR
CLAUDIA BEATRIZ SALVATORI OLIVARES	26.167.082-7	273.978.388-47	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA
MARCO ANTONIO FUZATO	10.676.950	057.325.778-74	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUIMICO
RODRIGO PESTANA FERRAZ	27.699.338-X	248.545.948-17	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO ELETRICISTA
ANTONIO CARLOS ANDRELLA	9.085.250	053.431.178-48	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
GUSTAVO MARTARELLO DA SILVA	332659070	33257925883	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
ALEXANDRE ETRUSCO LANNA	M-3994540 SSP-MG	577.846.806-78	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHARIA QUIMICA
ROSELY LOIOLA	15.865.756-1	12697152830	BRASILEIRA	DIVORCIADA	PSICOLOGA
BIBIANA ROBEIRO RUBINI	M932338 SSP-MG	032.727.229-55	BRASILEIRA	CASADA	ENGENHEIRA QUIMICA
FABIO CARUCCI FIGLIOLINO	11.846.958-7	017.913.048-00	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUIMICO
MARIO HENRIQUE DE FREITAS GRASSI	5.083.819-4	019.351.929-14	BRASILEIRA	CASADO	ENGº FLORESTAL
LUIS EDUARDO ALVES SABBADO	7001693171	386.053.330-49	BRASILEIRA	CASADO	ENGº AGRONOMO
RYCHARD NASCIMENTO BEZERRA	26.755.268-3	289.819.498-56	BRASILEIRA	CASADO	ENGº PRODUÇÃO
DOUGLAS SEIBERT LAZARETTI	20.643.036-51	000.736.650-70	BRASILEIRA	CASADO	ENGº FLORESTAL
ARGENTINO OLIVEIRA NETO	4366608	01435246105	BRASILEIRA	CASADO	MARKETING
CLAUDIA CRISTINA GOMES DA COSTA STEINER	18.043.659-4	092.456.818-66	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
TIM RUDOLF WEHR	W495384W	049.848.018-67	ALEMÃO	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
TOMÁS BARRANDEGUY ORESTE	RNE V-491632-Z	232.457.778-09	ARGENTINO	DIVORCIADO	ENGENHEIRO
GUILHERME MELHADO MIRANDA	43.743.771-1	321.980.108-01	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
ALEXANDRE DE TOLEDO CORRÊA	33.889.354-4	220.372.358-01	BRASILEIRA	CASADO	ENG. ELÉTRICO
MARCELO DE OLIVEIRA	25093844-3 SSP/SP	183.620.958-07	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO ELETRICISTA / GERENTE GERAL INDUSTRIAL
MARIANA NOGUEIRA LISBÔA PEREIRA	04768935-85. SSP/BA. OAB/BA 18.217	641.317.425-00	BRASILEIRA	CASADA	ADVOGADA
MARIA LUIZA DE OLIVEIRA PINTO E PAIVA	10787341-2 SSP/SP	129.079.488-06	BRASILEIRA	CASADA	PSICOLOGA
PABLO FRANCISCO GIMENEZ MACHADO	28.209.659-0 SSP/SP	271.385.948-44	BRASILEIRA	CASADO	ADVOGADO
VINICIUS NONINO	Nº 20.664.102-3 SSP/SP	138.615.728-48	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
CESAR AUGUSTO GRAESER	5.067.953-9 SSSP/SP	470.138.189-68	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO

JOSÉ ALEXANDRE DE MORAES	13.212.732 SSP/SP	052.779.948-31	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
JULIO CÉSAR RODRIGUES DA CUNHA	13.595.003-X	611.587.126-34	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO
MARCOS PAULO LUPIANES	25.789.600-1	168.327.698-14	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO CIVIL
MARIANO ZAVATTIERO	RNE W381634-0	213.154.408-14	ARGENTINO	CONVIVENTE EM UNIÃO ESTÁVEL	CONTADOR
PAULO DE OLIVEIRA BORREGO	25.714.552-7 SSP/SP	214.179.568-01	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
PAULO RICARDO PEREIRA DA SILVEIRA	5.014.825.854	347.892.940-72	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUÍMICO
VITOR TUMONIS	34.831.278-7 SSP/SP	328.677.308-66	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
WELLINGTON ANGELO LOUREIRO GIACOMIN	549.423 SPT/ES	719.996.207-04	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
JOÃO FABRÍCIO SANTOS MACEDO	1859689-4	531660512-87	BRASILEIRA	CASADO	LOGÍSTICA
HUGO LEONARDO DE CARVALHO LOBAO	21.784.828-2	059.481.567-37	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
EMANUEL GASPARINI	729.298 SSP/ES	914.334.367-87	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
HEITOR OLIVA PACHECO	0A8BA25676	036.763.047-80	BRASILEIRA	CASADO	ADVOGADO
ALBERTO JORGE BATISTA DO NASCIMENTO	1.819.725 - SSP/BA	291.178.955-53	BRASILEIRA	CASADO	COORDENADOR LOGÍSTICA
LINDEMARQUES GOMES DA SILVA	11975747-86	429.802.672-87	BRASILEIRA	CASADO	AUXILIAR FINANCEIRO
ALBERTO SOUZA VIEIRA	14.392.049	075.307.936-40	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO
WILSON OLTRA MENDONÇA	005.907.344-05 SSP/BA	594.885.495-72	BRASILEIRA	CASADO	ANALISTA DE PROCESSOS IMOBILIÁRIOS
MABIA BRITO SILVA	1152879795	038.638.545-32	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
JOSÉ ADALBERTO FIRMINO JÚNIOR	MG-10.057.155	041.949.606-88	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
WENDEL NOGUEIRA DE LIMA	930.021.497-53	620.687.683-72	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
JÓICE GRAVE BARRETO	8.698.923-48/BA	011.430.275-82	BRASILEIRA	DIVORCIADA	ADMINISTRADORA
RICARDO FREIRE SENNA	05670706-11	943.400.805-00	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
LUCAS BITTENCOURT VAQUER	10017566-06	013.423.835-40	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
MAYARA CARMELLO	48.667.493-4	377.545.858-12	BRASILEIRA	SOLTEIRA	COORDENADORA DE OPERAÇÕES
JOSÉ ELIOMAR SALES NUNES	2014005797-X	438.517.703-15	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
ADONIAS LIMA BARBOSA	07.416.875-42/BA	803.459.995-68	BRASILEIRA	CASADO	LÍDER DE OPERAÇÕES
ANTÔNIO JOFFRE DA COSTA JÚNIOR	1.748.823 SSP/DF	658.428.181.91	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
GABRIEL BERNOLDI NEVES	44.895.536-2	390.694.108-69	BRASILEIRA	SOLTEIRO	COORDENADOR DE OPERAÇÕES COMERCIAIS
RÊNATA CARLESSO DOS SANTOS	1.913.070/ES	100.221.157-30	BRASILEIRA	CASADA	ANALISTA DE PATRIMÔNIO

LUIS GUSTAVO MAIA	11.657.263/MG	078.075.746-74	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
EVELYN CRISTINA NUNES PIEVE	337.342.374-SP	216.324.578-08	BRASILEIRA	DIVORCIADA	ANALISTA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
MARIA NILDES DE MATOS RANGEL	248.395	449.999.507-82	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
PAULO MARTINS ALVES JÚNIOR	000.97.002-5 SSP/MS	871.343.221-49	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ANALISTA DE PROCESSOS IMOBILIÁRIOS
BERTALIANA OLIVEIRA E SILVA	13.818.891 SSP/SP	524.660.272-68	BRASILEIRA	SOLTEIRA	GESTORA AMBIENTAL
BARBARA BATISTA ROVOA LOURZEIRO	13.001.198 - SSP. MG	078.095.996-84	BRASILEIRA	CASADA	LÍDER DE OPERAÇÕES
FABIO MAYER BACH	7.146.323-0	025.806.249-99	BRASILEIRA	AMASIADO	COORDENADOR DE OPERAÇÕES
JULIANA RIBEIRO BORGES OLIVEIRA	4880042 - SPTC - GO	010.108.651-29	BRASILEIRA	CASADA	SUPERIOR TECNOLOGIA EM TRANSPORTES URBANOS
OZENILDA ELIAS	3.275.772 SSP. GO	81.836.058.187	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRAÇÃO
JONATAS DOS SANTOS RANGEL	1487520-ES	052.658.767-90	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
PATRICK BRUNELI FURIERI	1.703.366 SSP- ES	107.184.907-70	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR
ANDRE ROCHA VIEIRA DE BRITO	OAB/BA Nº 15.171	678.883.055-04	BRASILEIRA	CASADO	ADVOGADO
GERNANDO ARRUDA FRANCA	109.015.598-6 SSP/MA	919.400.443-91	BRASILEIRA	CASADO	ECONOMISTA
RAILANE PIRES DE ALMEIDA TROYÃO	019991992002-B	025.395.293-05	BRASILEIRA	CASADA	ECONOMISTA
GLEYDSON ANÍCIO DE CARVALHO	64149855-X	052.218.126-06	BRASILEIRA	CASADO	COORDENADOR DE LOGÍSTICA
CAMILA ANTONETA DE ALMEIDA SOUZA	06917553-53	865.274.525-00	BRASILEIRA	CASADA	ANALISTA DE LOGÍSTICA
MAURO RANGEL DE CASTRO MELO	944187986 SSP- MA	781.097.523-49	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
DIONEI PEREIRA PINTO	936212985	505215367	BRASILEIRA	SOLTEIRO	TECNOLOGO EM GESTÃO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
SÉLIO MOTA DE AGUIAR	2.725.911 SSP- GO	490.905.421-91	BRASILEIRA	CASADO	SUPERVISOR DE OPERAÇÕES FLORESTAIS
MARTA CALIXTO DUELLIS	4.372.324/MG	625.942.068-87	BRASILEIRA	DIVORCIADA	ASSISTENTE COMERCIAL
BRUNO MESQUITA SPINDOLA	12058821	079.461.156-79	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
VINÍCIUS ROSCHER SEMEGHIN	29.933.090-4	369.284.898-63	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO AMBIENTAL E URBANO
CAROLINE SANTOS BRAGA	14.763.796-10	038.103.175-60	BRASILEIRA	SOLTEIRA	LÍDER DE OPERAÇÕES DISTRIBUIÇÃO
FABIO ALVES DE MEDEIROS	MG 15.490.580	112.206.056.45	BRASILEIRA	CASADO	LOGISTICA
EDVALDO FRANCOSO BRAGA JÚNIOR	1.668.783	029.770.221-12	BRASILEIRA	SOLTEIRO	VENDEDOR INTERNO I
GRÁZIELLE GOMES SANT'ANA	11.479.630.02	848.314.215-83	BRASILEIRA	CASADA	BACHAREL EM DIREITO
CHRISTIANO LUIS DA SILVA MACHADO	2843027	553.819.802-30	BRASILEIRA	CASADO	TECNOLOGO EM LOGÍSTICA
FATIMA MARIA SANTOS NOGUEIRA	1.305.904	153.257.082-91	BRASILEIRA	DIVORCIADA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
LORENZO MAURIZIO MIRANDA DIAS	1317309324	88621120259	BRASILEIRA	SOLTEIRO	LÍDER DE OPERAÇÕES DISTRIBUIÇÃO

GLEYDSON KARTTY DE QUERIROZ LINS	652911 SSP/TO	013 247.261-89	BRASILEIRA	CASADO	TECNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO
MAGNO CEZAR ROSENO DOS SANTOS	5977966 SDSPE	047.034.064-87	BRASILEIRA	CASADO	CONSULTOR DE VENDAS
ANDRE RICARDO MORALES VIEZZI	7.543.576-2 SE SP PR	004.037.859-08	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
LUIS FELIPE COUTINHO TIRONI	35 455 734-8 / SSP	409.483.936-46	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
SOCORRO LOPES PORTELA TEIXEIRA	1.815.128 SSP/PI	813.354.823-34	BRASILEIRA	CASADA	ANALISTA DE CONTRATOS
ALINE HERZOG SIMÕES	1.903.616 SSP	126.875.217-79	BRASILEIRA	SOLTEIRA	LÍDER DE OPERAÇÕES
SOLANGE CRISTIANE DE SIQUEIRA SENKE	6.978.490-9	030.458.479-12	BRASILEIRA	CASADA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
JULIO JUBERT CAIUBY GUIMARÃES	43.538.788-1	318.938.838-50	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
CLEVERSON HOSS DE SOUZA	10.655.481-98 SSP/RS	729.232.610-20	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
ANTUANE JORGE SAADI NETO	44.957.111-7	376.153.918-57	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
JOELMA MAURICIO VIEIRA	328204559 SSP/SP	21667251805	BRASILEIRA	SOLTEIRA	BIOLOGA
LUIZ CLAUDIO DOS SANTOS	17.587.371-6	077.255.968-60	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
MIRNA MARQUES GONÇALVES PINTO	10279003-7	079.958.127-45	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
YGOR HENRIQUE MESSIAS DAHER	21.522.829-5	114.947.797-06	BRASILEIRA	CASADO	LOGISTICA E DISTRIBUIÇÃO
GABRIEL FONSECA MOTTA MARTINS	22370950-2	12426910739	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
MARCELO MENDES GAZOLA	36.550.777-5	396.418.528-00	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO ELETRICISTA
JORDANA COUTINHO MACIEL	5037083431	826.855210-15	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
DIOGO DE FARIAS MALETT	5064549181	970.144.430-20	BRASILEIRA	CASADO	ASSISTENTE COMERCIAL
RODRIGO HENRIQUE MIHAR	351237057	32409458866	BRASILEIRA	AMASIADO	TECNICO EM MEIO AMBIENTE
FABIANA CAMPOS PORTO PAULINO	42.441.700-5	326.996.968-06	BRASILEIRA	CASADA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
MARCELO LEÃO LUCIETTO	2.067.462.214	939.269.280-34	BRASILEIRA	CASADO	ADVOGADO
DILSON CESAR MIRANDA	25.928.225-X/SP	168.409.138-13	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
HENRIQUE NAVARRO FONSECA	43.774.021-3	340.712.788-03	BRASILEIRA	SOLTEIRO	COORDENADOR DE OPERAÇÕES
RUBENS VANSAN	10.917.800-4 / PR	075.740.809-50	BRASILEIRA	SOLTEIRO	LÍDER DE OPERAÇÕES
ROSANGELA DE FÁTIMA CORRÊA MIGUEL	41.414.240-8	320.595.718-04	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
TATIANA DE FÁTIMA GÖES ZUCATO	25.178.793-X	143.305.598-89	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
HELIO IVASE	000.67.235-7 SSP/MS	562.221.651-68	BRASILEIRA	CASADO	GEÓGRAFO
JOÃO MAGELA DE MELOS	2.733.671(SSP/MS)	444.659.638-53	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
ROSANGELA APARECIDA	22.197.683	141.255.078-56	BRASILEIRA	CASADA	PEDAGOGIA EMPRESARIAL



FRANCO GASPARIOTI					
LUCIMARA RONCOLATO CASTILHO	RG SSP/SP Nº 18.674535-9	137.622.898-08	BRASILEIRA	CASADA	ENGENHEIRA FLORESTAL
ANA CARLA DE ALMEIDA	OAB-SP Nº 371.526	051.358.726-05	BRASILEIRA	CASADA	ADVOGADA
GEILSON FRANCISCO DE LIMA	RG SSP/SP 47920172	404.374438-25	BRASILEIRA	CASADO	ANALISTA DE CADASTRO IMOBILIÁRIO
ANDRÉ FERREIRA SOUSA	44.053.976-6	348.785.088-50	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ANALISTA DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS
REBECCA SILVA DE MOURA	004.972.616 OGPCGO	022.769.871-11	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA FLORESTAL
LARISSA MARCELINO BOLZAN	044.035.050-5 SSP/SP	442.127.228-01	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADVOGADA
SORAIA APARECIDA GONÇALVES DOVIGUES	20.585.828-1	081.312.768-80	BRASILEIRA	CASADA	GERENTE DE OPERAÇÃO LOGÍSTICA
RICARDO EMILIO FERNANDES MARTIN	12668390 SSP/SP	032.714.948-51	BRASILEIRA	CASADO	SUPERIOR EM MARKETING
GERALDO SANTOS CUNHA	21.276.687-9	125158318-63	BRASILEIRA	CASADO	TECNICO APOIO ADMINISTRATIVO
MARCELO GUERREIRO CHITAN	13.507.293-1	135.697.478-32	BRASILEIRA	SEPARADO JUDICIALMENTE	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
JOSÉ JOVAN MOREIRA CHAVES	22.908.806-0	190.666.478-17	BRASILEIRA	CASADO	COORDENADOR DE OPERAÇÕES
RENATO GOMES MARINHO SILVA	48.514.116-4	389.157.108-01	BRASILEIRA	SOLTEIRO	GESTÃO EM RECURSOS HUMANOS
JEFFERSON CARLOS DA SILVA	29721451-2	335.884.868-01	BRASILEIRA	CASADO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
GUILHERME DABDAS CALACHE DISTLER	20.634.880-7	099.782.297-01	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
FLAVIO GASPAR FERREIRA BARBOSA	10279003-7	079.956.127-45	BRASILEIRA	DIVORCIADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
RENAN SOARES FERNANDES	32.848.741-4	329.009.118-00	BRASILEIRA	SOLTEIRO	RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CLAUDIA HELENA IWAMIZU	21.612.198-9/SP	270.299.248-00	BRASILEIRA	CASADA	BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
ANA ELISA DE ALMEIDA ROSSI MENEQUETTE	1852033 - SSP/ES	116.392.467-02	BRASILEIRA	CASADA	ADVOGADA
JULIANA CARVALHO FARIZATO	32.919.753-8	227.532.798-37	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADVOGADA
MARCOS PAULO LUPIANHES	25789800-1 SSP/SP	168327588-14	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
GUILHERME MELHADO MIRANDA	43.743.771-1	321.980.108-01	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
GUILHERME DA CRUZ MONTEIRO MURILLO	32.302.035	317.240.898-11	BRASILEIRA	CASADO	PUBLICITÁRIO
PELLIZZON	21.856.950-0	170.338.526-37	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
DAVI FABRÍCIO TEIXEIRA	11.719.779-8	043.257.349-61	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
ARVELINO CASSARO	557571 SGPC/ES	72426349700	BRASILEIRA	CASADO	CONTADOR
GILBERTO MACHADO DE ARAÚJO	22.517.224-0/SP	124.259.088-87	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADVOGADO



CAMILA DIER DOS SANTOS SILVA	439603377	22462272836	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ANALISTA
APARECIDA GAZILIA CALIMAN TERCI	851.382 SSP/ES	001.733.707-05	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
LUCIANA CARVALHO ALMEIDA	26.855.897-8	259.180.308-08	BRASILEIRA	CASADA	CONTADORA
THAMIRIS APARECIDA DE SOUZA ZORZI LEME	46.524.483-X	373.633.028-53	BRASILEIRA	CASADA	GESTORA DE NEGÓCIOS
PATRICIA MARTINS	265487862 SSP/SP	16320815869	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA
ANA PAULA DA SILVA SANTOS	25.776.158-5/SP	270.576.288-46	BRASILEIRA	CASADA	BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAIO CAMARGO BETTINELLI	33.931.790-5	386.869.868-16	BRASILEIRA	CASADO	CONTADOR
DANILO BARRETO RIBEIRO	33.174.508-2	230.336.928-26	BRASILEIRA	SOLTEIRO	CONTADOR
JACSON SILVA DA COSTA	0574835080 SSP/BA	028.611.215-35	BRASILEIRA	SOLTEIRO	BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
JULIANA RODRIGUES DIAS	43.524.274-X	364.345.548-85	BRASILEIRA	SOLTEIRA	CONTADORA
JOSÉ CARLOS COSTA	9.775.568-0	582.262.678-03	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
RAIMUNDO SANTOS PIMENTA	29.628.473-7	491.432.985-91	BRASILEIRA	CASADO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
GRAZIELA FIGUEIREDO DA CONCEIÇÃO	45.893.916-X	453.221.358-64	BRASILEIRA	SOLTEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
HEVERTON BRUNO SARTORI	46.266.648-7	385.057.348-66	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS
OSWALDO APARECIDO DOS SANTOS	15.480.985-8	027.432.848-89	BRASILEIRA	CASADO	TECNICO ABASTECIMENTO FLORESTAL
GRAZIELA FIGUEIREDO DA CONCEIÇÃO	45.893.916-X	463221358-64	BRASILEIRA	SOLTEIRA	SECRETARIADO EXECUTIVO
INADIA DE OLIVEIRA COELHO	32014737X	291.175.988-50	BRASILEIRA	CASADA	ADMINISTRADORA DE EMPRESAS
RIENOS CARLOS KNUPLER JORDAO LISBOA	032185152006-0	022.178.353-94	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO FLORESTAL
BRUNO LIMA SANTOS	1372392 SSP/SP	30982685548	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRO FLORESTAL
FLAVIA MARINHO DE SOUZA	034789494-1	002.093.053-47	BRASILEIRA	UNIÃO ESTAVEL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
HELIO INVASÉ	000672357 SSP/MS	562.221.651-68	BRASILEIRA	CASADO	GEOGRAFO
REBECCA SILVA DE MOURA	4792618 SSP/GO	022.769.871-11	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA FLORESTAL
CARISSA MARCELINO BOLZAN	44.035.050-5 SSP/SP	442.127.228-01	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ADVOGADA
CAROLINA PEREIRA FERRAZ CAVALCANTI	46.435583-7	398.573.388-01	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
EVELYN CRISTINA NUNES PIEVE	337.342.374-SP	216.324.578-06	BRASILEIRA	DIVORCIADA	ANALISTA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
JOSÉ ROBERTO MAI RIBEIRO	3.737.359-ES	087.671.167-82	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ANALISTA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
LUIS GUSTAVO MAIA	11.857.253	078.075.746-74	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO
RENATA CARLESSO DOS SANTOS	1.913.070-ES	105.221.157-30	BRASILEIRA	CASADA	ANALISTA DE PATRIMÔNIO

JOÃO MAGELA DE MELOS	M-2 733.871 SSPMG	444.559.635-53	BRASILEIRA	CASADO	ADMINISTRADOR
JOÃO CARLOS AUGUSTI	13653235-4	067533408-23	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHARIA FLORESTAL
PRISCILA DE MOURA KOHLER	28.854.994-6	289.175.878-90	BRASILEIRA	SOLTEIRA	ENGENHEIRA QUÍMICA
GUILHERME GONÇALVES DOMINGOS	29.816.600-8	287.607.968-95	BRASILEIRA	SOLTEIRO	ENGENHEIRA QUÍMICA
MARIA CAROLINA CUNHA ZONETE	33.335.414-X	300.795.708-79	BRASILEIRA	CASADA	ENGENHEIRA FLORESTAL
VINÍCIUS BASSAN SIERRA	5.467.631-8	006.620.779-70	BRASILEIRA	CASADO	ENGENHEIRO QUÍMICO
ANSELMO FARIAS DE OLIVEIRA	567.829	989.952.187-72	BRASILEIRA	CASADO	ADVOGADO

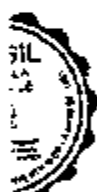
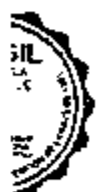
REGRA DE REPRESENTAÇÃO:

Em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação.

PODERES:

Representar a Outorgante em todo território nacional, para recebimento (e assinaturas) de intimações e auto de infração de qualquer valor, bem como poderes de administração sem alçada de valor e restritos aos negócios relativos que as Outorgante mantém em todo o território nacional; para representação das Outorgante perante quaisquer pessoas físicas ou entidades de direito público ou privado, inclusive repartições públicas federal, estadual, municipal, entidades autárquicas e paraestatais, sociedade de economia mista, fundações e empresas públicas, incluindo, mas não se limitando a Secretaria dos Negócios da Fazenda, o Instituto BRASILEIRA do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ANVISA: Agência Nacional de vigilância Sanitária, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Divisão de Proteção aos Recursos Naturais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, assinar Declarações de Propriedade junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), firmar requerimentos de regularização fundiária junto à Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), assinar cartas de confrontação em propriedades limítrofes e plantas para diversos fins e no interesse das Outorgante, secretarias e órgãos estaduais e/ou municipais do meio ambiente, de atividades florestais e/ou de silvicultura e de recursos hídricos ou de gestão de águas, especialmente para, perante qualquer um deles, protocolar documentos diversos, requerer registros, aprovação de Planos de Corte, licenças, inclusive as especiais, autorizações de desmate, solicitar vistorias prévias e demais procedimentos necessários para o desenvolvimento das atividades da Outorgante que estejam vinculadas a essas entidades e à legislação ambiental e florestal vigente, inclusive projetos de fomento florestal, assinar e requerer a regularização da Declaração Anual de Informação para Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) junto à Secretaria da Receita Federal, quitar débitos, inclusive requerer o parcelamento e a regularização de pendências referentes a ITR; representar a Outorgante perante a Casa da Agricultura, a Secretaria da Agricultura, Delegacias dos Postos Fiscais, a Fundação e Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, Delegacias das Políticas Florestais, a FEPAM-Fundação Estadual de Proteção Ambiental, o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, o Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, o IMASUL - Instituto do Meio Ambiente, a SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, as Prefeituras Municipais, a Secretaria do Meio Ambiente, DEPRN - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, CEJPAV - Comitê para Integração das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, Delegacias da Receita Federal do Brasil em todo território nacional e Agências da Receita Federal do Brasil e ela jurisdicionadas, com poderes para solicitar a emissão de DARF e requerer Pedido de Retificação de DARF, REDARF; representar a Outorgante perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE; a Companhia Rio Grandense de Saneamento - CORSAN; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, realizar alterações cadastrais, podendo ainda, apresentar requerimentos e defesas, juntar e desentranhar documentos, recorrer das decisões administrativas, apresentar impugnação, satisfazer exigências, apresentar e/ou retirar documentos; consultar processos administrativos pendentes, requerer certidão negativa de débitos; obter senhas e movimentar informações eletrônicas, senhas, inclusive online, para acesso a cadastro das empresas e serviços públicos permitidos pelos órgãos competentes, com exceção de senhas e movimentações financeiras em contas de Bancos; fazer remessa de arquivos eletrônicos de dados, inclusive com a finalidade de requerer autenticação de escrituração digital, entregar GIA - Guia de Informação e Apuração de ICMS, consultar e inserir informações no Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais - SINTEGRA; realizar recolhimentos eletrônicos; representar a Outorgante perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, com relação às áreas de engenharia elétrica e instrumentação, engenharia mecânica e civil, florestal e agrônoma; Ministério do Exército, Polícia Federal, para assinar documentos relativos aos procedimentos de concessão de Certificado de Registro de Produtos Químicos controlados para uso nos estabelecimentos industriais da Outorgante; representar a Outorgante perante as

empresas concessionárias do serviço de telecomunicações, podendo assinar documentos de aquisição de linha telefônica ou do seu direito de uso; representar a Outorgante junto ao Departamento Estadual de Trânsito de todos os Estados do Brasil, DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito e outros órgãos de trânsito, AET - Autorização Especial de Trânsito, ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, para cargas excedentes (Pranchas), traçar e alterar roteiros, retirar licenças, na troca de placa de veículos, retirada de trailer, retirada de veículo de páteo, retirada de documentos (CRLV), renovação de caixa postal, notificação para indicação de condutores, emplacamento, licenciamento, segunda via de documentos, retirada de veículos apreendidos, mudança de características de veículo, segunda via de plaquetas e obtenções de Certidões de Ocorrências de Trânsito dos veículos de propriedade da Outorgante; assinar Termo de Responsabilidade para fins de Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF e/ou Licença Ambiental de empreendimentos ou atividades em construção, instalação, ampliação, modificação e operação conforme art. 4º do Decreto 44.844 de 25 de junho de 2008, junto ao Sistema Estadual de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais - SISEMA e tendo em vista o disposto no artigo 2º, da Deliberação Normativa nº 74 de 09 de setembro de 2004. Representar a Outorgante nos atos de administração fiscal ou no atendimento de todas as obrigações tributárias da mesma, exclusivamente em relação ao estabelecimento matriz e filiais da Outorgante, podendo assinar ou requerer documentos, ou subscrever documentos relativos à 1. ADOÇÃO e EXCLUSÃO de livros fiscais: Registros de Entradas; Registros de Saídas; Registro de Controle de Produção e do Estoque; Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências; Registro de Inventário; Registro de Apuração do IPI; Registro de Apuração do ICMS; formulários fiscais: Retificação de Documentos de Arrecadação (REDARF) e GPS; Pedido/Comunicação de Uso de Sistema Eletrônico de Processamento de Dados - Convênio ICMS 57/95; GIA - Guia de Informação e Apuração do ICMS; PFE - Posto Fiscal Eletrônico; Pedido de Regime Especial; 2. DECA - Declaração Cadastral - ICMS, inclusive na forma da Portaria CAT 17 de 21.3.2006, para os seguintes atos que impedem procuração específica para sua realização: Anexo I - Comunicação de Cancelamento de Atividades/Suspensão de Atividades; Anexo II - Comunicação de Ocorrências com Livros e/ou Documentos Fiscais; Anexo III - Requerimento para Exercício de Atividade Eventual e Transitória; Anexo IV - Requerimento para Correção/Inclusão de Dados Cadastrais; 3. Diário Auxiliar de Clientes; Diário Geral da Contabilidade; Registro de Duplicatas; - DCTF - Declaração de Contribuições e Tributos Federais; DIRF - Declaração do Imposto de Renda na Fonte e Recibo de Entrega; DNPJ - Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica; Guia de Recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; Informe de Rendimentos; DIF-Papel Imune - Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune, Pedido de Registro Especial para estabelecimentos que realizem operações com papel imune; 4. Termos de Abertura e Encerramento de livros fiscais, exigidos pelas legislações federal, estadual e municipal; 5. Certidões Simplificadas / Breve Relato / Negativa / Positiva de Débito junto a Prefeitura Municipal, Delegacia/Receita Federal do Brasil, Previdência Social, Procuradoria da Fazenda Nacional e Juntas Comerciais; Certidões junto a Cartórios de Protesto, Forânses e de Imóveis; Certidões da Justiça do Trabalho, da Secretaria da Fazenda Estadual; 6. Ciência de decisões, intimações, ofícios e notificações de interesse da Outorgante, além de vistas e obtenção de cópias, em Processos Administrativos, se e quando em curso perante o Posto Fiscal Estadual, Delegacia da Receita Federal do Brasil, Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, Câmara Superior de Recursos Fiscais ou Prefeituras Municipais, com poderes, também, para requerer, na forma da lei, a compensação do ICMS na escrita fiscal da OUTORGANTE, obtendo, requerendo e retirando informes, cópias de documentos autuados, inclusive nas fronteiras/barragens; 7. Inclusão, alteração e cancelamento dos estabelecimentos junto às Agências das Fazendas Federais, Estaduais e Municipais, tais como: NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), EFD (Escrituração Fiscal Digital), SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), Livros Contábeis/Fiscais e demais meios eletrônicos necessários à utilização do sistema digital; 8. Renovação e atualização de Licenças, Alvarás e Certificados; 9. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ: a) Solicitação Consulta Prévia (Anexo I); b) Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica - FCPJ (Anexo II); c) Quadro de Sócios e Administradores (Anexo III); d) Ficha Complementar (Anexo IV); e) Documento Básico de Entrada - DBE; e 10. Autorização de Impressão de Documentos Fiscais-AIDF (ICMS/PI/ISS): Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA: providenciar, solicitar, criar, retirar e requerer a alteração do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; solicitar e retirar documentos requerimentos, justificativas, dentre outras atividades correlatas, exclusivamente e apenas visando à regularidade do cadastro dos imóveis de propriedade da Outorgante na respectiva autarquia; perante os Cartórios de Registro de Imóveis-CRI e/ou qualquer outra serventia que faça as vezes desta, podendo providenciar, solicitar, retirar e requerer qualquer providência relacionada à retificação administrativa das áreas dos imóveis rurais e urbanos, desmembramentos, solicitar e retirar certidões, promover averbações e registros, prestar declarações, promover averbações e registros tudo em conformidade com as Leis 6015/73, 10.267/2001 e Decretos 4449/2002, 5570/2005 e 7620/2011, requerer, processar e contratar o Usucapião Extrajudicial de imóveis rurais nos termos do artigo 216-A da Lei 6.015/73 (LRP) e artigo 1071 da Lei 13.105/2015 (CPC), podendo ainda lavar, perante o tabelião de notas, ata notarial, atestando o tempo de posse do requerente e seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias, que tratam os respectivos artigos; Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM; Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Secretaria e/ou Coordenadoria da Cultura de qualquer Estado, onde unicamente serão praticados atos no sentido de comprovar a inexistência de



projeto ou processo de desapropriação, podendo solicitar, retirar e requerer certidões, atestados administrativos e/ou quaisquer informações; Prefeituras, Secretarias e Autarquias, todas municipais, para solicitar, requerer e retirar certidões mobiliárias e imobiliárias, informações, cópias de processos, realizar, alterar e cancelar cadastros imobiliários, cálculo de Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, especialmente e apenas nos atos que visem à regularidade dos imóveis rurais ou urbanos; Instituto Estadual de Florestas - IEF, IDAF (Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do ES); IEMA (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos); AGERHA (Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo); ANA (Agência Nacional de Águas); DPRN (Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais); CBP-PCJ (Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari, Jundiaí, Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari), Capitania Fluvial Tietê-Paraná, Tribunal Marítimo e DPC; Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA; Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM; Instituto Estadual de Florestas - IEF; Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM; Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM; Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA; Conselho Municipal de Meio Ambiente – CODEMA e Prefeituras Municipais, para fins de obtenção de Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF); e DAE (Departamento Água e Energia Elétrica); ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), especialmente para, protocolar documentos diversos, requerer registros, aprovação de licenças, inclusive as especiais, autorizações, solicitar vistas prévias e apresentar documentos, cumprir exigências, firmar requerimentos, recolher taxas e emolumentos, protocolar documentos, prestar informações necessárias, preencher guias, dar e receber quitação, obter Certificação de Projeto de Georreferenciamento, podendo solicitar e retirar documentos, requerimentos, justificativas, prestar declarações, assinar mapas, tudo em conformidade com a Lei 10.267/2001, Decretos 4449/2002, 5570/2005 e 7620/2011, bem como inscrição dos imóveis rurais de propriedade OUTORGANTE perante o Cadastro Ambiental Rural – CAR nas esferas Federal, Estadual e Municipal; representarem a Outorgante junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, para firmar declaração de ausência de confrontantes para fins de georreferenciamento; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e em quaisquer de suas seções e/ou dependências, podendo prestar informações e esclarecimentos, requerer e assinar documentos, solicitações, pedidos, preencher guias, dar e receber quitação, realizar os pagamentos de taxas. Poderão os OUTORGADOS firmar e aditar instrumento de ratificação e ratificação do Termo de ajustamento de Conduta Ambiental nº 01/2009-DG-DEPRN (processo DEPRN/SMA nº 62.138/2006), bem como Termo de Responsabilidade de Preservação de Reserva Legal (TRPRL) e Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA); CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, e em quaisquer de suas seções e/ou dependências, podendo prestar informações e esclarecimentos, requerer e assinar documentos, solicitações, pedidos, autorização, preencher guias, dar e receber quitação, realizar os pagamentos de taxas; Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo; Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão (SEMA); Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Maranhão (SAGRIMA); Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins); Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS); Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí (SEMAR); Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA); e Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul (SEMA); podendo prestar informações e esclarecimentos, requerer e assinar documentos, solicitações, autorizações, pedidos, preencher guias, dar e receber quitação, realizar os pagamentos de taxas.

DECLARAÇÕES ADICIONAIS:

O presente mandato extingue-se automaticamente com relação aos ora OUTORGADOS que deixarem de exercer, na Outorgante ou no Grupo Econômico do qual faz parte, o cargo ou função em virtude do qual receberam os poderes.

SUBSTABELECIMENTO:

Fica vedado o subestabelecimento dos poderes ora outorgados.

VALIDADE:
30/06/2020

CHRISTIAN ORGA ORGMEISTER
Diretor Executivo Estatutário

MARCELO FERIOZZI BACCI
Diretor Executivo Estatutário





CONSEJO
NACIONAL
DE AFRICA

BRASIL
APOSTILLE
 (Convention de La Haye du 5 octobre 1961)

1 País (Country: ? Serv.)	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
------------------------------	--------------------------------

Este document este public
 This public document / Le présent acte public

2. Foi assinado por:	VANDERLEI TEODORO JANEO
(Ass. deve ser feita por 1.ª e 2.ª via)	

3. Na qualidade de:	ESCREVENTE AUTORIZADO(A)
Carteira de Identificação nº / Assinatura em 14/05/2014	

4. Tetrôse e pentose de: 14^o TABELÃO DE NOTAS VAMPÍRE - SP

Certificado
ICertified / Attestat

5. Em:	São Paulo	6 No dia:	03/04/2019
--------	-----------	-----------	------------

T. Por:	Ana Cristina de Oliveira Silva
---------	--------------------------------

6 N°:	100.242
-------	---------

9. Section / Chapter No.:
15. Sum : Stamp : Score :

10. FIVE

Assistant Professor
 Electrical Engineering
 Syracuse University

Type de document(s):
Type of document / Type of report

RECONHECIMENTO DE FURMA EM DOCUMENTO
RECEITUÁRIO

Nome do titular:
(Name of holder of document) Nome do titular:

Իսկ, որպեսզի Հայկին արագուհի և անվտանգորեն հասնեման համար արգելվեցին և վաճառքի արգելվեցին, որ չենք մեզ արգելափակումներ ևս ձեռնարկումք թողնումք, ինչ որ, Հայկին և Բաղդատին ևս հասնեման համար և արգելվեցին և արգելվեցին:

The Agency neither uses the alphabet, the quantity of the letters appearing in each column, nor the position of the letters in each column, nor the position of the columns in the message, nor the position of the message in the document, nor the position of the document in the file, nor the position of the file in the system, nor the position of the system in the world.

David A. Phillips is currently head of operations in a financial institution in Washington, D.C. He has been involved in a number of projects in the area of financial services and has been a frequent speaker at industry conferences.

1. Կատարվող հետևյալ միջոցառումները ընդ առն անհրաժեշտ է իրականացնել. Երազ փակել է ԸՄԵԿ-ի քաղաքական կոնցեպտները, քաղաքականությունները ԲՀ:

The post-remedy utility questions used in previous studies, along with the remaining 7-22 questions, were modified to:

1. *Verfahren*: wird die neue Regel mit der alten Regel verglichen?
2. *Ergebn*: wenn ja, wird die neue Regel angenommen, wenn nein, wird die alte Regel beibehalten.

www.cba.gov.au for up-to-date information.

† Gravemente e permanentemente lesionado como consecuencia de un accidente de tránsito ocurrido el 12 de mayo de 2004.

This document is hereby acknowledged in accordance with the
PL 90-368

Questo segnalibro è del gruppo Paper & Ink
pubblicato da Göttingen. Il prezzo è di
circa 1,50 €.

© 2000 by Blackwell Science Ltd
Journal of Internal Medicine 247: 105-112

2. The following information is available for the year ended 31/12/2019:

Wahlberechtigte: 1.400
 Stimmberechtigte: 1.400
 Wahlberechtigte: 1.400

 15-01 ZZZZ-XXXX

© 2007 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 261: 395–403

For more, contact your local
state chapter or the American
Academy of Pediatrics. You
might also discuss your child's
condition with your doctor.

Please have this QR Code to check the availability of the specific lot or classroom. You will be able to see the number you prefer. Don't worry, it also works if you don't

Wiederum ist zu sehen, dass die Lücke zwischen der tatsächlichen und der theoretischen Anzahl der Aggregatsknoten in der vorliegenden Darstellung überproportional ist. Dies ist auf die Tatsache zurückzuführen, dass die Anzahl der Aggregatsknoten in der Darstellung nicht nur von der Anzahl der Aggregatsknoten in der Darstellung, sondern auch von der Anzahl der Aggregatsknoten in der Darstellung abhängt.



FBI WASH DC
 5391242
 -2-
 C114A1B1



19.0.00475011-3

445195v3



Backward: $\log(\text{Size}) \cdot \log(\text{Size}) - \text{Time}(\text{Size})$

WORLD FERTILIZERS INQUIRY SYSTEM ORGANIZATION STERILIZATION

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26



02704

148 TABLADO - YAMPRE
VADERIEI LUDORS JANNES
EDRE PEN E LINDADO
SAO PAULISTA

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA JUDICIA"**DATA DA PROCURAÇÃO:**

01/04/2019

OUTORGANTE:

SUZANO S.A., (nova razão social de SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.), com sede na Av. Professor Magalhães Neto, 1.752, 10º andar, salas 1010 e 1011, bairro Pituba, Salvador/BA, (CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 e Inscrição Estadual nº 26.641.885)

DIRETORES REPRESENTANTES:

- **Diretor Executivo Estatutário: MARCELO FERIOZZI BACCI** (RG nº 18.153.504-X SSP/SP - CPF/MF nº 165.903.168-05), brasileiro, casado, administrador de empresas.
 - **Diretor Executivo Estatutário: ALEXANDRE CHUERJ NETO** (CPF/MF nº 022.744.468-06 | RG nº 10.869.463 SSP/SP), brasileiro, divorciado, engenheiro florestal.
- Ambos com local de trabalho na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 7º andar, Pinheiros, São Paulo/SP.

OUTORGADOS:

1. **PABLO FRANCISCO GIMENEZ MACHADO** (OAB/SP nº 183.451 - CPF/MF nº 271.355.948-44), brasileiro, advogado;
2. **WALNER ALVES CUNHA JÚNIOR** (OAB/SP nº 251.389 - CPF/MF nº 314.558.688-25), brasileiro, advogado;
3. **CARLOS EDUARDO PIVOTO ESTEVES** (OAB/SP nº 287.413 - CPF/MF nº 340.142.898-50), brasileiro, advogado;
4. **ROBERTA AMORIM TANNUS HAMAQUI** (OAB/SP nº 330.853 - CPF/MF nº 034.108.745-93), brasileira, advogada;
5. **BRUNA HELENE D'AVILA** (OAB/SP nº 401.681 - CPF/MF nº 234.809.228-05), brasileira, advogada;
6. **DÉBORA GARCIA CAMILO** (OAB/SP nº 370.648 - CPF/MF nº 206.316.608-01), brasileira, advogada;
7. **MATHEUS MORALES BANJAI** (OAB/SP nº 383.092 - CPF/MF nº 233.476.228-80), brasileiro, advogado;
8. **JULIANA CARVALHO FARIZATO** (OAB/SP nº 256.977 - CPF/MF nº 227.532.798-37), brasileira, advogada;
9. **FELIPE AFFONSO BEHNING MANZI** (OAB/SP nº 357.190 - CPF/MF nº 399.172.598-30), brasileiro, advogado;
10. **VANESSA FORTUNATO ZACCARIA** (OAB/SP nº 327.793 - CPF/MF nº 091.035.597-50), brasileira, advogada;
11. **ANDERSON SANTANA CARRER** (OAB/SP nº 232.486 - CPF/MF nº 282.072.008-04), brasileiro, advogado;
12. **ELIZABETH RUANO TAVARES BRAGA** (OAB/SP nº 234.277 - CPF/MF nº 268.983.388-8), brasileira, advogada;
13. **MARCELO MARTINS BENEVIDES CUNHA** (OAB/BA nº 35.926 - CPF/MF nº 016.222.875-92), brasileiro, advogado;

14. **RAFAELLE GONÇALVES AYALA** (OAB/SP nº 349.891 - CPF/MF nº 367.289.498-28), brasileira, advogada;
15. **CAIO CEZAR DOS SANTOS PEREIRA** (OAB/SP nº 280.914 - CPF/MF nº 821.842.242-00), brasileiro, advogado;
16. **LUCIANA CAMINHA AFFONSECA MINAWA** (OAB/SP nº 259.718 - CPF/MF nº 311.670.548-81), brasileira, advogada; e
17. **NADIA DO PRADO PEREIRA** (OAB/SP nº 368.898 - CPF/MF nº 372.417.188-95), brasileira, advogada.
- Todos com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 10º andar, São Paulo – SP.
18. **HEITOR OLIVA PACHECO** (OAB/BA nº 25.676 - OAB/RJ nº 208.746 - CPF/MF nº 036.763.047-80); brasileiro, advogado.
- Com escritório na BR -101 KM 945,4 + 7 KM à esquerda - Mucuri – BA.
19. **WILSON CÉSAR MUNIZ** (OAB nº 17489 - Seccional do Maranhão - CPF/MF nº 291.265.608-79), brasileiro, advogado.
- Com escritório na Av. Newton Belio, Estrada do Arroz, s/n, Zona Rural, Estr. Imperatriz a Coquelândia (Arroz), Km 13 + 2 Km à Esquerda, Imperatriz – MA.
20. **ANSELMO FARIAS DE OLIVEIRA** (OAB-ES nº 5.891 - CPF/MF nº 969.952.187-72), brasileiro, advogado.
21. **EDMILSON CAVALHERI NUNES** (OAB-ES nº 10353 - CPF/MF nº 962.202.447-53), brasileiro, advogado;
22. **JULIA BORIN PEIXOTO DE REZENDE MEGA** (OAB-ES nº 17.425 - CPF/MF nº 111.454.877-42), brasileira, advogada;
23. **MARIA CAROLINE BORTOLOTTI MARINHO** (OAB-ES nº 11.469 - CPF/MF nº 055.366.637-12), brasileira, advogada; e
24. **PATRICIA DE SOUSA AZEVEDO** (OAB-ES nº 23.592 e inscrita no CPF/MF nº 111.354.557-75), brasileira, advogada.
- Todos com endereço comercial na Rod. Aracruz x Barra do Riacho, Km 25, s/nº - Barra do Riacho, Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo.
25. **CARLA PARO MENDONÇA** (OAB/MS nº 20.801 - CPF/MF nº 638.492.911-20), brasileira, advogada; e
26. **FABRICIO GARCIA DO NASCIMENTO** (OAB/MS nº 10.454-B - CPF/MF nº 638.563.791-34), brasileiro, advogado.
- Todos com endereço comercial no Município de Três Lagoas, estado de Mato Grosso do Sul, na Rodovia BR 158, Km 298, Fazenda Barra do Moeda, Zona Rural

REGRAS DE REPRESENTAÇÃO:

Para, agindo em conjunto ou separadamente e independentemente da ordem de nomeação.

PODERES:

(a) O OUTORGADO aqui designado sob o número 1, agindo isoladamente, com poderes para celebrar, firmar e assinar contratos de serviços jurídicos e/ou advocatícios junto a terceiros até o limite individual de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), inclusive, com poderes de alterá-lo(s) ou aditá-lo(s) dentro do referido limite.

(b) O OUTORGADO aqui designado sob o número 2, agindo isoladamente, com poderes para celebrar, firmar e assinar contratos de serviços jurídicos e/ou advocatícios junto a terceiros até o

limite individual de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), inclusive, com poderes de alterá-lo(s) ou aditá-lo(s) dentro do referido limite.

(c) O OUTORGADO aqui designado sob o número 3, agindo isoladamente, com poderes para celebrar, firmar e assinar contratos de serviços jurídicos e/ou advocatícios junto a terceiros até o limite individual de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), inclusive, com poderes de alterá-lo(s) ou aditá-lo(s) dentro do referido limite.

(d) Os OUTORGADOS aqui designados sob os números 6, 8, 10 e 13, agindo isoladamente, com poderes para celebrar, firmar e assinar contratos de serviços jurídicos e/ou advocatícios junto a terceiros até o limite individual de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), inclusive, com poderes de alterá-lo(s) ou aditá-lo(s) dentro do referido limite.

Os poderes outorgados de "a" à "d" poderão ser exercidos em conjunto com outro procurador ou Diretor Executivo Estatutário elevando os limites aqui previstos até maiores alçadas.

(e) Os OUTORGADOS identificados pelos números 1 a 4 acima e somente estes, com poderes de representação da OUTORGANTE nas Assembleias Gerais, Reuniões de Sócios, alterações de Estatuto Social e Contrato Social e/ou atos societários de natureza equivalente das sociedades, consórcios, associações e outras entidades de que a OUTORGANTE participe direta ou indiretamente, no país ou no exterior, na forma permitida pelo art. 126, § 1º da Lei nº 6.404/76, quando aplicável, bem como nas reuniões prévias de acionistas e Assembleias de Debenturistas, de forma a apreciar, discutir e votar os assuntos constantes da respectiva ordem do dia, manifestar dissidência ou protesto, podendo também, assinar boletins de subscrição e sobras de subscrição, conversões de ações, subscrever debêntures e converter debêntures em ações.

(f) Os OUTORGADOS identificados pelos números 1 a 3, 6 a 9, 13, 16 a 26 acima e somente estes, com os poderes contidos na cláusula "ad judicia" e para o foro em geral, bem como os poderes especiais referidos no artigo 105, do Código de Processo Civil Brasileiro, exceto de recebimento de citação inicial, podendo, representar a OUTORGANTE perante qualquer instância, juízo ou Tribunal, na defesa dos seus interesses, propondo contra quem de direito as ações competentes e defendendo-a nas contrárias, ambos os casos até decisão final, usando dos recursos legais e cabíveis, acompanhando-os e contra-atacando os contrários, podendo ainda assinar cartas de preposição, enfim, praticando todos os demais atos que se fizerem necessários ao bom, fiel e cabal cumprimento do presente mandato.

(g) Todos os OUTORGADOS, com poderes de representação extrajudicial da OUTORGANTE perante o Ministério Público da União e dos Estados, inclusive para os fins de firmar Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, assim como de representação extrajudicial da OUTORGANTE, inclusive para os fins de defesa dos interesses desta no contencioso administrativo, perante os órgãos da Administração Pública direta, indireta, descentralizada ou desconcentrada da União, dos Estados e dos Municípios, suas repartições, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, fundações e delegações, Conselhos Federais de exercício profissional, concessionárias e permissionárias de serviços públicos, empresas arrendatárias de instalações portuárias e aeroportuárias de uso público ou privado, agências financeiras oficiais de fomento referidas no §2º do art. 165 da Constituição Federal, associações e entidades sindicais de todos os graus e particularmente perante o Banco Central do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para proceder ao levantamento de depósitos judiciais, mediante a apresentação da devida documentação, Cartórios de Registro de Imóveis, Juntas Comerciais, Secretarias da Fazenda e de Finanças, Delegacia da Receita Federal, Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, órgãos de registro de marcas, patentes e de propriedade imaterial no Brasil e no Exterior, Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça - CADE, Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça - SDE, Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SAE.

CONDIÇÕES ADICIONAIS:

- a) Os poderes mencionados nas alíneas "f" e "g" são outorgados por PRAZO INDETERMINADO e poderão ser substabelecidos pelos OUTORGADOS acima



identificados pelos números 1 a 3, 6 a 9, 11, 13, 16, 18 a 21, 23 e 26, com reservas de iguais poderes e sob sua integral responsabilidade.

- b) O presente mandado extingue automaticamente com relação aos ora OUTORGADOS que deixarem de exercer na OUTORGANTE, ou no Grupo Econômico do qual faz parte, o cargo ou função em virtude do qual receberam os poderes.

VALIDADE:

Os poderes descritos nas alíneas "a" a "e" acima serão válidos até o dia **30.06.2020** e não poderão ser substabelecidos.

MARCELO FERIOZZI BAGGI
Diretor Executivo Estatutário

ALEXANDRE CHUERI NETO
Diretor Executivo Estatutário



Reconhecido por Geodivãucia M. S. Faria/Sol
MARCELO FERIOZZI BAGGI, ALEXANDRE CHUERI NETO
São Paulo, 16 de Abril de 2019. C. Sec. 41910264.15:27:49h

2519,30 02/04/2019 15:27:49h
Fica eleito o J. de 1ª Instância





ANEXO II

LICENÇAS DE OPERAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
INSTITUTO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM

CERTIFICADO Nº 030

L I C E N Ç A A M B I E N T A L

O Instituto Estadual de Política Ambiental - COPAM, no uso de suas atribuições, com base no Decreto nº 39.424, de 05 de Setembro de 1988, concede ao empreendimento APACRUZ CELULOSE S/A / FAZENDA GERAL, LICENÇA DE OPERAÇÃO, com prazo de validade de 20/12/2008, localizada no município de NAVEJANA, no Estado de Minas Gerais, conforme Protocolo Administrativo nº 01/02/201/02, e Decisão da Câmara de Atividades Agropecuárias, em sessão de 04 de Dezembro de 2002.

Sem condições

Com condições

Procedimento de licenciamento ambiental - Lei nº 2.966/97, de 23 de Novembro de 1997, e Decreto nº 39.424/88, de 05 de Setembro de 1988, e Resolução nº 01/02/201/02, de 04 de Dezembro de 2002.

Dezembro de 2002.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
INSTITUTO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF

ANEXO I



EMPREENDIMENTO: Fazenda Gemada - Aracruz Celulose S.A.
MUNICÍPIO: Nanuque/ MG
ATIVIDADE PREDOMINANTE: Silvicultura
PROCESSO Nº: 31/02/01/02 - Licença de Operação Corretiva

São as seguintes condicionantes sugeridas pelo Parecer Técnico Nº. 89/02:

- 01 Utilizar somente agrotóxicos cadastrados pelo IMA apresentando anualmente Receita Agrônômica e a comprovação da destinação das embalagens vazias de produtos agrotóxicos utilizadas no empreendimento, em conformidade com a legislação vigente
- ✓ 02 Adoção de todos os programas de monitoramento propostos no EIA/RIMA.
- 03 Adotar as medidas mitigadoras e compensatórias propostas no EIA, adotando as observações elaboradas pelo órgão ambiental, destacadas em itálico no corpo deste parecer técnico.
- 04 Apresentar averbada em cartório de registro de imóveis, área de reserva legal, bem como projeto de recomposição da mesma.
- 05 Relativo às áreas alagadas da propriedade, há uma necessidade urgente de implementação do programa de reflorestamento ciliar, com essências nativas, a fim de desacelerar o processo de assoreamento e eutrofização das mesmas;
- 06 Monitorar e proteger as espécies ameaçadas de extinção descritas no corpo do parecer técnico.
- ✓ 07 Incluir no programa de monitoramento proposto no EIA para fauna, a anurofauna (principalmente pela existência de duas espécies de anfíbios ameaçadas de extinção) e da mastofauna, por coletas de captura-marcação-recaptura, para os pequenos mamíferos e do registro de pegadas em "plots" de áreas iscadas, para médios e grandes animais;
- ✓ 08 Pela existência de um animal presumivelmente extinto no Estado, *Geochelone denticulata* (jabuti), na região, torna necessária a adoção de medidas de proteção dos fragmentos restantes de mata nativa, ressaltando a relevância de se manter e aumentar as matas de mata secundária, conforme indicado no mapa de Uso Proposto do solo (cap. 1, pag. 36 do RIMA).
- 09 Estabelecimento de corredores ecológicos, por meio de plantio misto de espécies nativas típicas da região, reconhecidamente apropriadas para este fim, entre os fragmentos, por exemplo ligando os fragmentos situados no limite leste e nordeste da propriedade;
- 10 Apresentar, no prazo de 210 dias, relatório da comprovação da execução das condicionantes, inclusive relatório fotográfico.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD



CERTIFICADO LO N° 016

L I C E N Ç A A M B I E N T A L

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, no uso de suas atribuições, e com base no artigo 12° do Decreto n° 44.309, de 05 de Junho de 2008, nos termos do artigo 4°, Inciso VIII, da Lei 12.585, de 17 de Julho de 1997, artigo 33, § 1°, alínea f do decreto 43.278, de 22 de abril de 2003 e do artigo 1°, inciso III da DN COPAM n° 17, de 17 de Setembro de 1996, Revalida a Licença de Operação, da empresa Aracruz Celulose S.A. - Fazenda Gemada, para atividade de silvicultura, no Município de Nanuque, no Estado de Minas Gerais, conforme processo administrativo de N° 91X31/2002/002/2007, Regional Colegiada Leste Mineiro, em reunião do dia 06/06/2008.

☐

Sem condicionantes

☒

Com condicionantes

(Válida somente a partir da data das condicionantes listadas no anexo)

(A concessão de Licença deverá atender ao art. 8° da DN COPAM 13/96, sob pena de revogação da mesma)

(A revalidação da licença dar-se-á com base nas DN COPAM 047/96 e 023/97)

Esta licença não dispensa, nem substitui a obtenção pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças e autorizações de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual e municipal.

Validade da Licença Ambiental: 6 (seis) anos.

Governador Valadares, 09 de Julho de 2008.

Dorgival da Silva

DORGIVAL DA SILVA




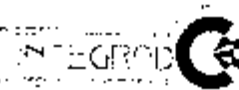
Superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Leste Mineiro

FEAM
FUNDACÃO DE MEIO AMBIENTE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



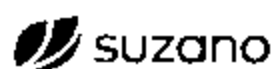


	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARECER ÚNICO	Data: 21/05/2008 Página: 26/30
---	---	---

Anexo I: Condicionantes para Revalidação de Licença de Operação da Fazenda Gemada – Aracruz Celulose S.A.

ITEM	DESCRIÇÃO DA CONDICIONANTE	PRAZO
01	Execução do Programa de Monitoramento do Meio Biótico (Monitoramento da Cobertura Vegetal e Monitoramento da Fauna), descrito no EIA e no Anexo III deste Parecer. Enviar relatório à SUPRAM-LM bianualmente.	Bianualmente
02	Enriquecimento e Manutenção das áreas de Reserva Legal situadas nas fazendas Gemada, Lagoa Santa e Cavalão Grande.	Vigência da Licença
03	Enriquecimento e manutenção das Áreas e Preservação Permanente.	Vigência da Licença
04	Apresentar regularização junto ao órgão ambiental competente para uso dos recursos hídricos com fins de irrigação da cultura de eucalipto.	180 (cento e oitenta) dias
05	Execução do Programa de Monitoramento do Meio Físico (Monitoramento do Ar e Monitoramento da Água), descrito no EIA e no Anexo III deste Parecer. Enviar relatório à SUPRAM-LM anualmente.	Anualmente
06	As embalagens vazias dos produtos fitossanitários utilizados no empreendimento, depois de serem submetidas à Triplíce Lavagem, deverão ser perfuradas e armazenadas nos depósitos apropriados até sua devolução aos fornecedores/fabricantes, conforme a legislação ambiental vigente.	Vigência da Licença
07	Utilizar produtos fitossanitários cadastrados no IMA, apresentando anualmente Receita Agrônômica.	Anualmente
08	Os funcionários deverão utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).	Vigência da Licença
09	Manutenção periódica dos aceiros.	Vigência da Licença
10	Manutenção das estradas, corrigindo o caminho preferencial das enxurradas, conduzindo-as para bacias de captação e/ou para bigodes construídos em consonância com os terraços ou curvas em nível.	Vigência da Licença
11	Manutenção da rede de drenagem e lagoas.	Vigência da Licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da concessão da Licença.



ANEXO III

**FORMALIZAÇÃO
REVALIDAÇÃO LICENÇA DE OPERAÇÃO
LO nº. 016/2008**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



Recibo de Entrega de Documentos Nº 0381033/2014

Recebemos do empreendedor ARACRUZ CELULOSE S.A., estabelecida na COR LIMOEIRO, no município de NANUQUE, os documentos listados abaixo referente ao processo de REVALIDAÇÃO DE LO COPAM Nº 90031/2002/003/2014 SUPRAMLM - Superintendência Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas.

Protocolo	Descrição
381026/2014	Recibo do pagamento - DAE
381028/2014	Cópia digital, acompanhada de declaração atestando que confere com o original entregue em documento impresso
381027/2014	Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal ou Comprovante de Inscrição
381023/2014	Procuração ou equivalente, que comprove vínculo com o empreendimento, da pessoa física que assina o FCEI (Quando for o caso).
381031/2014	Original e cópia, para conferência, da publicação em periódico local ou regional, de grande circulação da concessão da licença. (PROCESSO1EC).
381025/2014	Coordenadas geográficas de um ponto central do empreendimento em Latitude, Longitude ou em formato UTM.
381029/2014	RADA - Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental do sistema de controle e demais medidas mitigadoras, com respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, ou equivalente do profissional responsável, contemplando a atividade fim do licenciamento.
381030/2014	Original e cópia para conferência, da publicação em periódico local ou regional, de grande circulação, do requerimento de licença nº.90031/2002.
381024/2014	Requerimento de licença (conforme modelo emitido pelo site www.semad.mg.gov.br , anexo ao FOBI).

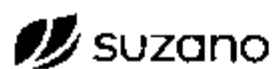

Paula Alves Pena

GOVERNADOR VALADARES, 09 de Abril de 2014

JOSE LUCIANO LISBÃO

ARACRUZ CELULOSE S A
AVE JOÃO SIQUEIRA -
35240-000 CONSELHEIRO PENA

SR. EMPREENDEDOR,
SEU PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL RECEBEU O Nº 90031/2002/003/2014. SOLICITAMOS MENCIONAR ESTE Nº EM TODOS OS DOCUMENTOS, REFERENTE A ESTE PROCESSO, A SEREM ENVIADOS A ESTE ORGÃO.



ANEXO IV

**OFÍCIO IBAMA nº. 038/2019
COMPROVANTE DE RECEBIMENTO (AR)**



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS LINEARES
TERRESTRES
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE TRANSPORTES
SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL
SCEN Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco B - Sub-Solo, Brasília/DF, CEP 70818-900

Ofício nº 38/2019/SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC-IBAMA

Ao Senhor Superintendente,

Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto

Superintendência Regional de Meio Ambiente - SUPRAM

Rua Espírito Santo, 495, Centro

CEP: 30160-030 - Belo Horizonte/MG

Assunto: Ratificação do teor do Ofício nº 77/2018/SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC-IBAMA.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02001.001092/2017-17.

Senhor Superintendente,

1. Em ratificação ao teor do Ofício nº 77/2018/SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC-IBAMA, informo que existe no Ibama a demanda de licenciamento de Fazenda de celulose, anteriormente licenciada por esta SUPRAM.
2. Contudo, por já haver tratativas para regularização no âmbito estadual, solicito manifestação de interesse para celebração de Acordo de Cooperação Técnica, com vistas a delegação do processo para condução por esta SUPRAM.
3. Em caso positivo, favor encaminhar manifestação, declarando interesse no Acordo de Delegação, bem como a apresentação dos seguintes documentos para a celebração do ACT, conforme Guia para a Elaboração dos Atos Administrativos do Ibama:
 - 3.1. a) cópias da Carteira de Identidade, do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e do Termo de Posse do Secretário de Meio Ambiente Municipal ou Estadual;
 - 3.2. b) cópia do Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ;
 - 3.3. c) ata de constituição da última composição do Conselho Estadual ou Municipal de Meio Ambiente, conforme disposto no Art. 5 da Lei Complementar nº 140/2011.



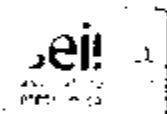
4. E finalmente, solicito que o responsável pela assinatura seja devidamente cadastrado no SEI para que possa haver a liberação para assinatura externa. O link para realização do cadastro é https://sei.ibama.gov.br/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos,

Atenciosamente,

Carla Fonseca de Aquino Costa
Chefe do Serviço de Regularização Ambiental e
Delegação de Competência

Anexos: I - Ofício nº 77/2018/SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC-IBAMA (SEI nº 2214346).
II - Parecer Técnico nº 12/2019-SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC (SEI nº 4236484).



Documento assinado eletronicamente por **CARLA FONSECA DE AQUINO COSTA**, Chefe de Serviço, em 31/01/2019, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ibama.gov.br/controlador_externo.php?acao=verificar_documento, informando o código verificador 4239927 e o código CRC 14A32ACF.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02001.001092/2017-17

SEI nº 4239927



Ofício nº 38/2019/SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC-IBAMA
Ao Senhor Superintendente,
Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto
Superintendência Regional de Meio Ambiente - SUPRAM
Rua Espírito Santo, 495, Centro
CEP: 30160-030 - Belo Horizonte MG
SF-1 N° 4239927

[Handwritten signature]
[Handwritten text]

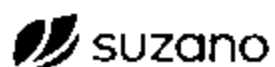
JT 7030



CONDOMINIO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÃO
ARTUR BORGES DE MENEZES S.A.
DESENVOLVIMENTO URBANO S.A. LUC
POEN 1980 - 1981 - 1982 - 1983
REDAÇÃO DE JORNALISMO DE 1982 - 1983

Serod





ANEXO V

**SOLCITAÇÃO SUSPENSÃO ANÁLISE PROCESSO
COMPROVANTE DE RECEBIMENTO**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SUBSECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE DO LESTE MINEIRO

Ref.: P.A. N. 90031/2002/003/2014 (Protocolo SIAM: 0505147/2018)

Assunto: Suspensão de análise de processo de licenciamento

FIBRIA CELULOSE S.A. já qualificada nos autos do processo administrativo vem informar a esta SUPRAM o que se segue e ao final requerer o seguinte.

O processo em comento versa sobre requerimento de licenciamento ambiental para o exercício da atividade de silvicultura na Fazenda Gemada, tal como vinha sendo conduzido em processos anteriores.

Ocorre que em 2016 esta empresa foi notificada pelo IBAMA, avocando para si o processo de licenciamento em razão da distribuição de competências contidas na Lei Complementar 140/2011, mais precisamente, a do art. 7º, XIV, "a" adiante reproduzido.

Art. 7º São ações administrativas da União;

...omissis...

XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:

- a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;
- b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;
- c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;



d) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

e) localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados;(grifo nosso)

Desse modo esta empresa apresentou requerimento de licença junto ao IBAMA, sem que houvesse, contudo, solicitado o cancelamento do processo em curso junto a esta SUPRAM, o que somente foi comunicado em julho de 2018, quando do recebimento do ofício desta Superintendência por meio da qual foi determinado o reenquadramento da atividade em razão da entrada em vigor da Deliberação Normativa COPAM 217/2017.

Em razão da abertura do processo de licenciamento junto ao IBAMA esta SUPRAM comunicou à FIBRIA que promoveria o arquivamento do pedido, tendo em vista a abertura de processo de licenciamento junto ao IBAMA.

Pois muito bem.

Em ofício datado de 2019 (Anexo I) o IBAMA comunicou que não obstante a competência original para a concessão de licença para o caso em tela fosse sua, havia a possibilidade de delegação da atribuição a esta SUPRAM, conforme pode-se observar no trecho adiante reproduzido, a depender da análise das informações contidas na FCA.

3. Preliminarmente, entende-se que a competência para o licenciamento ambiental seja do Ibama. Tão logo se conheça as informações a serem declaradas na FCA, irá se confirmar tal competência e se definirá a possibilidade de delegação da atividade de licenciamento.

CONCLUSÕES E PEDIDOS:

Considerando que foi aventada pelo IBAMA a possibilidade de delegação da atribuição ao órgão estadual;

Considerando que a suspensão da análise do processo junto a esta SUPRAM não causa nenhum prejuízo à Administração Pública;

Considerando que a suspensão da análise do processo pode evitar eventual retrabalho para esta Superintendência;



FIBRIA CELULOSE S.A. REQUER, nos termos de que dispõe o art. 55 da Lei Federal 9.784/99¹ a suspensão da análise do processo de licenciamento junto a esta SUPRAM até manifestação do IBAMA quanto ao exercício da atribuição.

Termos em que,

Aguarda por deferimento.

Aracruz/ES, 21 de fevereiro de 2019.

FIBRIA CELULOSE S.A.

Diomar Biasutti

Consultor de Licenciamento Ambiental

¹ Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Anexo I



Sistemas

Rastreamento

Rastreamento de objetos

Rastreamento de objetos em outros países

Como rastrear um objeto

Siglas utilizadas no rastreamento de objetos

DZ 022 264 389 BR

Objeto entregue ao destinatário
24/02/2019 16:21 GOVERNADOR VALADARES / MG

24/02/2019 16:21 GOVERNADOR VALADARES / MG	Objeto entregue ao destinatário
23/02/2019 17:55 GOVERNADOR VALADARES / MG	Objeto saiu para entrega ao destinatário
23/02/2019 15:30 BELO HORIZONTE / MG	Objeto encaminhado da Unidade de Tratamento em BELO HORIZONTE / MG para Unidade de Distribuição em GOVERNADOR VALADARES / MG
22/02/2019 20:16 VIANÁ / ES	Objeto encaminhado da Unidade de Tratamento em VIANÁ / ES para Unidade de Tratamento em BELO HORIZONTE / MG
22/02/2019 14:27 ARARAÚJA / ES	Objeto encaminhado da Agência dos Correios em Araraúja / ES para Unidade de Tratamento em VIANÁ / ES
22/02/2019 08:11 ARARAÚJA / ES	Objeto postado

Todos os objetos internacionais estão sujeitos a cobrança do despacho postal.
Clique [para saber mais](#)

Imprimir



Acesse o aplicativo dos Correios e leia o código QR ao lado. Você não precisará digitar o código do objeto e poderá salvar na sua lista de favoritos



Varejista,
seja um parceiro dos
Correios!



SEDEX 12 e de SEDEX 140, mediante o envio de um formulário.

As informações de rastreio de objetos registrados ficam disponíveis até 180 dias após a data de postagem.

Objetos com origem no exterior fora do Brasil
O rastreamento para objetos postados no Brasil com código iniciado por "R" e "T" e terminado com "BR" não é garantido fora do território brasileiro.

Para todos os objetos, os operadores postais de outros países podem não disponibilizar ou fornecer informações de rastreamento para o Brasil.

Sendo assim, consultas de rastreamento de objetos podem também ser realizadas nos sites dos operadores de destino disponíveis no site da UPU - União Postal Universal.

Para os objetos postados no Exterior para o Brasil, o serviço contratado pelo remetente no origem determina o nível de informação de rastreamento de objetos em nosso site.

Objetos e registros recebidos do exterior que apresentem código iniciado por "R" não permitem a modalidade cobrada, portanto não há rastreamento para o país. As informações no sistema de rastreamento para esses objetos "R" incluem apenas os eventos "encaminhado ao Brasil", "entrega", "retorno da entrega" ou "aguardando retorno na unidade responsável". No caso de objeto sem rastreamento, haverá os eventos de "encaminhamento para fiscalização e inspeção" e "liberação da liberação".

O prazo máximo de entrega dos objetos registrados é de 40 DIAS ÚTIS a partir da confirmação de pagamento das despesas (se houver) e do despacho postal. O prazo de entrega varia de acordo com o destino.

Rastreamento iniciado com o código "UN" não são rastreados no Brasil. Este código é utilizado pelo país de origem para indicar que o remetente é responsável pelo pagamento de imposto de importação no destino.

Fale com os Correios

Manifestação via Internet
Fale conosco pelo site

Atendimento telefônico
0800 11 9999 - 0800 11 9999 - 0800 11 9999
0800 11 9999 - 0800 11 9999 - 0800 11 9999
0800 11 9999 - 0800 11 9999 - 0800 11 9999
0800 11 9999 - 0800 11 9999 - 0800 11 9999

Rede de atendimento
Consulte endereços e horários de atendimento das agências dos Correios

Curiosidade

Portal Correios

Mapa de site
Rastreamento de objetos
Sala de imprensa
Concursos
Parceiros
Correios comerciais
Carta de serviços ao cidadão
Denúncia
Ministério das Comunicações

Outros sites dos Correios

Correios para você
Correios para sua empresa
Sobre Correios
Loja virtual dos Correios
Blog dos Correios
Espaço da Filatelia
Correios Mobile
Sistemas dos Correios



ANEXO VI

**TAXA RECURSAL
COMPROVANTE QUITAÇÃO TAXA**



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -

Nome
SUZANO S.A.

Endereço:

Município
NANUQUE

UF
MG

Telefone

Validade

30/12/2019

Tipo de identificação:
1 - BOM RECEBIMENTO
2 - BOM RECEBIMENTO DE PROPOSTA
3 - BOM RECEBIMENTO DE PROPOSTA DE PARCELAMENTO

CPF
CNPJ
RECEBIMENTO

Tipo

3

Número identificação

16.404.287/0537-80

Código Município

443

Mês Ano de Referência

30 a 30/12/2019

1º Documento (cobrança, dívida ativa e parcelamento)

4300939924271

Histórico:

Órgão SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E

Serviço: ANALISE DE RECURSO INTERPOSTO - INDEFERIMENTO

Recosta

1081-9 TAXA EXPEDIENTE - SEMAD

Valor

538,98

TOTAL

538,98

Informações Complementares:

TAXA - ANALISE RECURSO ARQUIVAMENTO PA CÔPAM N° 90031/2002/003/2014 - FAZENDA GEMADA

Em caso de dúvida quanto ao DAE procure a(s) SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Pague nos bancos: BRADESCO - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MERCANTIL DO BRASIL - SANTANDER - SICOOB

Pague também nos correspondentes bancários: Agências Lotéricas: MaisBB e Banco Postal

Sr. Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura de código de barras ou linha digital.

Linha Digital: 85650000005 9 38980213191 9 23012430093 3 99242710137 1

Autenticação

TOTAL

R\$

538,98

DAE MOD 08.01.11

85650000005 9 38980213191 9 23012430093 3 99242710137 1



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -

Nome
SUZANO S.A

Endereço

Município
NANUQUE

UF
MG

Telefone

Autenticação

Validade

30/12/2019

Tipo de identificação:
1 - BOM RECEBIMENTO
2 - BOM RECEBIMENTO DE PROPOSTA
3 - BOM RECEBIMENTO DE PROPOSTA DE PARCELAMENTO

CPF
CNPJ
RECEBIMENTO

Tipo

3

Número identificação

16.404.287/0537-80

Código Município

443

Número do Documento

4300939924271

Recosta

R\$

538,98

Multa

R\$

Juros

R\$

TOTAL

R\$

538,98

DAE MOD 08.01.11



ItaúUniclass

Comprovante de pagamento

Banco Itaú - Comprovante de Pagamento
Pagamento com código de barras

0213 - SEFAZ-MG/DAE

Identificação no extrato: Taxa Recurso Suzano

Dados da conta debitada:

Nome: ALEXANDRE MORTIMER GUIMARAES
Agência: 3088 Conta: 37554-2

Dados do pagamento:

Código de barras: 856500000059 389802131919 230124300933 992427101371
Valor do documento: R\$ 538,98

Pagamento efetuado em 27/09/2019 às 17:01:49h via Internet. CTRL 201909270505371

- Pagamento efetuado em sábado, domingo ou feriado, será quitado no próximo dia útil.
- O cliente assume total responsabilidade por eventuais danos decorrentes de inexatidão ou insuficiência nas informações por ele inseridas.

Autenticação:

10691F79E0544F948954BD1CFE1D7122AF13AE9A

Consultas, informações e serviços transacionais, acesse itau.com.br/uniclass ou ligue 4004 4828 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 970 4828 (demais localidades), todos os dias, 24 horas por dia ou procure sua agência. Reclamações, cancelamentos e informações gerais, ligue para o SAC: 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas por dia. Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, de posse do protocolo, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722, todos os dias, 24 horas por dia. Ou entre em contato agora mesmo através do Fale conosco, no site do Itaú.



JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

DOC. SIAM N.º 0663894/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO – PA N.º: 090031/2002/003/2014
EMPREENDIMENTO: SUZANO S.A. (EX - ARACRUZ CELULOSE S.A.)

CONSIDERANDO que:

1. A SUPRAM/LM promoveu o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo de Revalidação da Licença de Operação (RevLO) do empreendimento SUZANO S.A. (EX - ARACRUZ CELULOSE S.A.), PA n.º 090031/2002/003/2014, conforme ato publicado na Imprensa Oficial de Minas Gerais (IOF/MG) – Diário do Executivo, Caderno 01, Edição de 31/08/2019, pág. 15, fl.104;
2. O empreendedor interpôs RECURSO ADMINISTRATIVO contra o ato de arquivamento do PA de RevLO n.º 090031/2002/003/2014, por meio de sua representante legal, a Sra. Juliana Ray, nesta Supram/LM em 30/09/2019, tendo o protocolo sido realizado no Sistema SIAM em mesma data – Protocolo n.º 632436/2019;
3. O Decreto Estadual n.º 47.383 de 02/03/2018 em seu art. 40, inciso III, disciplina que *cabê recurso envolvendo toda a matéria objeto da decisão que, dentre elas, (...) III – determinar o arquivamento do processo;*
4. Nos termos do art. 41 do mesmo Decreto Estadual compete às Unidades Regionais Colegiadas – URC's – da Copam decidir, como última instância administrativa, o recurso referente a processo de licenciamento ambiental decidido pela Semad, *admitida a reconsideração pelas respectivas unidades.*

A Secretaria Executiva do COPAM, por meio da Superintendente de Meio Ambiente do Leste Mineiro (SUPRAM/LM), nos termos do Decreto Estadual n.º 46.953/2016, do art. 14 da Lei Estadual n.º 21.972/2016; com observância do art. 47 do Decreto Estadual n.º 47.383/2018 vem, por meio deste, proceder ao **JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE** ao RECURSO interposto por SUZANO S.A. (EX - ARACRUZ CELULOSE S.A.), contra o ATO DE ARQUIVAMENTO do PA n.º 090031/2002/003/2014, conforme decisão de 30/08/2019, publicada na Imprensa Oficial de Minas Gerais (IOF/MG) – Diário do Executivo, Caderno 01, Edição de 31/08/2019, pág. 15.

1. Do recurso

Art. 44 – O recurso deverá ser interposto no prazo de trinta dias, contados da data da publicação da decisão impugnada, por meio de requerimento escrito e fundamentado, facultando-se ao recorrente a juntada de documentos que considerar convenientes.

§ 1º – Protocolado o recurso, ter-se-á por consumado o ato, não se admitindo emendas.

§ 2º – Será admitida a apresentação de recurso via postal, verificando-se a tempestividade pela data da postagem.

§ 3º – A contagem dos prazos se dará conforme Lei nº 14.184, de 2002. (g.n.)

2. Dos requisitos do art. 45 do Decreto n.º 47.383/2018

O art. 45 do Decreto n.º 47.383/2018 estabelece que:

Art. 45 – A peça de recurso deverá conter:

I – a autoridade administrativa ou a unidade a que se dirige;

II – a identificação completa do recorrente;

III – o endereço completo do recorrente ou do local para o recebimento de notificações, intimações e comunicações relativas ao recurso;

IV – o número do processo de licenciamento cuja decisão seja objeto do recurso;

V – a exposição dos fatos e fundamentos e a formulação do pedido;

VI – a data e a assinatura do recorrente, de seu procurador ou representante legal;

VII – o instrumento de procuração, caso o recorrente se faça representar por advogado ou procurador legalmente constituído;

VIII – a cópia dos atos constitutivos e sua última alteração, caso o recorrente seja pessoa jurídica.

3. Das hipóteses de não conhecimento do recurso interposto, nos termos do art. 46 do Decreto n.º 47.383/2018:

Art. 46 – O recurso não será conhecido quando interposto:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro

- I – fora do prazo;
 - II – por quem não tenha legitimidade;
 - III – sem atender a qualquer dos requisitos previstos no art. 45;
 - IV – sem o comprovante de recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 6.22.1 da Tabela A do Regulamento das Taxas Estaduais – RTE –, aprovado pelo Decreto nº 38.886, de 1º de julho de 1997.
- (Artigo com redação dada pelo art. 2º do Decreto nº 47.508, de 8/10/2018, retroagindo seus efeitos a partir de 30/3/2018.)

3.1 Da Tempestividade

De acordo com o artigo 44 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, o recurso deverá ser interposto no prazo de trinta dias, contados da data da publicação da decisão impugnada, por meio de requerimento escrito e fundamentado, facultando-se ao recorrente a juntada de documentos que considerar convenientes (g.n.).

Vejamos:

A decisão foi publicada na Imprensa Oficial de Minas Gerais (IOF/MG) – Diário do Executivo, Caderno 01, Edição de 31/08/2019, pág. 15; o empreendedor promoveu o protocolo do RECURSO nesta Supram em 30/09/2019, gerando o Protocolo SIA nº 632436/2019.

O prazo final para interposição do recurso ocorreu em 02/10/2019 (quarta-feira); o recurso apresentado data de 30/09/2019 (segunda-feira), conforme protocolo acostado à fl. 110, sendo, portanto, tempestivo.

3.2 Da Taxa de Expediente

De acordo com o art. 46 do Decreto nº. 47.383/2018, o recurso não será conhecido quando interposto: (...) IV – sem o comprovante de recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 6.22.1 da Tabela A do Regulamento das Taxas Estaduais – RTE –, aprovado pelo Decreto nº 38.886, de 1º de julho de 1997. Salienta-se que referido artigo teve sua redação alterada pelo art. 2º do Decreto nº 47.508, de 8/10/2018, retroagindo seus efeitos a partir de 30/3/2018.

A nova normativa determinou que o conhecimento do recurso está atrelado, entre outros, ao recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 6.22.1 da Tabela A do Regulamento das Taxas Estaduais aprovado pelo Decreto nº. 38.886/97. Da análise do recurso apresentado observa-se que esta taxa foi recolhida pelo empreendedor, conforme depreende-se do Documento de Arrecadação - DAE nº. 4300939924271 apresentado (fl. 216), e o comprovante de pagamento (fl. 217), cuja conferência foi realizada através de consulta ao site da Fazenda Estadual (fl. 218), razão pela qual resta preenchido também o requisito do art. 46, IV, do Decreto nº. 47.383/2018.

3.3 Da Legitimidade

O recurso foi interposto pela Sra. Juliana Ray, CPF nº. 070.806.456-62, procuradora outorgada da empresa, conforme instrumento de procuração de fls. 177/191.

Desta forma, tem-se que o requisito de legitimidade para interposição do recurso encontra-se preenchido.

4. Da Decisão

Por todo exposto, considerando os aspectos e requisitos extrínsecos da admissibilidade recursal, conheço do presente recurso, tendo em vista estarem presentes requisitos de admissibilidade constates do art. 46 do Decreto nº. 47.383/2018.

Governador Valadares, 17 de outubro de 2019.


Gesiane Lima e Silva

Superintendente Regional de Meio Ambiente
MASP: 1354357-4



PARECER ÚNICO Nº. 0707326/2019 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 90031/2002/003/2014	SITUAÇÃO: Sugestão de manutenção do arquivamento
--	----------------------------------	---

EMPREENDEDOR:	SUZANO S.A	CNPJ:	16.404.287/0001-55
EMPREENHIMENTO:	SUZANO S.A	CNPJ:	16.404.287/0537-80
MUNICÍPIO:	NANUQUE/MG	ZONA:	RURAL
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM nº. 217/17):	CLASSE	
G-01-03-1	SILVICULTURA	4	

Do Histórico¹:

1. SUZANO S.A. (CNPJ nº 16.404.287/0537-80)¹ formalizou na data de 09/04/2014, fl.02, pedido de Revalidação de Licença de Operação (RevLO), para a atividade de SILVICULTURA (Cód. DN COPAM nº.974/04 G-03-02-6), em empreendimento localizado no município de NANUQUE/MG.
2. Pelas informações originalmente prestadas no FCEI, fl.06/08, gerou-se o FOBI nº 0287071/2014, fls. 04, que instruiu o Processo Administrativo de RevLO, PA nº 90031/2002/003/2014.
3. Em 17/07/2018, foi encaminhado ao empreendedor ofício para que realizasse o reenquadramento da sua atividade, conforme OF.SUPRAM-LM Nº 322/2018, Doc. Siam nº 0505147/2018, fls. 46.
4. Com o reenquadramento da atividade através do preenchimento do FCEI Eletrônico, o processo foi reorientado para a DN 217/2017, modalidade de licenciamento LAC 1 (REVLO), Classe 4, conforme papeleta de despacho 164/2019; documento SIAM 0502727/2019, fls. 98.
5. Em 26/02/2019 o empreendedor solicitou junto ao órgão ambiental (Doc. SIAM nº 0114333/2019) a suspensão de análise do processo de licenciamento, informando que fora notificado pelo IBAMA avocando para si o licenciamento da atividade em razão da distribuição de competências contidas na Lei Complementar 140/2011, art 7º, XIV², doc. de fls. 80/82.
6. Desta forma, o IBAMA oficiou o empreendedor, conforme Ofício nº. 37/2019/SERAD/COTRA/CGUN/DILIC-IBAMA, para que preenchesse a ficha de caracterização da atividade - FCA (fl. 84).
7. O empreendedor, em resposta à determinação do órgão ambiental federal - IBAMA, procedeu com apresentação de requerimento de licença junto ao IBAMA, na data de 26/02/2019, sem que, contudo, fosse solicitado o cancelamento do processo em curso nesta SUPRAM/LM.
8. O órgão ambiental promoveu o arquivamento do PA de Revalidação de Licença de Operação (RevLO) nº.90031/2002/003/2014, de SUZANO S.A. (CNPJ nº. 16.404.287/0537-80), motivado pela ausência de competência do Órgão Estadual para licenciar, haja vista que a área do empreendimento abrange mais de um Estado da Federação (Espírito Santo e Minas Gerais), conforme destacado pelo próprio empreendedor quando do preenchimento do FCEI eletrônico de fl. 52. Ressalta-se que quando da formalização do processo, o empreendedor informou no formulário de caracterização de fls. 06/08, que o empreendimento compreendia somente um Estado, vide campo 4, item 4.2.
9. O ato que motivou o arquivamento, doc. SIAM nº. 0543117/2019, foi publicado na Imprensa Oficial de Minas Gerais (IOF/MG) de 31 de agosto de 2019, Diário do Executivo, Caderno 1, pág.15, fl.104 dos autos - Doc. Siam nº 554953/19.

¹ Extraído em parte da Papeleta de Despacho nº 0158/2019 de 03/05/2019 - Doc. Siam nº. 0543089/2019



10. O empreendedor protocolizou Recurso Administrativo em 30/09/19, face ao ato de arquivamento, Doc. SIAM n.º 5543117/19, sendo o mesmo conhecido conforme JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE n.º 90663894/2019, de 17/10/2019 (fl. 219).

Das razões recursais:

O recorrente, alega, em síntese, que:

1. A Aracruz Celulose – Fazenda Gemada², teve a sua primeira licença ambiental concedida no ano de 2003 pelo Órgão Ambiental Estadual, para a atividade de silvicultura, que foi posteriormente renovada pela LO n.º 016/2008 de 09/07/2008 - PA n.º 90031/2002/002/2007, válida por 06 (seis) anos.
2. Que em 22/09/2016 o IBAMA encaminhou um e-mail à empresa titular do empreendimento comunicando que competência para licenciamento das atividades de silvicultura seria do Instituto Federal, em razão de sua poligonal abranger dois Estados da Federação (Minas Gerais e Espírito Santo).
3. Que o IBAMA entendeu ser recomendável proceder com a delegação de competência à SUPRAM, haja vista tratar-se de empreendimento já licenciado há anos pelo Órgão Estadual, acompanhando desde sempre todas as condicionantes e programas ambientais impostas ao empreendedor.
4. Que o IBAMA encaminhou via SEI o Ofício n.º 38/2019 (fl. 205) à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em Belo Horizonte, solicitando manifestação de interesse para celebração de Acordo de Cooperação Técnica, com vistas à delegação de competência para condução do processo pela SUPRAM.
5. Que fora solicitada a suspensão da análise do processo de renovação até definição do órgão competente para prosseguir com a análise do processo de licenciamento.

Requer:

1. Seja concedido efeito suspensivo ao presente recurso, retornando o processo ao status de análise até seu julgamento final;
2. Seja reconsiderada a decisão de arquivamento pela SUPRAM – LM, julgando totalmente procedente o presente recurso, sendo reaberto (sic) o Processo Administrativo n.º 90031/2002/003/2014 na mesma fase em que foi arquivado, devendo o órgão manifestar-se junto ao IBAMA quanto à delegação de competência proposta pelo órgão federal;
3. Na eventualidade, à remessa do Recurso Administrativo à Unidade Regional Colegiada – URC COPAM competente, nos termos do Decreto 47.383/2018.

Discussão:

1. Como apresentado, o Processo Administrativo formalizado para análise de pedido de Revalidação de Licença de Operação foi arquivado em decorrência de ausência de competência do Órgão Ambiental Estadual para licenciar.

No que se refere ao Licenciamento Ambiental, o Art. 2º da Lei Complementar 140/2011 estabelece que:

Art. 2º Para os fins desta Lei Complementar, consideram-se:

I - Licenciamento ambiental: o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

II - Atuação supletiva: ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições, nas hipóteses definidas nesta Lei Complementar;

III - Atuação subsidiária: ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas nesta Lei Complementar.

² Alteração de titularidade realizada conforme papeleta de despacho Nº 141/2019, Documento SIAM nº 9500543/2019 (fls. 95).



Outrossim, a Constituição de República de 1988 estabeleceu que a competência material para assuntos ambientais será comum, a realizar-se pela União, Estados e Municípios. Entretanto, como forma de organizá-la, a Lei Complementar 140/2011 tratou de estabelecer que quanto ao Licenciamento Ambiental, este ocorrerá em um único ente da federação. É o que pontua o art. 13 da LC 140/2011:

Art. 13 Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas nos termos desta Lei Complementar.

§ 1º Os demais entes federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira não vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.

Desta forma, competirá à União, nos termos do art. 7º, XIV da LC 140/2011, a promoção do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:

- a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;
- b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;
- c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;
- d) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
- e) localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados; (g.n.)
- f) de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999;
- g) destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); ou
- h) que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento;

De tal modo, considerando que, conforme informações apresentadas pelo próprio empreendedor por ocasião do preenchimento do Formulário Eletrônico de Caracterização do Empreendimento; considerando sobretudo a manifestação do IBAMA através do Parecer Técnico nº. 12/2019-SERAD/COTRA/CGLIN/DILIC (fl. 88/90), assim como também as razões do recurso apresentadas pelo recorrente, ratificando que a área do empreendimento abrange mais de um Estado da Federação, quer seja, Minas Gerais e Espírito Santo, demonstra-se que o licenciamento ambiental da atividade exercida pelo empreendimento compete ao Ente Federal, ou seja, ao IBAMA.

Ressalta-se que quando do preenchimento do primeiro formulário de caracterização de fls. 06/08, foi informado equivocadamente pelo empreendedor que a área do empreendimento compreendia somente um ente federativo, vide campo 4, item 4.2.

Ressalta-se, conforme já mencionado, que no ano de 2016, o IBAMA oficiou o empreendedor comunicando quanto à Competência Federal para o licenciamento do empreendimento, solicitando, inclusive, o preenchimento de Ficha de Caracterização de Atividade – FCA, junto ao Órgão Federal.

Posteriormente, o IBAMA enviou comunicação à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em Belo Horizonte/MG, solicitando ao Órgão Ambiental Estadual manifestação de interesse quanto à assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o fim de delegação da competência licenciatória ao Órgão Estadual. Entretanto, a Superintendência Regional do Meio Ambiente do Leste Mineiro, até o presente momento, não foi comunicada quanto à assinatura de qualquer acordo de colaboração junto ao IBAMA, pelo que entendemos que caberá ao Instituto Brasileiro de



Meio Ambiente proceder com o licenciamento ambiental do empreendimento abrangido pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Até mesmo porque a delegação da competência para licenciar deverá respeitar, dentre outros, os procedimentos administrativos constantes da Instrução Normativa nº. 08 de 20/02/2019 do IBAMA.

Outrossim, importante ressaltar que no caso de delegação da competência ambiental para licenciar, a Lei Complementar nº. 140/2011 apontou expressamente que sua formalização deverá acontecer mediante convênio, acordo de cooperação e outros instrumentos similares, ou seja, um acordo bilateral de cooperação entre as partes, não havendo que se falar em discricionariedade por parte de um ou outro ente.

Art. 4º. Os entes federativos podem valer-se, entre outros, dos seguintes instrumentos de cooperação institucional:

I- consórcios públicos, nos termos da legislação em vigor;

II-convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do Poder Público, respeitado o art. 241 da Constituição Federal; (sic)

III-Comissão Tripartite Nacional, Comissões Tripartites Estaduais e Comissão Bipartite do Distrito Federal;

IV-fundos públicos e privados e outros instrumentos econômicos;

V-delegação de atribuições de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos nesta Lei Complementar;

VI-delegação da execução de ações administrativas de um ente federativo a outro, respeitados os requisitos previstos nesta Lei Complementar.

Assim, por ausência de formalização de Acordo de Colaboração Técnica – ACT, entendemos, salvo melhor juízo, que compete ao IBAMA o Licenciamento Ambiental das atividades realizadas pelo empreendimento, nos termos do art. 7º, XIV, "e" da Lei Complementar nº 140/2011.

2. O recorrente solicitou ainda a aplicação de efeito suspensivo ao ato que determinou o arquivamento do Processo Administrativo, PA nº. 90031/2002/003/2014.

É sabido que não há previsão de efeito suspensivo no Decreto Estadual nº 47.383/2018, devendo-se observar, portanto, excepcionalmente, o disposto no Art. 57, parágrafo único, da Lei Estadual nº 14.184/2002, donde se extrai:

Art. 57 - Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único - Havendo justo receio de prejuízo ou de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido do interessado, em decisão fundamentada, atribuir efeito suspensivo ao recurso.

No entanto, no que se refere aos processos formalizados para análise de Revalidação de Licença de Operação, o art. 37 do Decreto 47.383/2018, estabelece que:

Art. 37 - O processo de renovação de licença que autorize a instalação ou operação de empreendimento ou atividade deverá ser formalizado pelo empreendedor com antecedência mínima de cento e vinte dias da data de expiração do prazo de validade, que será automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente quanto ao pedido de renovação. (sic)

Desta feita, considerando que o processo de revalidação de licença foi formalizado com a antecedência mínima prevista na legislação vigente à época, *in casu*, 90 (noventa dias) conclui-se que a licença de operação do empreendimento permanecerá válida até decisão definitiva do órgão competente.

Diante do exposto, servimo-nos do presente Parecer Único para reportar a Vossa Senhoria a SUGESTÃO de MANUTENÇÃO do ATO DE ARQUIVAMENTO nº.0543117/2019 de 30/08/2019, com fulcro no art. 7º, XIV da LC 140/2011, publicado na Imprensa Oficial de Minas Gerais (IOF/MG) de 31/08/2019, Diário do Executivo, Caderno 1, pag.15, Doc. Siam n.º. 554953/19



(fl. 104) do Processo Administrativo de Revalidação de Licença de Operação formalizado por SUZANO S.A (CNPJ n.º 16.404.287/0537-80), para execução da atividade de silvicultura (Cód. DN COPAM 2017/17 - G-01-03-1), em empreendimento localizado nos municípios de Nanuque/MG e Montanha/ES.

Encaminha-se os autos do processo administrativo acompanhado da presente Papeleta de Despacho à V.Sa. para que nos termos do art. 41 do Decreto Estadual n.º 47.383/2018, realize a análise dos fatos ora descritos e promova, caso entenda pertinente, eventual juízo de reconsideração.

Não sendo assim reconsiderado o ato de arquivamento por V.Sa. deverá o expediente ser encaminhado à Unidade Regional Colegiada do COPAM Leste Mineiro (URC/LM) para decidir como última instância administrativa, nos termos do mesmo art. 41 do Decreto Estadual n.º 47.383/2018.

É a nossa manifestação, *sub censura*.

EQUIPE INTERDISCIPLINAR:	MATRÍCULA	ASSINATURA
Isabela Cristina Padilha – Gestora Ambiental de Formação Jurídica	1365689-7	
De acordo: Elias Nascimento de Aquino – Diretor Regional de Controle Processual	1267876-9	
De acordo: Vinícius Valadares Moura – Diretor Regional de Regularização Ambiental	1365375-3	

